



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

REGIMENTO INTERNO DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA OITAVA REGIÃO

ATUALIZADO EM 07 DE DEZEMBRO DE 2023

SUMÁRIO

TÍTULO I.....	5
DO TRIBUNAL.....	5
CAPÍTULO I.....	5
DA ORGANIZAÇÃO DO TRIBUNAL.....	5
CAPÍTULO II.....	6
DA DIREÇÃO DO TRIBUNAL.....	6
CAPÍTULO III.....	8
DO TRIBUNAL PLENO.....	8
CAPÍTULO IV.....	13
DAS SEÇÕES ESPECIALIZADAS.....	13
CAPÍTULO V.....	16
DAS TURMAS.....	16
CAPÍTULO VI.....	17
DAS ATRIBUIÇÕES DO(A) PRESIDENTE DO TRIBUNAL.....	17
CAPÍTULO VII.....	22
DO(A) VICE-PRESIDENTE.....	22
CAPÍTULO VIII.....	22
DA CORREGEDORIA REGIONAL.....	22
CAPÍTULO IX.....	25
DAS ATRIBUIÇÕES DO(A) PRESIDENTE DE TURMA.....	25
CAPÍTULO X.....	26
DOS FOROS TRABALHISTAS.....	26
Seção I.....	27
Da Direção do Foro.....	27
Seção II.....	27
Do Foro de Belém.....	27
Seção III.....	27
Da Competência do(a) Diretor(a) do Foro.....	27
CAPÍTULO XI.....	28
DA CENTRAL DE MANDADOS.....	28
Seção I.....	28
Das Disposições Gerais.....	28
Seção II.....	29
Da Direção da Central de Mandados.....	29
Seção III.....	30
Da Competência e do Funcionamento.....	30
CAPÍTULO XII.....	31
DAS CONVOCAÇÕES, SUBSTITUIÇÕES E TRANSFERÊNCIAS DE JUÍZES(AS).....	31
CAPÍTULO XIII.....	34



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

DAS FÉRIAS, LICENÇAS, CONCESSÕES E APOSENTADORIAS.....	34
TÍTULO II.....	38
DA ORDEM DE SERVIÇO NO TRIBUNAL.....	38
CAPÍTULO I.....	38
DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS.....	38
DO RELATÓRIO E REVISÃO.....	41
CAPÍTULO III.....	42
DAS PAUTAS DE JULGAMENTO.....	42
CAPÍTULO IV.....	43
DAS SESSÕES.....	43
CAPÍTULO V.....	50
DA UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA.....	50
Seção I.....	54
Do Incidente de Assunção de Competência.....	54
Seção II.....	55
Do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas.....	55
Seção III.....	59
Da Reclamação.....	59
Seção IV.....	60
Do Reexame.....	60
Seção V.....	61
Da Revisão das Súmulas e Teses.....	61
Seção VI.....	61
Do Banco de Dados Referente à Uniformização e seus Precedentes.....	61
CAPÍTULO VI.....	62
DAS AUDIÊNCIAS.....	62
CAPÍTULO VII.....	62
DOS ACÓRDÃOS.....	62
TÍTULO III.....	63
DO PROCESSO NO TRIBUNAL.....	63
CAPÍTULO I.....	63
DA DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI OU	63
ATO NORMATIVO DO PODER PÚBLICO.....	63
CAPÍTULO II.....	64
DO IMPEDIMENTO, SUSPEIÇÃO E INCOMPETÊNCIA.....	64
CAPÍTULO III.....	66
DO INCIDENTE DE FALSIDADE.....	66
CAPÍTULO IV.....	66
DOS CONFLITOS DE COMPETÊNCIA E DE ATRIBUIÇÕES.....	66
CAPÍTULO V.....	68
DA AÇÃO RESCISÓRIA.....	68
CAPÍTULO VI.....	69
DO DISSÍDIO COLETIVO.....	69
CAPÍTULO VII.....	70



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

DO MANDADO DE SEGURANÇA.....	70
CAPÍTULO VIII.....	72
DO HABEAS CORPUS.....	72
CAPÍTULO IX.....	73
DO DESAFORAMENTO.....	73
CAPÍTULO X.....	73
DA RESTAURAÇÃO DE AUTOS.....	73
CAPÍTULO XI.....	73
DA REQUISIÇÃO DE PAGAMENTO.....	73
CAPÍTULO XII.....	75
DO PROCESSO DISCIPLINAR DA MAGISTRATURA.....	75
CAPÍTULO XIII.....	78
DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.....	78
CAPÍTULO XIV.....	79
DO PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS.....	79
CAPÍTULO XV.....	79
DA CONSULTA.....	79
CAPÍTULO XVI.....	79
DO ATO NORMATIVO.....	79
CAPÍTULO XVII.....	80
DA RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR.....	80
CAPÍTULO XVIII.....	80
DO INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	80
TÍTULO IV.....	81
DOS RECURSOS NO TRIBUNAL.....	81
CAPÍTULO I.....	81
DAS ESPÉCIES DE RECURSOS.....	81
CAPÍTULO II.....	81
DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....	81
CAPÍTULO III.....	83
DO RECURSO ORDINÁRIO.....	83
CAPÍTULO IV.....	83
DO RECURSO DE REVISTA.....	83
CAPÍTULO V.....	84
DO AGRAVO DE INSTRUMENTO.....	84
CAPÍTULO VI.....	85
DO AGRAVO DE PETIÇÃO.....	85
CAPÍTULO VII.....	85
DO AGRAVO REGIMENTAL.....	85
TÍTULO V.....	86
DA REVISTA DO TRIBUNAL.....	86
TÍTULO VI.....	87
DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO TRIBUNAL.....	87
TÍTULO VII.....	88



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

DO PROGRAMA DA QUALIDADE.....	88
TÍTULO VIII.....	89
DA ESCOLA DA MAGISTRATURA.....	89
TÍTULO IX.....	89
COMISSÃO DE REGIMENTO.....	89
TÍTULO X.....	89
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, FINAIS E TRANSITÓRIAS.....	89



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

TÍTULO I
DO TRIBUNAL

CAPÍTULO I
DA ORGANIZAÇÃO DO TRIBUNAL

Art. 1.º **O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO** tem sede em Belém e jurisdição nos Estados do Pará e Amapá.

Art. 2.º **O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO** compõe-se de 23 (vinte e três) Desembargadores(as) vitalícios(as) nomeados(as) pelo(a) Presidente da República, sendo: 18 (dezoito) escolhidos(as) por promoção dentre Titulares de Vara do Trabalho, obedecido ao critério alternado de antiguidade e merecimento; 2 (dois/duas) escolhidos(as) dentre advogados(as) no efetivo exercício da profissão e 2 (dois/duas) dentre membros do Ministério Público da União, junto à Justiça do Trabalho, e um(a) (1) dentre advogados(as) ou procuradores(as) do trabalho, alternadamente. (*artigo alterado pela Emenda Regimental n.º 004, de 13.02.2017.*)

§ 1.º No ato da posse, em sessão do Tribunal e perante quem na ocasião exercer a Presidência, prestará o(a) magistrado(a) o seguinte compromisso: **"prometo desempenhar bem e fielmente os deveres do cargo, cumprindo e fazendo cumprir a Constituição e as Leis da República"**. (*parágrafo alterado pela Emenda Regimental n.º 004, de 13.02.2017.*)

§ 2.º O termo de posse, previamente lavrado, será lido pelo(a) Secretário(a) do Pleno, que o subscreverá, assinando o(a) Presidente, o(a) empossado(a) e os(as) Desembargadores(as) presentes.

Art. 3.º São órgãos do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região:

- I - o Tribunal Pleno;
- II - as Seções Especializadas;
- III - as 4 (quatro) Turmas;
- IV - a Presidência;
- V - a Vice-Presidência;
- VI - a Corregedoria Regional;
- VII - a Conselho da Ordem do Mérito Jus et labor;
- VIII - a Escola da Magistratura;
- IX - os(as) Desembargadores(as) do Trabalho.

Art. 4.º Ao Tribunal, além da própria denominação, cabe o tratamento de Egrégio, e aos(às) Desembargadores(as) da Região o de **"Excelência"**, obrigados(as), nas sessões, ao uso de vestes talaras, de acordo com os modelos aprovados.

Parágrafo único. Aos(às) Juízes(as) Titulares de Vara do Trabalho e Juízes(as) do Trabalho Substitutos cabe igualmente o tratamento de **"Excelência"**, ficando obrigados ao uso da toga nas audiências, conforme modelo aprovado pelo Tribunal. (*parágrafo incluído pela Resolução n.º 84, de 12.12.2013*)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

Art. 5.º Não poderão ter assento na mesma Turma ou Seção Especializada, cônjuges e parentes consanguíneos ou afins, em linha reta, bem como em linha colateral até o 3.º grau.

Parágrafo único. Nas sessões do Tribunal Pleno, o primeiro dos membros mutuamente impedidos que votar excluirá a participação do outro no julgamento.

Art. 6.º Conta-se a antiguidade, para quaisquer efeitos, a partir do efetivo exercício, prevalecendo, em igualdade de condições:

I - a data da posse;

II - a data da nomeação;

III - a colocação no concurso público; (*inciso alterado pela Resolução n.º 335, de 3.09.2009.*)

IV - o tempo de serviço público;

V - a idade.

Art. 7.º Os(as) Desembargadores(as) são vitalícios(as) e inamovíveis, só podendo ser privados de seus cargos em virtude de sentença judicial, transitada em julgado.

Art. 8.º Os vencimentos dos(as) Desembargadores(as) são irredutíveis, observado, quanto ao subsídio, o disposto no art. 95, III, da Constituição da República.

Art. 9.º Aos(às) Desembargadores(as) é vedado:

I - exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo um de magistério, se houver compatibilidade de horário;

II - receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participações em processos;

III - dedicar-se à atividade político-partidária.

Parágrafo único - (Revogado)

Art. 10. Os(As) Desembargadores(as) respondem, nos crimes comuns e nos de responsabilidade, perante o Superior Tribunal de Justiça.

Art. 11. O(A) Desembargador(a) vitalício(a) aposentado(a) voluntariamente, por implemento de idade ou por invalidez, conservará o título e o tratamento inerentes ao cargo.

Art. 12. Nas sessões do Tribunal Pleno, o(a) Presidente do Tribunal terá assento ao centro da mesa, tendo à sua direita o(a) representante do Ministério Público do Trabalho; o(a) Vice-Presidente ocupará a primeira cadeira da ala direita, o(a) Corregedor(a) Regional a primeira da ala esquerda; o(a) Desembargador(a) mais antigo(a) à direita do(a) Vice-Presidente e assim sucessivamente, respeitada sempre a ordem de antiguidade.

Art. 13. A distribuição dos lugares a serem ocupados pelos(as) participantes das sessões das Seções Especializadas ou das Turmas observará os mesmos critérios estatuídos para as sessões do Tribunal Pleno, no que couber.

CAPÍTULO II
DA DIREÇÃO DO TRIBUNAL

Art. 14. O(a) Presidente, o(a) Vice-Presidente e o(a) Corregedor(a) Regional, serão eleitos, dentre Desembargadores(as) do Tribunal, pelos seus membros efetivos, em sessão especialmente convocada.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

§ 1.º Para os efeitos das inelegibilidades a que se refere o art. 102 da Lei Complementar n.º 35, de 14 de março de 1979, são cargos de direção o de Presidente, o de Vice-Presidente e o de Corregedor Regional.

§ 2.º A eleição far-se-á na primeira quinzena do mês de outubro, em escrutínio único e secreto, a que concorrerão, exclusivamente, os(as) três Desembargadores(as) mais antigos não alcançados(as) pelos impedimentos da Lei Orgânica da Magistratura Nacional. (*parágrafo alterado pela Resolução n.º 471, de 17.12.2007.*)

§ 3.º O mandato é de dois anos, vedada a reeleição, devendo a posse ocorrer até o dia 8 de dezembro seguinte.

§ 4.º Quem tiver exercido qualquer cargo de direção por quatro anos, não figurará mais entre os elegíveis, até que se esgotem todos os nomes, na ordem de antiguidade.

§ 5.º Será considerado(a) eleito(a) o(a) que obtiver maioria absoluta dos votos válidos.

§ 6.º Em caso de empate, proceder-se-á a novo escrutínio entre os(as) Desembargadores(as) cuja votação haja empatado e, persistindo o empate, será considerado(a) eleito(a) o(a) mais antigo(a) ou, sendo igual a antiguidade, o(a) mais idoso(a).

§ 7.º Ocorrendo vaga antes de decorrido um ano do mandato, proceder-se-á à nova eleição, na sessão seguinte a de verificação da vaga, com posse imediata, terminando o(a) eleito(a) o tempo de mandato de seu(sua) antecessor(a).

§ 8.º Se a vaga do cargo de Presidente ocorrer depois do primeiro ano, o(a) Vice-Presidente exercerá as funções pelo tempo que restar do mandato, assumindo a Vice-Presidência o(a) Desembargador(a) mais antigo(a), completando o mandato em curso. (*parágrafo alterado pela Resolução n.º 82, de 12.12.2013.*)

§ 9.º Os(as) Desembargadores(as) que sucederem ao(à) Presidente, ao(à) Vice-Presidente ou ao(à) Corregedor(a) Regional, na segunda metade do mandato, não ficarão impedidos(as) de ser eleitos(as) para os respectivos cargos no período imediato, salvo o(a) mais antigo(a) se já tiver exercido a Presidência.

§ 10. O(A) Desembargador(a) eleito(a) Presidente, Vice-Presidente ou Corregedor(a) Regional terá suspensa a distribuição 60 (sessenta) dias antes da posse e continuará como Relator(a) nos processos que já lhe tenham sido distribuídos. Nessa hipótese, o(a) Desembargador(a) que houver preenchido sua vaga na Turma ou na Seção Especializada, não participará do julgamento. (*parágrafo alterado pelas Emendas Regimentais n.º 001, de 13.02.2017 e 015, de 05.11.2018.*)

Art. 15. Os(As) Desembargadores(as) Vice-Presidente e Corregedor(a) serão, respectivamente, os(as) Presidentes das Seções Especializadas I e II. (*artigo alterado pela Resolução n.º 363, de 11.10.2007.*)

Parágrafo único. Quando o(a) Presidente do Tribunal participar dos julgamentos de dissídios coletivos, na Seção Especializada I, exercerá a Presidência do órgão.

Art. 16. O(A) Presidente de cada Turma será eleito(a) por seus pares, dentre os(as) Desembargadores(as) do Trabalho que a compõem, na primeira sessão ordinária que se realizar após a posse da Administração do Tribunal, pelo período de 2 (dois) anos, vedada a reeleição.

Art. 17. Na composição das Turmas e das Seções Especializadas serão observados os critérios de antiguidade previstos no art. 6.º e o disposto no art. 32, respeitada a inamovibilidade dos(as) Desembargadores(as) nela lotados.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

Art. 18. A eleição obedecerá aos seguintes requisitos:

I - antes de iniciar-se a eleição, o(a) Presidente designará dois membros do Tribunal para escrutinadores(as);

II - a eleição será realizada por meio de voto secreto com a indicação dos nomes dos(as) Desembargadores(as) elegíveis e do cargo para o qual concorre;

III - ao(à) Desembargador(a) afastado(a) temporariamente do exercício de suas funções por férias, licença ou substituição no Tribunal Superior do Trabalho, devem ser remetidas as cédulas próprias com sobrecarta apropriada para sua devolução, a fim de que possa enviar seu voto pelo correio, sob registro, caso assim o deseje. Somente serão apurados os votos que derem entrada no Tribunal até o dia anterior ao da eleição;

IV - as sobrecartas, contendo os votos de que trata o item anterior, deverão ser remetidas em sobrecarta maior juntamente com um ofício de remessa assinado pelo(a) Desembargador(a) votante. A sobrecarta maior conterá no anverso, além do endereçamento do Tribunal, alusão à eleição em referência e será autenticada no verso, pelo votante, mediante sua assinatura;

V - ao início da votação, serão abertas em primeiro lugar as sobrecartas maiores, para conferência do ofício e retirada da sobrecarta menor. Qualquer impugnação relativa a tais votos deverá ser feita após a operação acima. Se não houver impugnação, ou se o Tribunal não a acolher, a sobrecarta menor será colocada na urna comum, passando a votar os(as) Desembargadores(as) presentes;

VI - a eleição do(a) Presidente precederá a do(a) Vice-Presidente e a deste(a), a do(a) Corregedor(a) Regional.

Art. 19. O exercício do cargo de direção constitui *munus* inerente ao cargo de Desembargador(a) do Tribunal, só podendo ser recusado por motivo ponderável, a critério da maioria, e manifestado antes da eleição.

Art. 20. O(a) Presidente, Vice-Presidente e o(a) Corregedor(a) Regional tomam posse e prestam compromisso perante seus pares, em sessão extraordinária designada pelo Tribunal, observado o disposto no § 3.º do art. 14.

CAPÍTULO III
DO TRIBUNAL PLENO

Art. 21. O Tribunal Pleno compõe-se de todos(as) os(as) Desembargadores(as) do Trabalho da Oitava Região e de Juízes(as) Convocados(as), enquanto perdurar a convocação, sem prejuízo de outras convocações para a composição de quorum.

Parágrafo único. Os(As) Juízes(as) Convocados(as) serão incluídos(as) no quorum da distribuição do Pleno deste Regional, apenas nos processos que versarem matéria judiciária. (**parágrafo alterado pela Emenda Regimental n.º 001, de 13.02.2017.**)

Art. 22. O quorum para instalação do Tribunal Pleno será o de maioria absoluta, sendo suas deliberações tomadas por maioria simples, salvo nas situações onde for exigido quorum especial. (**Redação dada pela Emenda Regimental n.º 19, de 1.08.2022**)

Parágrafo único. A verificação do quórum de instalação da sessão ou de deliberação considerará apenas os cargos efetivamente ocupados. (**Parágrafo incluído pelo Ato Regimental n.º 16, de 1.08.2022**)

Art. 23. Compete ao Tribunal Pleno:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

I - processar e julgar:

- a) as arguições de inconstitucionalidade de lei ou de ato do poder público, quando consideradas relevantes pelas Seções Especializadas ou pelas Turmas, ou em processo de sua competência originária;
- b) os mandados de segurança, habeas corpus e habeas data, quando impetrados contra seus próprios atos, de qualquer das Seções ou Turmas ou de Desembargador(a) do Trabalho;
- c) as ações rescisórias de seus próprios acórdãos;
- d) as exceções de incompetência que lhe forem opostas;
- e) os agravos regimentais das decisões do(a) Presidente e do(a) Corregedor(a) Regional.

II - processar e julgar em única instância:

- a) as exceções de suspeição de seus(suas) Desembargadores(as), inclusive do(a) Presidente, nos feitos de sua competência;
- b) os conflitos de competência entre as Seções Especializadas e as Turmas, entre estas e o Pleno e entre as Seções Especializadas e o Pleno;
- c) os conflitos de competência suscitados entre Seções Especializadas, Turmas, seus(suas) próprios(as) Desembargadores(as) como participantes das Turmas, das Seções Especializadas ou do Pleno; (*alínea alterada pela Resolução n.º 10, de 9.2.2015.*)
- d) os pedidos de desaforamento.

III - julgar em única ou última instância:

- a) os embargos de declaração opostos aos seus acórdãos;
- b) as habilitações incidentes e arguições de falsidade, suspeição, impedimento e outras, nos casos pendentes de sua decisão;
- c) a restauração de autos, quando se tratar de processo de sua competência;
- d) o incidente de uniformização de jurisprudência;
- e) o incidente de Resolução de Demandas Repetitivas – IRDR; (*alínea incluída pelo Ato Regimental n.º 008, de 19.10.2017.*)
- f) a reclamação – Rcl; (*alínea incluída pelo Ato Regimental n.º 008, de 19.10.2017.*)
- g) incidente de Assunção de Competência – IAC. (*alínea incluída pelo Ato Regimental n.º 008, de 19.10.2017.*)

IV - apreciar toda a matéria administrativa e orçamentária, dentre as quais:

- a) os recursos de natureza administrativa manifestados no prazo de 30 (trinta) dias, bem assim os pedidos de reconsideração de suas decisões, observado o mesmo prazo; (*alínea alterada pela Resolução n.º 187, de 7.7.2011.*)
- b) as reclamações contra atos administrativos de qualquer de seus membros, inclusive do(a) Presidente, dos(as) Juízes(as) de Primeira Instância e de seus(suas) funcionários(as);



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

- c) as reclamações contra ato do(a) Presidente, do qual não caiba recurso próprio;
- d) apreciar atos e emendas regimentais; (*alínea alterada pela Emenda Regimental n.º 017, de 07.10.2019.*)
- e) os relatórios das correições ordinárias realizadas pelo(a) Corregedor(a) Regional. (*alínea acrescida pela Resolução n.º 520, de 14.12.2006.*)
- V - representar às autoridades competentes sempre que, nos autos ou papéis sujeitos a seu exame, se deduza crime de responsabilidade ou comum de ação pública, ou quando se verificarem infrações de natureza administrativa;
- VI - fiscalizar o cumprimento de suas próprias decisões;
- VII - declarar a nulidade dos atos praticados com infringência de suas decisões;
- VIII - requisitar das autoridades competentes as diligências necessárias ao esclarecimento dos feitos, representando contra aquelas que não atenderem a tais requisições;
- IX - mandar riscar, de ofício ou a requerimento do interessado, expressões injuriosas empregadas pelas partes ou por seus(suas) advogados(as), nos escritos apresentados em processos de sua competência;
- X - determinar sejam riscadas dos escritos nos autos, a requerimento do interessado, expressões injuriosas dirigidas pelo(a) magistrado(a) ao(à) advogado(a) da parte, em processos de sua competência; (*alterado pela Emenda Regimental n.º 004, de 13.02.2017.*)
- XI - deliberar sobre a oportunidade de ser o processo retirado de pauta para diligência;
- XII - deliberar sobre as questões de ordem que lhe forem submetidas pelo(a) Presidente, por ato próprio ou a requerimento de um(a) ou mais Desembargadores(as);
- XIII - deliberar sobre assuntos de ordem interna, quando convocado pelo(a) Presidente ou a requerimento de qualquer de seus(suas) Desembargadores(as);
- XIV - eleger e dar posse ao(à) Presidente, ao(à) Vice-Presidente e ao(à) Corregedor(a) Regional;
- XV - organizar sua Secretaria e seus serviços auxiliares, elaborar o Regimento Interno, o Regulamento dos Serviços Auxiliares e o Manual de Procedimentos Padrões;
- XVI - propor, por iniciativa do(a) Presidente ou de qualquer de seus membros, a criação ou extinção de cargos e a fixação dos respectivos vencimentos;
- XVII - aprovar modelos de vestes talares;
- XVIII - estabelecer os dias de suas sessões;
- XIX - fixar o horário de funcionamento dos órgãos da Justiça do Trabalho da Oitava Região;
- XX - determinar, pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus membros efetivos, o afastamento do cargo do(a) Magistrado(a), quando, pela natureza ou gravidade da infração penal a ele imputada, torne-se aconselhável o recebimento de denúncia ou de queixa contra ele(a);
- XXI - instaurar o procedimento para abertura do processo de que trata o art. 255 deste Regimento;
- XXII - determinar a aposentadoria, a disponibilidade e a remoção por interesse público dos(as) Magistrados(as), pelo voto da maioria absoluta de seus membros;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

- XXIII - advertir ou censurar, por deliberação da maioria de seus membros efetivos, o(a) Juiz(a) de Primeira Instância, por faltas cometidas no cumprimento de seus deveres, assegurando-lhe ampla defesa;
- XXIV - deliberar sobre a aposentadoria compulsória de seus(suas) magistrados(as), mediante exame de saúde, nos casos de doença; **(alterado pela Emenda Regimental n.º 004, de 13.02.2017.)**
- XXV - fazer publicar, mensalmente, no órgão oficial, os dados estatísticos a que se refere o artigo 37 da Lei Orgânica da Magistratura Nacional - LOMAN;
- XXVI - impor multas e demais penalidades relativas aos atos de sua competência;
- XXVII - aprovar, modificar ou revogar Súmulas da Jurisprudência Predominante em Dissídios Individuais e Precedentes Normativos em Dissídios Coletivos;
- XXVIII - escolher os Membros das Comissões previstas neste Regimento ou por ele instituídas;
- XXIX - aprovar, antes de iniciado o ano forense, a escala de férias das autoridades judiciárias;
- XXX – **(Revogado pela Resolução n.º 187, de 7.7.2011).**
- XXXI - deliberar sobre a concessão de aposentadoria aos(às) Juízes(as) do Trabalho Titulares de Vara e Substitutos(as);
- XXXII - deliberar sobre a convocação de Juiz(a) Titular de Vara para substituir Desembargador(a) do Trabalho, mediante proposição da Presidência;
- XXXIII - arbitrar o valor das diárias a serem pagas na Região;
- XXXIV - editar resoluções e outros atos, mediante proposta de qualquer de seus(suas) Desembargadores(as);
- XXXV - deliberar sobre autorização de Magistrados(as) que tenham que se ausentar da Região ou de servidores(as) que tenham que se ausentar do País em missão oficial;
- XXXVI – apreciar recursos de indeferimento da concessão de afastamento aos(às) Magistrados(as) e servidores(as), sem prejuízo de seus vencimentos e vantagens, para frequência a cursos ou seminários para aperfeiçoamento e estudos, pelo prazo máximo de 2 (dois) anos; **(inciso alterado pela Resolução n.º 187, de 7.7.2011.)**
- XXXVII - resolver as reclamações contra a lista de antiguidade de Juízes(as) de Primeira Instância, organizada anualmente pelo(a) Presidente, as quais deverão ser oferecidas dentro de 15 (quinze) dias após sua publicação;
- XXXVIII - julgar as reclamações dos(as) Juízes(as) contra a apuração do tempo de serviço, por motivo de classificação para a promoção, assim como qualquer pedido ou recurso de natureza administrativa;
- XXXIX - deliberar sobre a realização de concurso para provimento do cargo de Juiz(a) do Trabalho Substituto(a), designando a comissão respectiva e homologar o resultado apresentado pela comissão julgadora;
- XL - autorizar a remoção, a pedido, dos(as) Juízes(as) do Trabalho, Titulares de Vara da Região, e a lotação dos(as) Juízes(as) do Trabalho, Substitutos(as);
- XLI - estabelecer, se necessário, sub-regiões para efeito de substituição dos(as) Juízes(as) do Trabalho Titulares de Vara pelos(as) Juízes(as) do Trabalho, Substitutos(as), e aprovar ou modificar a respectiva lotação numérica;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

XLII – apreciar recursos relativos a concurso para provimento de vagas do seu quadro de pessoal, inclusive quanto à classificação final e nomeações de candidatos(as);

XLIII – apreciar recursos sobre transposição de cargos, promoção e progressão funcionais;

XLIV – apreciar recursos dos(as) servidores(as) contra a apuração de tempo de serviço;

XLV – apreciar recursos quanto à lotação numérica do pessoal nos diversos órgãos da Região;

XLVI – apreciar recursos quanto às penas disciplinares impostas aos(à) servidores(as) integrantes do quadro da Região; (*incisos alterados pela Resolução n.º 187, de 7.7.2011.*)

XLVII - aprovar ou modificar, após manifestação da Comissão de Orçamento, a proposta orçamentária, organizada pelo(a) Presidente, para encaminhamento ao Tribunal Superior do Trabalho;

XLVIII - solicitar ao Poder competente, por iniciativa do(a) Presidente ou da Comissão de Orçamento, a abertura de créditos suplementares e especiais;

XLIX - eleger os membros da Diretoria e do Conselho Consultivo da Escola da Magistratura Trabalhista - EMATRA;

L - eleger os Membros do Conselho da Ordem do Mérito Jus et Labor;

LI - opinar sobre propostas de alterações da legislação trabalhista, inclusive processual, quando o Tribunal tiver que se manifestar oficialmente;

LII - decidir sobre a composição, a competência, a criação ou a extinção de órgãos do Tribunal;

LIII - aprovar a lista dos(as) admitidos(as) na Ordem do Mérito Jus et Labor;

LIV - baixar instruções complementares do concurso para provimento do cargo de Juiz(a) do Trabalho Substituto(a);

LV - processar e julgar as reclamações alusivas à matéria de sua competência, com vistas a preservar e garantir as suas decisões;

LVI - deliberar sobre as demais matérias jurisdicionais ou administrativas não incluídas na competência dos outros órgãos do Tribunal;

LVII - resolver as dúvidas que lhe forem submetidas pelo(a) Presidente, por qualquer de seus membros ou pelo Ministério Público do Trabalho, sobre a interpretação e execução deste Regimento;

LVIII - exercer, em geral, no interesse da Justiça do Trabalho, as demais atribuições que decorram de sua jurisdição e praticar, de conformidade com a lei vigente, todos os atos indispensáveis ao encaminhamento e à solução célere dos processos de sua competência.

Art. 24. Em se tratando de matéria administrativa, nos processos de sua competência, apenas terão voto os(as) Desembargadores(as) efetivos, para o que deverão ser convocados com antecedência mínima de cinco dias, ainda que em férias ou licença, dando-se-lhes ciência prévia da matéria a ser tratada. (*artigo alterado pela Resolução n.º 424, de 28.10.2010.*)

Art. 25. Compete ao Tribunal Pleno, pelo voto de seus membros efetivos:

I - decidir sobre a nomeação para o cargo de Juiz(a) do Trabalho Substituto(a), após aprovação em concurso público, observada a ordem de classificação;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

- II - decidir sobre a promoção de Juiz(a) do Trabalho Substituto(a), nas hipóteses de antiguidade e merecimento;
- III - elaborar lista tríplice para promoção, por merecimento, de Juiz(a) Titular de Vara do Trabalho, obedecidas às prescrições constitucionais;
- IV - indicar ao(à) Presidente da República o(a) Juiz(a) Titular de Vara do Trabalho que deva ser promovido por antiguidade;
- V - recusar, em decisão fundamentada, a promoção por antiguidade de Juiz(a) do Trabalho, Substituto(a) ou Titular de Vara, pelo voto de 2/3 (dois terços) dos seus membros efetivos;
- VI - deliberar sobre o vitaliciamento dos Juízes(as) do Trabalho.

Art. 26. Na escolha da lista tríplice, a ser enviada ao(à) Presidente da República, para nomeação de Desembargador(a) do Trabalho oriundo do quinto constitucional, somente terão direito a voto os Membros efetivos do Tribunal.

CAPÍTULO IV
DAS SEÇÕES ESPECIALIZADAS

Art. 27. Há duas Seções Especializadas, assim compostas:

- a) Seção Especializada I, formada por onze Desembargadores(as) do Trabalho, presidida pelo(a) Desembargador(a) Vice-Presidente da Corte;
- b) Seção Especializada II, formada por onze Desembargadores(as) do Trabalho, Presidida pelo(a) Desembargador(a) Corregedor da Corte.

§ 1.º Para composição das Seções Especializadas I e II, criadas por esta Resolução, cada Magistrado(a) poderá eleger a Seção na qual deseja ser lotado, prevalecendo, em caso de empate, a antiguidade.

§ 2.º Os(As) relatores(as) que já tiverem apostado "vistos" ficarão vinculados aos processos já distribuídos, competindo-lhes relatá-los na Seção para a qual for distribuído o feito.

Art. 28. As Seções Especializadas deliberarão com a presença mínima de 6 (seis) Desembargadores(as), incluindo o(a) Presidente. **(alterado pela Emenda Regimental n.º 004, de 13.02.2017.)**

§ 1.º Para compor o quorum mínimo de funcionamento poderá ser convocado, pelo(a) Presidente, Desembargador(a) do Trabalho de outra Seção Especializada, mediante sorteio.

§ 2.º Nos casos de afastamento por motivo de férias ou licença superior a 3 (três) dias, os(as) Desembargadores(as) integrantes das Seções Especializadas poderão ser substituídos(as) na ordem de antiguidade, por Juízes(as) convocados(as).

§ 3.º Aplicam-se aos(às) Presidentes das Seções Especializadas, no que couber, as disposições relativas à competência e atribuições dos(as) Presidentes das Turmas.

§ 4.º Nas sessões de julgamento o(a) Presidente da Seção Especializada votará como os(as) demais Desembargadores(as). **(alterado pela Emenda Regimental n.º 004, de 13.02.2017.)**

Art. 28-A. Em caso de empate no julgamento de uma das Seções Especializadas, o(a) Desembargador(a) que estiver presidindo a outra, na data em que se verificou o empate, será convocado(a) para proferir voto de desempate.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

§ 1.º Previsto o retorno ordinário à Seção Especializada em que se verificou o empate, até a data de sua sessão seguinte, de qualquer de seus(suas) Desembargadores(as), ausentes por ocasião do empate, competirá a este proferir o voto de desempate;

§ 2.º Na hipótese do parágrafo anterior, caso haja o retorno de mais de um(a) Desembargador(a), proferirá o voto de desempate o(a) mais antigo(a). **(artigo acrescido pela Resolução n.º 505, de 14.12.2006.)**

Art. 29. Compete às Seções Especializadas:

I - processar e julgar, originariamente:

- a) os habeas corpus;
- b) os mandados de segurança contra seus próprios atos e de Juízes(as) de Primeiro Grau sob a jurisdição da Justiça do Trabalho da Oitava Região;
- c) as ações rescisórias de seus próprios acórdãos, bem como das decisões das Turmas, das Varas do Trabalho e dos Juízes(as) de Direito investidos de jurisdição trabalhista;
- d) as ações ordinárias;
- e) as ações anulatórias previstas no art. 83, IV, da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993;
- f) as ações civis públicas relativas aos atos de sua competência.

II - processar e julgar:

- a) as medidas cautelares nos feitos de sua competência;
- b) as arguições de suspeição e de impedimento de seus(suas) Desembargadores(as) nos feitos de sua competência;
- c) as exceções de incompetência que lhe forem opostas;
- d) os embargos de declaração opostos a seus julgados;
- e) os agravos das decisões dos(as) relatores(as), em processos de sua competência, nos casos previstos neste Regimento;
- f) a restauração dos autos, quando referente a processo de sua competência;
- g) as habilitações incidentes e as arguições de falsidade, e outras, nos casos pendentes de sua decisão;
- h) os conflitos de competência suscitados entre as Varas do Trabalho, entre Juízes(as) de Direito investidos na jurisdição trabalhista e entre aquelas e estes; **(alínea incluída pela Resolução n.º 10, de 9.2.2015.)**

III - representar às autoridades competentes sempre que, nos papéis e atos sujeitos a seu exame, se deduza crime de responsabilidade ou comum de ação pública, ou verificar infrações de natureza administrativa;

IV - fiscalizar o cumprimento de suas próprias decisões;

V - declarar a nulidade dos atos praticados com infringência de suas decisões;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

- VI - requisitar das autoridades competentes as diligências necessárias ao esclarecimento dos feitos, representando contra aquelas que não atenderem a tais requisições;
- VII - mandar riscar, de ofício ou a requerimento do(a) interessado(a), expressões injuriosas empregadas pelas partes, ou seus(suas) advogados(as), nos escritos apresentados em processos de sua competência;
- VIII - determinar sejam riscadas dos escritos nos autos, a requerimento do(a) interessado(a), expressões injuriosas dirigidas pelo(a) magistrado(a) ao(à) advogado(a) da parte, de sua competência; (*alterado pela Emenda Regimental n.º 004, de 13.02.2017.*)
- IX - deliberar sobre a oportunidade de ser o processo retirado de pauta para diligência;
- X - deliberar sobre as questões de ordem que lhe forem submetidas pelo(a) Presidente, por ato próprio ou a requerimento de um(a) ou mais Desembargadores(as);
- XI - determinar às Varas do Trabalho e aos(às) Juízes(as) de Direito a realização dos atos processuais e diligências necessárias ao julgamento dos feitos sob sua apreciação;
- XII - promover, por proposta de qualquer de seus membros, a remessa de processo ao Tribunal Pleno ou à Seção Especializada diversa, quando a matéria não for de sua competência ou na hipótese de declaração de inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo do Poder Público; (*inciso alterado pela Emenda Regimental n.º 004, de 13.02.2017.*)
- XIII - estabelecer os dias de suas sessões ordinárias e extraordinárias, por iniciativa da maioria de seus(suas) Desembargadores(as) efetivos;
- XIV - impor multas e demais penalidades relativas aos atos de sua competência;
- XV - processar e julgar as reclamações alusivas à matéria de sua competência, com vistas a preservar e garantir as suas decisões.

Parágrafo único. A distribuição dos feitos enumerados neste artigo entre cada uma das Seções seguirá critério paritário, observadas as classes de processos de competência das Seções Especializadas, preservada a distribuição de competência exclusiva da Seção Especializada I". (*parágrafo alterado pela Resolução n.º 405, de 18.10.2010.*)

Art. 30. É de competência exclusiva da Seção Especializada I:

I - processar e julgar, originariamente:

- a) os dissídios coletivos de natureza econômica ou jurídica, bem como a homologação dos acordos neles celebrados;
- b) as revisões das sentenças normativas;
- c) a extensão das decisões proferidas em dissídios coletivos.

II - processar e julgar:

- a) as ações em matéria de greve.

§ 1.º Nos julgamentos dos dissídios coletivos de natureza econômica ou jurídica, será facultada a participação do(a) Desembargador(a) Presidente, que presidirá a sessão.

§ 2.º Será garantida a igualdade numérica de distribuição de processos entre as Seções



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

Especializadas.

CAPÍTULO V
DAS TURMAS

Art. 31. O Tribunal divide-se em 4 (quatro) Turmas, sendo cada uma delas composta de 5 (cinco) Desembargadores(as), dos quais apenas 3 (três) participarão do julgamento. *(artigo alterado pela Resolução n.º 001, de 19.1.2012 e pela Emenda Regimental n.º 014, de 05.11.2018.)*

§ 1.º Na hipótese de vacância do cargo de Presidente de Turma, assumirá a Presidência o(a) Desembargador(a) mais antigo(a) na Turma, salvo se a vaga ocorrer antes de cumprido o primeiro ano de mandato, quando se procederá à nova eleição, terminando o(a) eleito(a) o tempo de mandato do seu(sua) antecessor(a).

§ 2.º O Tribunal Pleno poderá designar Turma para o julgamento dos recursos ordinários interpostos das sentenças prolatadas nas demandas sujeitas ao procedimento sumaríssimo.

§ 3.º Participarão do julgamento o(a) relator(a) e os(as) magistrados(as) que sucederem a este(a) em antiguidade, no âmbito do respectivo Colegiado, incumbindo, obrigatoriamente, ao(à) Presidente da Turma, a direção das Sessões de Julgamento. *(parágrafo alterado pela Emenda Regimental n.º 014, de 05.11.2018.)*

§ 4.º *(Revogado pelo Ato Regimental n.º 002, de 13.02.2017.)*

Art. 32. Da formação das Turmas não participarão o(a) Presidente, o(a) Vice-Presidente e o(a) Corregedor(a) Regional.

Art. 33. Poderá qualquer Desembargador(a) pleitear remoção de uma Turma para outra, havendo vaga, ou permutar, em qualquer caso, mediante aprovação por maioria simples do Tribunal Pleno, ficando ressalvada a sua vinculação aos processos que já lhe tenham sido distribuídos na Turma de origem.

Art. 34. Na ocorrência de vaga, o(a) Desembargador(a) que a ocupará funcionará na Turma em que esta se verificar.

Art. 35. Compete a cada Turma:

I - julgar os recursos ordinários das decisões definitivas de primeiro grau;

II - julgar os agravos de petição e de instrumento, estes de decisões denegatórias de recursos de sua competência;

III - impor multas e demais penalidades relativas a atos de sua competência e julgar os recursos interpostos das decisões dos(as) Juízes(as) das Varas do Trabalho e dos(as) Juízes(as) de Direito investidos na jurisdição trabalhista que as impuserem;

IV - julgar os embargos declaratórios opostos a seus julgados;

V - julgar agravo regimental do despacho de seu(sua) Presidente ou do(a) Desembargador(a) Relator(a), nos processos de sua competência;

VI - eleger representante para a Comissão de Regimento do Tribunal, na sessão que se seguir à posse dos(as) dirigentes do Tribunal, sendo vedada a reeleição; *(inciso alterado pela Resolução n.º 506, de 14.12.2006.)*

VII - eleger seu(sua) Presidente, dentre Desembargadores(as), excetuado(a) o(a) Desembargador(a) eleito(a) para a Comissão de Regimento, adotando-se os mesmos critérios estabelecidos para a eleição do(a) Presidente, Vice-Presidente e Corregedor(a)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

Regional;

VIII - estabelecer os dias de suas sessões ordinárias e extraordinárias, por decisão da maioria de seus(suas) Desembargadores(as);

IX – processar e julgar as exceções de suspeições e impedimentos opostas contra seus membros nos feitos de sua competência, bem como, aquelas opostas em face de suspeição ou impedimento de juiz(a) de primeiro grau, observado o disposto no art. 196-A. (*inciso alterado pela Resolução n.º 17, de 29.3.2012.*)

X - exercer as atribuições referidas nos itens III a XIV do artigo 29, nos feitos de sua competência;

XI - exercer, em geral, no interesse da Justiça do Trabalho, as demais atribuições que decorram de sua jurisdição;

XII - processar e julgar as reclamações alusivas à matéria de sua competência, com vistas a preservar e garantir as suas decisões.

Art. 36. Das decisões das Turmas não caberá recurso para o Tribunal Pleno ou para a Seção Especializada.

CAPÍTULO VI
DAS ATRIBUIÇÕES DO(A) PRESIDENTE DO TRIBUNAL

Art. 37. Compete ao(à) Presidente do Tribunal:

I - representar o Tribunal em Juízo e fora dele;

II - dirigir os trabalhos do Tribunal e da Seção Especializada I, quando nela funcionar, observando e fazendo cumprir o seu Regimento;

III - convocar as sessões do Tribunal Pleno, ordinárias e extraordinárias, presidi-las, colher votos, votar nos casos e na forma previstos neste Regimento, e proclamar os resultados do julgamento;

IV - (*Revogado pela Resolução n.º 190, de 7.7.2011*).

V - presidir a audiência pública de distribuição dos processos físicos, no limite fixado pelo Tribunal, ou delegar essa atribuição ao(à) Vice-Presidente; (*inciso alterado pela Emenda Regimental n.º 017, de 07.10.2019.*)

VI - manter a ordem nas sessões ou audiências, determinando a retirada dos(as) assistentes que a perturbarem ou lhe faltarem com o devido respeito, aplicando as medidas coercitivas cabíveis;

VII - manter correspondência em nome do Tribunal e representá-lo em todas as solenidades e atos oficiais, sem prejuízo da delegação dessas atribuições ao(à) Vice-Presidente, a outros(as) Desembargadores(as) ou a servidores(as) da sua assessoria;

VIII - julgar, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir de seu recebimento, os pedidos de revisão da decisão que houver fixado o valor da reclamação para determinação de alçada;

IX - decidir sobre quaisquer incidentes processuais, inclusive desistências e acordos, quando os autos não tiverem sido ainda distribuídos e após o julgamento pelo Colegiado nos processos de competência do Tribunal Pleno;

X - expedir ordens e promover as diligências necessárias ao cumprimento das



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

deliberações do Tribunal, quando se tratar de matéria que não esteja a cargo dos(as) relatores(as);

XI - cumprir e fazer cumprir as decisões jurisdicionais dos órgãos superiores e as do próprio Tribunal;

XII - mandar organizar e fazer publicar a pauta de julgamento;

XIII - assinar os acórdãos do Tribunal Pleno, na hipótese do art. 171;

XIV - velar pela regularidade e plena exatidão das publicações a que se refere o artigo 37 da Lei Orgânica da Magistratura Nacional - LOMAN;

XV - convocar seu(sua) substituto(a) legal, nos casos de impedimento temporário;

XVI - rubricar os livros necessários ao expediente e assinar os termos de abertura e encerramento, atribuição que poderá delegar ao(à) Diretor(a)-Geral da Secretaria;

XVII - delegar ao(à) Vice-Presidente e aos(às) Presidentes de Turmas as suas atribuições, quando necessário e de comum acordo, e, na impossibilidade destes, ao(à) Desembargador(a) do Trabalho mais antigo;

XVIII - suspender o expediente, ou determinar o não funcionamento dos órgãos da Justiça do Trabalho, por motivo excepcional não previsto neste Regimento;

XIX - exercer a direção geral do foro trabalhista;

XX - nomear os(as) Diretores(as) de Foro e seus(suas) substitutos(as);

XXI - proferir voto de desempate nos julgamentos do Tribunal Pleno, excetuada a hipótese de inconstitucionalidade de lei ou ato do poder público;

XXII - determinar o processamento dos precatórios de requisição de pagamento das somas a que forem condenados os órgãos da administração pública, e ordenar o seu cumprimento;

XXIII - autorizar, depois de ouvido o Ministério Público, o sequestro da quantia necessária à satisfação dos débitos a que se refere o inciso anterior, atendendo a requerimento de credor(a) preterido no seu direito de precedência, e nas hipóteses de não cumprimento de precatório requisitório por órgão da Administração Pública;

XXIV - conceder vistas dos autos às partes ou seus(suas) procuradores(as), antes da distribuição, nos termos da lei;

XXV - propor ao Tribunal Pleno a elaboração de projeto de lei e remeter os aprovados ao órgão competente, inclusive à criação de Varas do Trabalho, bem assim a alteração de jurisdição e de sede destas;

XXVI - atualizar anualmente as listas de antiguidade das autoridades judiciárias da Região, divulgando-as no órgão oficial;

XXVII - após deliberação do Tribunal Pleno, expedir os atos de nomeação dos(as) Juízes(as) do Trabalho, Substitutos(as) aprovados(as) em concurso, observada a ordem de classificação, assim como os de promoção, remoção e disponibilidade dos(as) Juízes(as) Substitutos(as) e Juízes(as) Titulares(as) de Vara do Trabalho;

XXVIII - submeter à aprovação do Tribunal Pleno, antes de iniciado o ano forense, a escala de concessão de férias das autoridades judiciárias da Região; (*incisos alterados pela Resolução n.º 187, de 7.7.2011.*)

XXIX - dar posse e exercício aos(às) Juízes(as) de Primeira Instância e servidores(as), e conceder-lhes prorrogação de prazo;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

XXX - designar os(as) Juízes(as) Substitutos(as), na hipótese do § 1.º do art. 682 da Consolidação das Leis do Trabalho;

XXXI - determinar, de ofício, que se instaure o processo de aposentadoria compulsória do(a) Juiz(a) que não a requerer até 40 (quarenta) dias antes da data em que completar 75 (setenta e cinco) anos; (*inciso alterado pela Emenda Regimental n.º 017, de 07.10.2019.*)

XXXII - determinar, de ofício, a abertura de processo para verificação da invalidez do(a) magistrado(a), para o fim de aposentadoria;

XXXIII - determinar descontos nos vencimentos dos(as) magistrados(as) e servidores(as) da Região, quando em decorrência de lei, de sentença judiciária ou de decisão do Tribunal; (*inciso alterado pela Emenda Regimental n.º 004, de 13.02.2017.*)

XXXIV - determinar a abertura de Processo Administrativo Disciplinar, nos casos previstos em lei e neste Regimento;

XXXV - visar, com o ordenador da despesa, a folha de pagamento dos(as) magistrados(as) e servidores(as) da Região; (*inciso alterado pela Emenda Regimental n.º 004, de 13.02.2017.*)

XXXVI - decidir os pedidos de reclamações dos(as) magistrados(as) e servidores(as) sobre assuntos de natureza administrativa; (*inciso alterado pela Emenda Regimental n.º 004, de 13.02.2017.*)

XXXVII - processar as representações contra as autoridades sujeitas à jurisdição do Tribunal;

XXXVIII - assinar a carteira de identidade dos(as) magistrados(as) e servidores da Região; (*inciso alterado pela Emenda Regimental n.º 004, de 13.02.2017.*)

XXXIX - conceder e autorizar o pagamento de diárias e ajuda de custo, na conformidade das tabelas aprovadas pelo Tribunal;

XL - elaborar, para apreciação e votação do Tribunal Pleno, projeto do regulamento geral dos serviços do Tribunal, bem como das modificações parciais que se façam necessárias;

XLI - organizar sua secretaria, inclusive o Gabinete da Presidência, na forma do Regulamento;

XLII - propor ao Tribunal a criação ou extinção de cargos e a fixação dos respectivos vencimentos, para encaminhamento ao órgão competente;

XLIII - antecipar e prorrogar o expediente dos(as) servidores(as) do Quadro de Pessoal da Região;

XLIV - prover os cargos do Quadro de Pessoal, nomeando, reintegrando, removendo ou promovendo servidores(as);

XLV - propor ao Tribunal Pleno a lotação numérica do pessoal para os diversos órgãos da Região e designar livremente os(as) servidores(as) para preenchê-los;

XLVI - exonerar, a pedido, servidores(as) do Quadro do Tribunal;

XLVII - nomear para exercício de cargos em comissão e designar para exercício de funções comissionadas (FC) os(as) servidores(as) dos gabinetes dos(as) Desembargadores(as), por estes(as) indicados(as), do Gabinete da Corregedoria Regional, indicados pelo(a) Corregedor(a) Regional, das Secretarias do Tribunal Pleno e das Turmas, indicados(as) por seus(suas) Presidentes, e os das Varas do Trabalho, indicados(as) por seu(sua) Juiz(a) Titular;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

- XLVIII - atribuir as funções comissionadas (FC), designando e dispensando livremente seus(suas) ocupantes;
- XLIX - nomear e exonerar livremente o(a) Secretário(a) Geral da Presidência e os(as) demais assessores(as) especializados(as) lotados(as) em seu Gabinete;
- L - dar posse aos(às) servidores(as) extra-quadros;
- LI - designar as comissões de concurso para admissão de servidores(as) submetendo à aprovação do Tribunal Pleno as respectivas instruções e critérios a serem adotados;
- LII - impor penas disciplinares a servidores(as) da Região;
- LIII - suspender preventivamente servidores(as), nos casos previstos em lei;
- LIV - solicitar à autoridade judiciária competente e por escrito, a prisão preventiva de responsável por dinheiro e valores pertencentes à Fazenda Nacional ou que se acharem sob a guarda desta, no caso de alcance ou omissão em efetuar a entrada nos devidos prazos;
- LV - aprovar a proposta orçamentária e supervisionar a execução orçamentária da despesa;
- LVI - designar os(as) servidores(as) que deverão compor a comissão de compras;
- LVII - autorizar e aprovar as concorrências e as tomadas de preços;
- LVIII - dispensar licitação nos casos previstos em lei;
- LIX - autorizar o pagamento de despesas referentes ao fornecimento de material ou prestação de serviços, bem como assinar os contratos relativos à adjudicação desses encargos, podendo delegar tais poderes ao(à) Diretor(a)-Geral da Secretaria ou ao(à) Ordenador(a) da Despesa;
- LX - apresentar ao Tribunal Pleno, para exame e aprovação, após devidamente auditorada, a tomada de contas do(a) Ordenador(a) da Despesa, colocando-a, juntamente com a documentação respectiva, à disposição dos(as) Desembargadores(as), pelo prazo de 8 (oito) dias antecedente ao da sessão marcada para sua apreciação, submetendo-a, após, ao Tribunal de Contas da União, na forma da lei; **(inciso alterado pela Emenda Regimental n.º 004, de 13.02.2017.**
- LXI - elaborar, se assim julgar conveniente, o orçamento analítico do Tribunal, alterando-o, quando necessário, no decurso do exercício financeiro;
- LXII - propor ao Tribunal os pedidos de abertura de créditos suplementares e especiais para serem encaminhados ao Poder competente;
- LXIII - apresentar ao Tribunal, na última quinzena do mês de março, o relatório das atividades da Região, referentes ao ano anterior, remetendo cópia ao(à) Presidente do Tribunal Superior do Trabalho;
- LXIV - conhecer das representações relativas aos serviços judiciários, determinando ou promovendo as diligências que se fizerem necessárias;
- LXV - indicar ao Tribunal Pleno o(a) Juiz(a) de Primeiro Grau a ser convocado(a) para as substituições nos casos de vacância ou afastamentos por período superior a 30 dias;
- LXVI - apreciar requerimento de Magistrados(as) para antecipação, adiamento e interrupção de férias e outros afastamentos justificados, ouvido, previamente, o(a) Corregedor(a) Regional, quando requeridos por magistrados(as) de primeiro grau; **(inciso alterado pela Resolução n.º 187, de 7.7.2011.)**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

LXVII - conceder afastamentos e licença aos(às) servidores(as) da Região, nas seguintes hipóteses:

- a) licença capacitação;
- b) licença sem vencimentos;
- c) licença para acompanhar cônjuge;
- d) exercício provisório para exercer função comissionada;
- e) licença para atividade política;
- f) afastamento para formação específica (art. 14 da Lei n.º 9.624/98);
- g) licença para mandato classista;
- h) afastamentos preventivos;
- i) dispensa de ponto.

LXVIII - apreciar pedidos de licença e outros afastamentos de autoridades judiciárias, ouvidos, previamente, o(a) Corregedor(a) Regional, quando requeridos por magistrados(as) de primeiro grau;

LXIX - apreciar, por delegação do Tribunal Pleno, os afastamentos de magistrados(as) e servidores(as), sem prejuízo de seus vencimentos e vantagens, para frequência a cursos ou seminários para aperfeiçoamento profissional e estudos, pelo prazo máximo de 2 (dois) anos, ouvidos previamente, o(a) Corregedor(a) Regional e a Escola da Magistratura do TRT 8ª Região, quando requeridos por magistrados(as) de primeiro grau;

LXX - apreciar os pedidos de averbação de tempo de contribuição formulados por servidores(as) e magistrados(as) de Primeiro Grau da Justiça do Trabalho da Oitava Região, bem como os pedidos de Aposentadoria formulados por servidores(as) deste Regional; **(inciso alterado pela Resolução n.º 015, de 15/3/2012.)**

LXXI - deliberar sobre instruções de concurso para provimento de vagas do seu quadro de pessoal, bem como aprovar a classificação final dos(as) candidatos(as) e as respectivas nomeações;

LXXII - deliberar sobre transposição de cargos, promoção e progressão funcionais;

LXXIII - julgar as reclamações dos(as) servidores(as) contra apuração de tempo de serviço;

LXXIV - aprovar ou modificar a lotação numérica do pessoal para os diversos órgãos da Região, após ouvir os(as) magistrados(as) interessados(as);

LXXV - impor aos(às) servidores(as) integrantes do quadro da Região penas disciplinares, após o devido processo legal. **(incisos acrescidos pela Resolução n.º 187, de 7.7.2011.)**

LXXVI - designar junta médica no caso do art. 90 deste Regimento;

LXXVII - velar pelo funcionamento regular da Justiça do Trabalho na Região, expedindo os provimentos e recomendações convenientes;

LXXVIII - administrar todos os sistemas corporativos administrativos e os sistemas corporativos judiciários do segundo grau de jurisdição;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

LXXIX - praticar os demais atos inerentes às suas funções, nos termos da lei e deste Regimento.

CAPÍTULO VII
DO(A) VICE-PRESIDENTE

Art. 38. Compete ao(à) Vice-Presidente:

- I - auxiliar o(a) Presidente e substituí-lo(a) em suas ausências e impedimentos;
- II - cumprir as delegações feitas pelo(a) Presidente;
- III - presidir, conciliar e instruir as audiências de Dissídio Coletivo ou delegar aos(às) Juízes(as) Titulares de Vara e Juízes(as) de Direito investidos na jurisdição trabalhista quando ocorrerem fora da sede; **(inciso alterado pela Resolução n.º 190, de 7.7.2011.)**
- IV - relatar as matérias administrativas, nos processos em que o(a) Presidente lhe delegar esta atribuição;
- V - despachar os recursos de revista interpostos das decisões de Turmas, encaminhando-os ou indeferindo-os, com a devida fundamentação;
- VI - despachar os agravos de instrumento, de seus despachos denegatórios de interposição de recursos, acolhendo-os ou encaminhando-os ao Tribunal *ad quem*;
- VII - proferir voto de desempate nas Turmas e, no seu impedimento, o(a) Desembargador(a) de outra Turma, respeitada a ordem de antiguidade;
- VIII - presidir a Seção Especializada I, quando dela não participar, em julgamento de dissídios coletivos, o(a) Presidente do Tribunal;
- IX - despachar os protestos judiciais com a devida fundamentação; **(inciso incluído pela Resolução n.º 70, de 11.10.2012.)**
- X – despachar os pedidos de Suspensão de Liminar ou Antecipação de Tutela – SLAT com a devida fundamentação. **(inciso incluído pelo Ato Regimental n.º 005, de 7.08.2017.)**

Art. 39. O(A) Vice-Presidente, ao substituir o(a) Presidente, não acumulará o exercício das atribuições dos dois cargos, o mesmo acontecendo com o(a) Desembargador(a) mais antigo, que substituir o(a) Vice-Presidente. **(artigo alterado pelas Emendas Regimentais n.ºs 001, de 13.02.2017, e 017, de 07.10.2019.)**

Parágrafo único. Quando no exercício da Vice-Presidência por período superior a 9 dias, o(a) Desembargador(a) será afastado da distribuição de processos, permanecendo vinculado, como Relator(a), aos processos a ele já distribuídos. **(parágrafo incluído pelo Ato Regimental n.º 014, de 07.10.2019.)**

CAPÍTULO VIII
DA CORREGEDORIA REGIONAL

Art. 40. A Corregedoria Regional é exercida por um(a) dos(as) Desembargadores(as) vitalícios do Tribunal, eleito na forma do disposto no art. 14 para um mandato de 2 (dois) anos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

§ 1.º O(A) Corregedor(a) Regional permanece no regular exercício de suas atribuições quando exercê-las na área de jurisdição do Egrégio Tribunal Regional, ainda que afastado da sua Sede, devendo despachar e praticar os atos necessários via rede mundial de computadores, cabendo à Secretaria da Corregedoria providenciar, para esse fim, o envio de peças essenciais e necessárias, pela mesma via. **(parágrafo alterado pela Emenda Regimental n.º 017, de 07.10.2019.)**

§ 2.º Nas férias ou afastamento da jurisdição do(a) Corregedor(a) Regional (art. 23, XXIX, XXX, XXXV e XXXVI, do Regimento Interno), substituí-lo-á o(a) Desembargador(a) mais antigo que não tenha exercido a administração, hipótese em que concorrerá à distribuição de processo e permanecerá vinculado(a), como Relator(a), aos processos a ele(a) já distribuídos no Gabinete. **(parágrafo alterado pela Emenda Regimental n.º 001, de 13.02.2017.)**

§ 3.º Nos impedimentos ou suspeições, ou quando, ausente o(a) Corregedor(a) Regional da Sede do Egrégio Tribunal Regional, for inviável a comunicação eletrônica ou necessário e imprescindível o atendimento processual ou a prática de atos processuais urgentes, substituí-lo-á o(a) Desembargador(a) mais antigo que não tenha exercido a administração, mas permanecerá na distribuição de processos. **(parágrafos alterados pela Resolução n.º 02, de 6.2.2014.)**

Art. 41. O(a) Corregedor(a) Regional exerce correição permanente, ordinária e parcial, sobre os órgãos de Primeiro Grau da Justiça do Trabalho da Oitava Região.

Parágrafo único. É obrigatório o comparecimento de Juízes(as) de Primeiro Grau às correições e às reuniões designadas pelo(a) Corregedor(a) Regional, por interesse de serviço e aperfeiçoamento da atividade dos(as) magistrados(as).

Art. 42. **(Revogado pela Resolução n.º 17, de 11.4.2016).**

Art. 43. Incumbe ao(à) Corregedor(a) Regional:

I - presidir a Seção Especializada II.

II - exercer correição ordinária nos Foros Trabalhistas e nas Varas do Trabalho da Região, obrigatoriamente, uma vez por ano;

III - realizar de ofício, sempre que se fizerem necessárias, ou a requerimento, correições parciais ou inspeções nos Foros Trabalhistas e nas Varas do Trabalho da Região;

IV - conhecer e decidir os pedidos de providências relativos aos serviços judiciários, determinando ou promovendo as diligências que se fizerem necessárias;

V - decidir as correições parciais contra atos atentatórios à boa ordem processual ou funcional, apresentadas no prazo de cinco dias, a contar da ciência do ato impugnado, nos casos em que não houver recurso legal. **(inciso alterado pela Resolução n.º 71, de 11.10.2012.)**

VI - velar pelo funcionamento regular dos serviços judiciários do primeiro grau, expedindo os provimentos, após a aprovação pelo Egrégio Tribunal Pleno, e recomendações que entender convenientes, sobre a matéria de sua competência jurisdicional ou administrativa;

VII - organizar, quando não estabelecidos em lei, os modelos dos livros obrigatórios ou facultativos e aprovar os formulários e impressos de uso pelos serviços judiciários do primeiro grau;

VIII - examinar, em correição, livros, autos e papéis, determinando as providências cabíveis;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

IX - exercer vigilância sobre o funcionamento dos órgãos de primeiro grau, quanto à omissão de deveres e prática de abusos e, especialmente, no que se refere à permanência dos(as) Juízes(as) em suas respectivas sedes, e aos prazos para prolação de sentença;

X - gerir o sistema de avaliação de desempenho dos(as) Juízes(as) de Primeiro Grau;

XI - apresentar ao Tribunal Pleno relatório das correições ordinárias realizadas, em até 60 (sessenta) dias após a visita correicional; (*inciso alterado pela Resolução n.º 520, de 14.12.2006.*)

XII - solicitar ao(à) Presidente do Tribunal de Justiça correição relativamente aos(às) Juízes(as) de Direito investidos na administração da Justiça do Trabalho;

XIII - representar ao(à) Corregedor(a) Geral e ao Tribunal Superior do Trabalho para aplicação de penalidades que excedam da competência do Tribunal;

XIV - delegar competência ao(à) Desembargador(a) mais antigo(a) que não tenha exercido a administração para auxiliá-lo(a) nas atribuições da Corregedoria, quando necessário;

XV - coordenar a escala de férias dos(as) Juízes(as) de Primeiro Grau.

XVI - administrar os sistemas corporativos judiciários do primeiro grau de jurisdição.

XVII - administrar a justiça itinerante, quando executada pelas Meritíssimas Varas do Trabalho (art. 115, § 1.º, da Constituição da República). (*inciso acrescido pela Resolução n.º 504, de 14.12.2006.*)

Art. 44. A petição referente à correição parcial deverá conter: (*caput alterado pela Resolução n.º 71, de 11.10.2012.*)

I - a indicação do(a) Desembargador(a) Corregedor(a) Regional a que é dirigida;

II - a qualificação do(a) autor(a) e a indicação da autoridade a que se refere a impugnação;

III - os fatos e os fundamentos jurídicos do pedido;

IV - o pedido e suas especificações;

V - a indicação das provas necessárias à instrução dos fatos alegados;

VI - data e assinatura do(a) autor(a), ou seu(sua) representante.

Art. 45. A petição será obrigatoriamente instruída com a certidão de inteiro teor, ou cópia reprográfica autenticada que a substitua, da decisão ou despacho reclamado, das peças em que se apoiou a decisão, ou dos documentos relativos ao procedimento impugnado.

Art. 46. A petição inicial e os documentos que a acompanham deverão ser apresentados em tantas vias quantas necessárias ao processamento e à instrução da reclamação.

Parágrafo único. A petição inicial, quando subscrita por advogado(a), deverá ser acompanhada do respectivo mandato, na forma da lei.

Art. 47. A inicial será desde logo indeferida quando não for o caso de correição parcial. (*artigo alterado pela Resolução n.º 71, de 11.10.2012.*)

Art. 48. Estando a petição em ordem e regularmente instruída, o(a) Corregedor(a) Regional ordenará:

I - a notificação, mediante ofício, da autoridade reclamada, com remessa da



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

segunda via apresentada pelo(a) autor(a), com as cópias dos documentos, para que, no prazo máximo de dez dias, se manifeste sobre o pedido, devendo prestar as informações pertinentes;

II - a suspensão do ato motivador do pedido, *ad referendum* do Egrégio Tribunal Pleno, quando for relevante o fundamento e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida, caso seja deferida, apresentando os autos em mesa na sessão imediatamente seguinte.

Parágrafo único. O litisconsorte necessário deverá ser intimado para manifestar-se no prazo de 10 (dez) dias. (*parágrafo alterado pela Resolução n.º 503, de 14.12.2006.*)

Art. 49. As informações devem ser prestadas pelo(a) magistrado(a) que se achar na titularidade da Vara do Trabalho, ou como seu auxiliar, conforme o caso, independentemente de haver proferido ou não o ato judicial impugnado.

Parágrafo único. Tratando-se de reclamação contra ato de natureza funcional, as informações serão prestadas, preferencialmente, pelo(a) próprio(a) magistrado(a) apontado como autoridade reclamada.

Art. 50. Concluídos os autos, o(a) Corregedor(a) Regional proferirá decisão fundamentada e conclusiva, dentro de dez dias.

Parágrafo único. A conclusão da decisão será publicada no Diário Oficial da Justiça do Trabalho da Oitava Região, com a identificação da autoridade reclamada, apenas pelo cargo que ocupa, e seu inteiro teor remetido por cópia, mediante ofício, à autoridade referida. (*parágrafo alterado pela Resolução n.º 520, de 14.12.2006.*)

Art. 51. A autoridade responsável pelo cumprimento da decisão correicional oficiará à Corregedoria Regional, no prazo de dez dias, sobre a observância da determinação.

Art. 52. Das decisões proferidas pelo(a) Corregedor(a) Regional em sede de correição parcial e pedido de providências, caberá agravo regimental para o Tribunal Pleno, que poderá ser manejado pelas partes do processo original ou seu(sua) representante legal, no prazo de 8 (oito) dias. (*artigo alterado pela Emenda Regimental n.º 011, de 13.11.2017.*)

Parágrafo único. (*Revogado pela Resolução n.º 363, de 11.10.2007.*)

CAPÍTULO IX
DAS ATRIBUIÇÕES DO(A) PRESIDENTE DE TURMA

Art. 53. Compete ao(à) Presidente de Turma:

I - dirigir, ordenar e presidir as sessões da Turma, propondo e submetendo as questões a julgamento;

II - proferir voto, apurar os emitidos e proclamar as decisões;

III - relatar os processos que lhe forem distribuídos; (*inciso alterado pela Emenda Regimental n.º 001, de 13.02.2017.*)

IV - cumprir e fazer cumprir as decisões jurisdicionais dos órgãos superiores e as da própria Turma;

V - indicar o(a) Secretário(a) da Turma e os(as) demais integrantes da Secretaria, dentre os(as) servidores(as) do quadro, mediante aprovação dos(as) demais integrantes da



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

Turma; (*inciso alterado pela Resolução n.º 518, de 14.12.2006.*)

VI - convocar as sessões ordinárias e extraordinárias da Turma;

VII - assinar os acórdãos da Turma, na hipótese do art. 171;

VIII - manter a ordem nas sessões ou audiências, determinando a retirada dos(as) assistentes que a perturbarem ou lhe faltarem com o devido respeito, aplicando as medidas coercitivas cabíveis;

IX- requisitar às autoridades competentes a força necessária, sempre que nas sessões houver perturbação da ordem ou fundado temor de sua ocorrência;

X - convocar Desembargador(a) de outra Turma para integrar o órgão que preside, a fim de compor o quorum ou para proferir voto de desempate, respeitada a ordem de antiguidade e observado o disposto no art. 38, VII;

XI - apresentar ao(à) Presidente do Tribunal, na primeira quinzena de fevereiro, o relatório dos trabalhos realizados pela Turma no decurso do ano anterior;

XII - solicitar ao(à) Corregedor(a) Regional as providências de ordem correicional aprovadas pela Turma e as que ele(a) próprio(a) entender necessárias;

XIII - promover, por proposta de qualquer dos seus membros, a remessa de processos para devido pronunciamento do Tribunal Pleno, quando houver arguição relevante de inconstitucionalidade;

XIV - despachar os expedientes em geral da Secretaria da Turma;

XV - orientar, controlar, e fiscalizar as tarefas administrativas vinculadas às atribuições judiciárias previstas neste artigo, bem assim a observância dos prazos regimentais que norteiam a tramitação dos processos de competência do Colegiado.

XVI - decidir sobre quaisquer incidentes processuais, inclusive desistências e acordos após o julgamento pelo Colegiado;

XVII - expedir ordens e promover as diligências necessárias ao cumprimento das deliberações da Turma, quando se tratar de matéria que não esteja a cargo do(a) Desembargador(a) Relator(a);

XVIII - redistribuir, mediante sorteio, entre os(as) componentes da Turma, os processos cujos(as) relatores(as) se afastarem do exercício judicante por período superior a 90 (noventa) dias, ou nos casos em que ocorrer impedimento ou suspeição". (*inciso alterado pela Emenda Regimental n.º 007, de 7.08.2017.*)

XIX - estende-se a redistribuição, nas condições do item anterior, aos embargos declaratórios opostos nos processos em que o(a) relator(a) se afastou da Turma;

XX - integrar a Comissão de Jurisprudência do Tribunal, na forma do art. 162;

XXI - cumprir e fazer cumprir as disposições deste Regimento. (*inciso alterado pela Resolução n.º 518, de 14.12.2006.*)

CAPÍTULO X
DOS FOROS TRABALHISTAS

Seção I
Da Direção do Foro



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

Art. 54. A Direção do Foro de Belém é exercida por um(a) Juiz(a) Titular de uma das Varas do Trabalho da Capital, por dois anos, vedada a recondução.

§ 1.º O exercício do cargo de Diretor(a) do Foro constitui *munus*, só podendo ser recusado por motivo ponderável, a critério do(a) Presidente do Tribunal.

§ 2.º O(A) Juiz(a) Titular acumulará, obrigatoriamente, este encargo com as atribuições das Varas do Trabalho que estiver presidindo e será substituído, nos afastamentos temporários e nos impedimentos, pelo(a) Juiz(a) Titular de Vara mais antigo(a) na localidade e, na ausência de Juízes(as) Titulares de Vara, por Juiz(a) do Trabalho Substituto, observado o mesmo critério.

Art. 55. O(A) Diretor(a) do Foro de Belém será, preferentemente, o(a) Juiz(a) Titular mais antigo lotado da sede da Oitava Região, designado pelo(a) Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, no exercício da faculdade instituída pelo art. 37, inciso XX, deste Regimento.

Parágrafo único. Não será designado(a) como Diretor(a) do Foro o Juiz(a) que estiver exercendo a direção da Central de Execução. (*parágrafo alterado pela Emenda Regimental n.º 004, de 13.02.2017.*)

Art. 56. O(A) Diretor(a) de Foro de Belém indicará ao(à) Presidente do Tribunal Regional do Trabalho servidor(a) do quadro da Oitava Região para exercer a Função Comissionada de Assistente, que o(a) nomeará, nos termos do art. 37, XLVIII, deste Regimento.

Art. 57. Nas localidades onde funcionem mais de uma Vara do Trabalho, haverá um(a) Diretor(a) do Foro, designado pelo(a) Presidente do Tribunal, pelo prazo de dois anos e pelo critério de antiguidade.

Parágrafo único. Em seus afastamentos temporários e em seus impedimentos, o(a) Diretor(a) do Foro será substituído pelo(a) Juiz(a) Titular de Vara mais antigo(a) em exercício na localidade, ou, na ausência de Juízes(as) Titulares de Vara, por Juiz(a) do Trabalho Substituto(a), observado o mesmo critério.

Seção II
Do Foro de Belém

Art. 58. Integram o Foro de Belém:

- I - o Serviço Judiciário de Protocolo e a Distribuição de 1.º Grau;
- II - as Varas Trabalhistas;
- III - o Depósito Público;
- IV - a Central de Mandados.

Seção III
Da Competência do(a) Diretor(a) do Foro

Art. 59. Compete ao(à) Diretor(a) do Foro Trabalhista de Belém, além das expressamente delegadas pelo(a) Presidente do Tribunal:

- I - dirigir e representar o Foro Trabalhista, sem prejuízo de suas funções como Titular de Vara do Trabalho;
- II - despachar os pedidos de distribuição por dependência, por conexão, por continência ou por prevenção;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

- III - manter entendimentos com os(as) Juízes(as) das demais Varas, visando à solução de problemas comuns;
- IV - determinar, no limite de sua competência, medidas administrativas que entenda necessárias à dignidade dos órgãos e à eficiência dos serviços;
- V - apresentar, até o dia 15 do mês de fevereiro de cada ano, relatório de suas atividades, no qual poderá sugerir medidas necessárias à melhoria dos serviços e ao funcionamento das Varas;
- VI - delegar atribuições, sempre que necessário, a(à) Juiz(a) Titular de Vara ou a(à) Juiz(a) Substituto(a);
- VII - delegar a representação do Foro Trabalhista, em solenidades ou em ocasiões especiais, a(à) Juiz(a) Titular de Vara ou a(à) Juiz(a) Substituto(a);
- VIII - convocar reuniões, ordinárias ou extraordinárias, dos(as) Juízes(as) Titulares e Substitutos(a);
- IX - velar pela perfeita manutenção e funcionamento do Foro, de todas as suas instalações e equipamentos;
- X - velar pela preservação da ordem, da segurança, da disciplina e do decoro do Foro Trabalhista;
- XI - decidir os requerimentos concernentes à distribuição e protocolo de ações e de petições;
- XII - administrar as atividades do Serviço Judiciário de Protocolo, a Distribuição de 1.º Grau, bem como o Depósito Público;
- XIII - instituir, quando necessário, o sistema de plantão, ou sobreaviso, para atendimento nos dias em que não houver expediente forense, estabelecendo folga compensatória, conforme a necessidade e conveniência do serviço, ouvido o(a) Juiz(a) convocado para este fim.

Art. 60. Os casos omissos serão decididos pelo(a) Diretor(a) do Foro em conjunto com a Presidência do Tribunal Regional.

CAPÍTULO XI
DA CENTRAL DE MANDADOS

Seção I
Das Disposições Gerais

Art. 61. A Central de Mandados consiste em um sistema de gerenciamento de mandados judiciais, através do qual serão reunidas e distribuídas todas as tarefas atinentes à fase de execução do processo trabalhista, onde a demanda de Analistas Judiciários(as), integrantes da área Judiciária e especialistas em Execução de Mandados seja indispensável.

Parágrafo único. Para efeito deste artigo, todos os(as) Analistas Judiciários(as), pertencentes à Área Judiciária e especialistas em Execução de Mandados, terão lotação na Central de Mandados.

Art. 62. O sistema terá por pressuposto a subdivisão da área de jurisdição das Varas do Trabalho a que se encontre vinculada, observando-se para efeito dessa divisão os



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

seguintes requisitos:

I - acesso contínuo dentro de um espaço geográfico específico;

II - densidade da área de demandas judiciais;

III - área de acesso difícil, assim considerada aquela despojada de meios de transportes terrestres;

IV - área de acesso fácil ou privilegiado, assim considerada aquela dotada de permanente via de comunicação por transporte terrestre.

§ 1.º As áreas, subdivididas conforme os requisitos alinhados neste artigo, serão denominadas de zonas, que poderão congregam todos os aspectos que envolvem os requisitos enumerados ou apenas um deles, conforme o caso.

§ 2.º Divididas em zonas, a distribuição dos(as) Analistas Judiciários(as) - Executantes de Mandados será formada de acordo com presença das dificuldades características da área a ser coberta, devendo ser adotado o mínimo de um(a) Analista Judiciário(a) - Executante de Mandados para cada zona.

§ 3.º As zonas que congregarem mais de três requisitos dos enumerados deverão ter prioridade de distribuição em relação aquelas que apresentarem aspectos menos relevantes, salvo hipótese de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovada.

Art. 63. Ressalvadas as situações específicas da sede e da cidade de Macapá-AP, nas localidades em que houver mais de uma Vara do Trabalho, poderá o(a) Diretor(a) do Foro propor a constituição de uma Central de Mandados Judiciais, que ficará sob sua direção, sujeitando-se a proposta ao grau de necessidade e reorganização do sistema de cumprimento de mandados naquela localidade. (*parágrafo alterado pela Resolução n.º 9, de 9.2.2015.*)

Seção II
Da Direção da Central de Mandados

Art. 64. Na sede e na cidade de Macapá-AP, a Central de Mandados será dirigida por um(a) Juiz(a) Titular de Vara do Trabalho, designado pelo(a) Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região para esse fim específico. (*parágrafo alterado pela Resolução n.º 9, de 9.2.2015.*)

§ 1.º O exercício do cargo de Diretor(a) da Central de Mandados ou de Diretor(a) do Foro constitui *munus*, só podendo ser recusado por motivo ponderável, a critério do(a) Presidente do Tribunal.

§ 2.º O(A) Juiz(a) Titular acumulará, obrigatoriamente, este encargo com as atribuições da Vara do Trabalho que estiver presidindo e será substituído, nos afastamentos temporários e nos impedimentos, pelo(a) Juiz(a) Titular de Vara mais antigo(a) na localidade e, na ausência de Juizes(as) do Trabalho, Titulares de Vara, por Juiz(a) do Trabalho Substituto(a), observado o mesmo critério.

§ 3.º A designação de que trata este artigo é de caráter temporário, cujo período não poderá ser superior a 02 (dois) anos.

Art. 65. A estrutura funcional da Central de Mandados compreenderá um(a) Analista Judiciário(a) pertencente à Área Judiciária, na especialidade de Execução de Mandados, além de dois(duas) ou mais servidores(as) de carteira, que coordenarão todas as atividades atinentes ao sistema.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

§ 1.º O comando da coordenação será exercido por um(a) Analista Judiciário(a) - Executante de Mandados, designado(a) pelo prazo de 02 (dois) anos, findo o qual será designado(a) novo(a) servidor(a).

§ 2.º Durante o período estabelecido no parágrafo anterior, o(a) Analista Judiciário(a) - Executante de Mandados ficará desonerado(a) das obrigações relativas aos serviços externos determinantes de suas atribuições legais.

§ 3.º Nas Centrais de Mandados constituídas em localidades fora da Sede, a estrutura funcional será oferecida pelo(a) Diretor(a) do Foro, que poderá dispor, tão-somente, do pessoal lotado nas Varas do Trabalho vinculadas ao sistema, inclusive no que tange ao comando da coordenação, que poderá recair em servidor(a) diverso da Área Judiciária, especialidade Execução de Mandados.

Seção III
Da Competência e do Funcionamento

Art. 66. Compete à Central de Mandados:

I - dividir a jurisdição das Varas do Trabalho em tantas zonas quantas forem operacionalmente viáveis, observado o disposto no art. 62;

II - definir, por zona, o número de Analistas Judiciários(as) - Executantes de Mandados, conforme a demanda existente, tendo em vista os aspectos previstos no art. 62;

III - receber e distribuir os mandados judiciais provenientes das Varas do Trabalho vinculadas à Central de Mandados respectiva;

IV - providenciar, a cada período de três meses, a substituição dos(as) Analistas Judiciários(as), especialidade Execução de Mandados, por zona, de forma que haja um rodízio de servidores(as) entre as diversas zonas criadas;

V - manter à disposição das Varas do Trabalho, diariamente, o mínimo de dois(duas) Analistas Judiciários(as) - Especialidade Execução de Mandados, no edifício sede do Tribunal;

VI - elaborar a escala dos(as) Analistas Judiciários(as) - Executantes de Mandados para o exercício nas diversas zonas delimitadas;

VII - elaborar a escala de férias dos(as) Analistas Judiciários(as) vinculados à Central de Mandados;

VIII - fiscalizar o fiel cumprimento dos mandados judiciais, registrando os equívocos cometidos nas diligências, cientificando os(as) Analistas Judiciários(as) - Executantes de Mandados para efetivação das correções possíveis e que não impliquem repetições de atos formalmente perfeitos e acabados;

IX - exercer o controle sobre a qualidade e quantidade dos trabalhos desenvolvidos cumprindo as metas fixadas pela Administração e propondo sugestões para o melhor desempenho das suas atividades;

X - executar quaisquer outras atividades atinentes ao sistema.

Parágrafo único. Aplica-se este artigo, no que couber, às Centrais de Mandados constituídas na forma do art. 63.

Art. 67. A distribuição dos mandados judiciais será diária e extraordinária, sempre que a ordem judicial assim o exigir.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

Parágrafo único. Em caráter excepcional, poderá o(a) Diretor(a) da Central de Mandados designar Analista Judiciário(a) - Executante de Mandado para cumprimento de determinada diligência independentemente da sua área de atuação trimestral.

Art. 68. Nas escalas de serviço, os(as) Analistas Judiciários(as) - Executantes de Mandados serão identificados por números, através de tabela própria, previamente divulgada.

Art. 69. O(A) Analista Judiciário(a) - Executante de Mandados terá nove dias para o integral cumprimento do mandado, se outro não for o prazo estabelecido na lei ou na ordem judicial.

Art. 70. Toda diligência deverá ser concluída pelo(a) mesmo(a) Analista que a iniciou, ainda que em zona diversa daquela fixada para o exercício de suas atribuições.

Parágrafo único. Havendo autorização do(a) Diretor(a) da Central de Mandados, outro(a) Analista Judiciário(a) - Executante de Mandados poderá concluir a diligência iniciada, desde que essa transferência de tarefas seja benéfica para os trabalhos, sem que tal fato implique em redistribuição do mandado.

Art. 71. Os fatos ocorridos nas diligências deverão constar de certidões circunstanciadas.

§ 1.º O(A) Analista Judiciário(a) - Executante de Mandados, sempre que possível, qualificará as pessoas envolvidas na diligência, com a indicação dos prenomes e nomes, endereço, estado civil, números da Carteira de Identidade (CI) e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

§ 2.º Independentemente do relatório encaminhado à Secretaria da Corregedoria Regional, a Central de Mandados colocará à disposição dos(as) Juízes(as) Titulares de Vara vinculadas ao sistema, um quadro de informações sobre todo o ciclo da ordem judicial.

Art. 72. A estrutura funcional da Central de Mandados prevista no art. 64, poderá ser acrescida de servidores(as) pertencentes à área Judiciária, na especialidade de Execução de Mandados ou de outra área ou especialidade, conforme a necessidade existente na ocasião.

Art. 73. Após a subdivisão da área de jurisdição das Varas do Trabalho, serão divulgados os números de zonas e sua respectiva delimitação geográfica, que serão identificadas por nomes próprios de logradouros públicos, praças, avenidas ou ruas de predominância do contexto físico respectivo.

Art. 74. (Revogado pelo Ato Regimental n.º 007, de 4.09.2017).

Art. 75. Os problemas provenientes da execução dos serviços desenvolvidos pela Central de Mandados serão resolvidos por seu(sua) Diretor(a), que poderá submetê-los à apreciação da Corregedoria Regional.

CAPÍTULO XII
DAS CONVOCAÇÕES, SUBSTITUIÇÕES E TRANSFERÊNCIAS DE JUÍZES(AS)

Art. 76. Nas ausências ou impedimentos eventuais ou temporários, a substituição no Tribunal far-se-á da seguinte maneira: (*artigo alterado pela Emenda Regimental n.º 017, de 07.10.2019.*)

I – o(a) Presidente do Tribunal, pelo(a) Vice-Presidente, seguindo-se, na ausência de ambos, pelos(as) demais Desembargadores(as), em ordem decrescente de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

antiguidade;

II – o(a) Vice-Presidente, pelo(a) Desembargador(a) do Trabalho mais antigo(a);

III – o(a) Corregedor(a) Regional, pelo(a) Desembargador(a) do Trabalho mais antigo(a) que não tenha exercido a administração;

IV – o(a) Presidente da Turma, pelo(a) Desembargador(a) do Trabalho mais antigo(a) da Turma; (*incisos I, II, III, e IV incluídos pelo Ato Regimental n.º 014, de 07.10.2019.*)

Parágrafo único. (*Revogado pelo Ato Regimental n.º 014, de 07.10.2019.*)

Art. 77. Para efeito de substituição, as ausências dos(as) Desembargadores(as) serão consideradas: (*artigo alterado pela Emenda Regimental n.º 004, de 13.02.2017.*)

I - definitivas, em razão de impedimento, suspeição ou vacância do cargo;

II – temporárias, quando decorram de férias e de concessão de licença por período superior a 3 (três) dias;

III - ocasionais, em razão de:

a) impossibilidade de comparecimento no máximo a 3 (três) sessões consecutivas;

b) não ter assistido ao relatório, salvo se houver falta de quorum para o julgamento, caso em que aquele será repetido, se o(a) Desembargador(a) não o dispensar.

Art. 78. Em caso de vacância ou afastamento de Desembargador(a), por período superior a 30 (trinta) dias, poderá ser convocado(a), em substituição, juiz(a) Titular de Vara, integrante da primeira quinta parte da lista de antiguidade, até o limite de 10% (dez por cento) do total das Varas do Trabalho da Região. (*parágrafo alterado pela Emenda Regimental n.º 026, de 02.10.2023.*)

§ 1.º A convocação, que não poderá ser prorrogada, dar-se-á por decisão da maioria absoluta do Tribunal Pleno, alternadamente, por antiguidade e por merecimento, este em procedimento simplificado. (*parágrafo alterado pela Emenda Regimental n.º 026, de 02.10.2023.*)

§ 2.º No julgamento dos processos em que o(a) juiz(a) convocado(a) estiver vinculado(a), o(a) Desembargador(a) substituído(a) poderá votar, exceto na hipótese de quorum completo.

§ 3.º Aos(Às) juízes(as) convocados(as) serão destinados o gabinete e a assessoria do(a) desembargador(a) substituído(a). (*parágrafo acrescido pela Resolução n.º 208, de 25.06.2009.*)

Art. 79. Nos casos de afastamento de magistrado(a) até 30 (trinta) dias, se comprometido o quorum de julgamento, será convocado(a) Desembargador(a) de outra Turma ou Juiz(a) Titular de Vara para atuar no Tribunal, por convocação do(a) Presidente da Turma.

§ 1.º Se necessário, poderão ser convocados(as) Juízes(as) Titulares de Vara do Trabalho da Região, para auxiliar no Tribunal, vinculados(as) aos(às) Desembargadores(as) afastados(as), caso em que os(as) Juízes(as) convocados(as) os(as) substituirão nas Turmas e Sessões Especializadas que integrarem. (*parágrafo alterado pela Resolução n.º 208, de 25.06.2009.*)

§ 2.º Nenhum órgão da Corte funcionará com juízes(as) convocados(as) em número superior ao(à) de Desembargadores(as) efetivos(as) do Tribunal, salvo nas Turmas, de acordo com a necessidade de agilização da prestação jurisdicional.

§ 3.º Cabe ao(à) Corregedor(a) opinar conclusivamente nos processos de convocação de juízes(as) de primeiro grau para auxílio em segundo grau, os quais serão definitivamente apreciados pelo Pleno do Tribunal mediante distribuição a um(a) relator(a), excetuados



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

o(a) Presidente ou Corregedor(a). *(parágrafo acrescido pela Resolução n.º 208, de 25.06.2009.)*

Art. 79-A. A convocação de juízes(as) de primeiro grau para auxílio ao Tribunal ou Desembargador(a), dar-se-á sempre em caráter excepcional, quando exigido pelo interesse público ou pelo justificado acúmulo de serviço o exigir. *(artigo alterado pela Emenda Regimental n.º 026, de 02.10.2023).*

§ 1.º A convocação prevista no caput será para o exercício de atividade jurisdicional ou administrativa, restrita nesta situação ao auxílio à Presidência, Vice-Presidência ou Corregedoria do Tribunal.

§ 2.º A convocação para auxílio dar-se-á em caráter excepcional quando o imprevisível ou justificado acúmulo de serviço o exigir, ou quando outra circunstância impedir o exercício regular das atividades do Tribunal.

§ 3.º O acúmulo de serviço é reconhecido sempre que a quantidade média de distribuição de feitos no Tribunal superar a capacidade média de julgamento de todos os seus membros e assim se conservar por seis (6) meses.

§ 4.º A convocação de que trata o caput será permitida pelo prazo de 2 (dois) anos, sendo cabível a prorrogação ou a convocação de magistrado(a), de forma ininterrupta ou sucessiva, desde que devidamente fundamentada. *(parágrafo alterado pela Emenda Regimental n.º 18, de 14.09.2020.)*

(artigo acrescido pela Resolução n.º 208, de 25.06.2009.)

§ 5.º É admitida a convocação de juízes(as) de primeiro grau para auxílio à atividade jurisdicional em segundo grau em caso de licença prevista no art. 69 da Lei Complementar n.º 35/1979, em período inferior a 30 (trinta) dias. *(parágrafo incluído pelo Ato Regimental n.º 20, de 02.10.2023)*

Art. 79-B. Os(As) juízes(as) de primeiro grau convocados(as) para exercer função de substituição ou auxílio no Tribunal receberão, exclusivamente, a diferença de remuneração para o cargo de Desembargador(a). *(artigo acrescido pela Resolução n.º 208, de 25.06.2009.)*

Art. 79-C. É vedada a convocação de juiz(a) de primeiro grau:

I - que acumule qualquer outra atribuição jurisdicional ou administrativa, como a Direção de Foro e a Direção de Central de Mandados, na sede ou fora da sede do Tribunal;

II - em número excedente de 10% dos(as) juízes(as) titulares de vara na mesma comarca, nelas sempre mantida a presença e exercício de juiz(a) substituto(a) ou em substituição por todo o período de convocação do(a) titular;

III - que, injustificadamente, reter autos em seu poder além do prazo legal, não podendo devolvê-lo à secretaria sem o devido despacho ou decisão. *(artigo acrescido pela Resolução n.º 208, de 25.06.2009.)*

Art. 80. O(A) Desembargador(a) do Tribunal afastado(a) temporariamente do exercício de suas funções poderá ser convocado(a) para participar nas deliberações e votações, nos processos a que esteja vinculado(a) como Relator(a), e nos relativos a matérias administrativas e disciplinares, assim como nos Mandados de Segurança contra ato ou decisão do(a) Presidente ou do próprio Tribunal. *(caput alterado pela Emenda Regimental n.º 001, de 13.02.2017.)*

§ 1.º Comunicar-se-á por escrito ao(à) Desembargador(a) afastado(a) sobre a data e a finalidade da convocação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

§ 2.º É faculdade do(a) Desembargador(a) afastado comparecer à sessão em atendimento à convocação que lhe foi endereçada.

CAPÍTULO XIII
DAS FÉRIAS, LICENÇAS, CONCESSÕES E APOSENTADORIAS

Art. 81. Os(As) Desembargadores(as) do Tribunal, Juízes(as) Titulares de Vara do Trabalho e Juízes(as) do Trabalho Substitutos(as) da Oitava Região terão direito a férias anuais, por 60 (sessenta) dias, individuais, podendo gozá-las de uma só vez ou fracionadas em períodos não inferiores a 30 (trinta) dias.

§ 1.º Em casos excepcionais, por conveniência do serviço, o(a) magistrado(a) poderá interromper as suas férias. *(parágrafo alterado pela Emenda Regimental n.º 004, de 13.02.2017.)*

§ 2.º Somente por imperiosa necessidade do serviço e pelo máximo de 2 (dois) meses, poderão os(as) magistrados(as) acumular férias. *(parágrafo alterado pela Emenda Regimental n.º 004, de 13.02.2017.)*

§ 3.º *(Revogado pela Resolução n.º 80, de 12.12.2013).*

§ 4.º *(Revogado pela Resolução n.º 80, de 12.12.2013).*

Art. 82. Não poderão afastar-se em gozo de férias, simultaneamente, salvo por motivo de licença, na forma da lei:

I - o(a) Presidente e o(a) Vice-Presidente;

II - mais de 8 (oito) dos(as) Desembargadores(as) que compõem o Tribunal Pleno;

III - mais de 4 (quatro) dos(as) Desembargadores(as) que compõem cada Seção Especializada;

IV - mais de 2 (dois/duas) dos(as) Desembargadores(as) que compõem as Turmas;

V - mais da metade dos(as) Juízes(as) Titulares das Varas de cada Sub-Região;

VI - mais da metade dos(as) Juízes(as) Substitutos(as) de cada Sub-Região.

(incisos alterados pela Resolução n.º 80, de 12.12.2013.)

Art. 83. O(A) magistrado(a) poderá gozar licença ou férias onde lhe convier, ficando obrigado(a), entretanto, a comunicar, por escrito, seu endereço ao(à) Presidente do Tribunal. *(artigo alterado pela Emenda Regimental n.º 004, de 13.02.2017.)*

Art. 84. Nenhum(a) Desembargador(a) do Tribunal poderá entrar em gozo de férias sem julgar todos os processos que lhe tenham sido distribuídos, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado. *(artigo alterado pela Emenda Regimental n.º 001, de 13.02.2017.)*

Art. 85. Ainda que em gozo de férias, os(as) Desembargadores(as) do Tribunal poderão participar de votação, quando se tratar de emenda ou reforma do Regimento, eleições, organização de lista para promoção, remoção ou disponibilidade de Juízes(as), processo disciplinar da magistratura, bem como outras deliberações de ordem administrativa, observado o disposto nos parágrafos do art. 80.

Art. 86. Os(As) Desembargadores(as) do Tribunal, Juízes(as) Titulares de Varas do Trabalho e Juízes(as) Substitutos(as) das Sub-Regiões terão suas férias sujeitas à escala, atendida a conveniência do serviço e, sempre que possível, a de cada magistrado(a).

§ 1.º Com esse fim, o(a) Presidente do Tribunal ouvirá os(as) interessados(as), no mês de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

outubro, providenciando o Serviço de Administração de Pessoal, até o final do mês de novembro, a elaboração da escala a vigorar no ano seguinte.

§ 2.º Os(As) Juízes(as) do Trabalho Substitutos(as) somente poderão requerer férias nos meses de janeiro, julho e novembro, e se houver disponibilidade, condicionada à escala de férias dos(as) Juízes(as) Titulares das Varas do Trabalho da Sub-Região a que pertencer.

§ 3.º O Serviço de Administração de Pessoal, sob a coordenação da Corregedoria Regional, deverá elaborar escala de rodízio para o gozo de férias dos(as) Juízes(as) do Primeiro Grau nos meses de janeiro, julho e novembro, de modo que permita a igualdade de condições para todos(as) os(as) magistrados(as), obedecendo aos seguintes critérios:

- a) antiguidade;
- b) produtividade.

Art. 87. Verificando-se a impossibilidade de conciliação de interesses, dentre os(as) Magistrados(as) do Tribunal, ou, dentre os(as) Juízes(as) Titulares de Varas do Trabalho e Juízes(as) Substitutos(as), dar-se-á preferência ao gozo de férias no período escolhido, obedecendo aos seguintes critérios:

I - no Tribunal:

- a) ao(à) Desembargador(a) mais antigo(a);
- b) ao(à) Desembargador(a) mais antigo(a) com maior prole em idade escolar;
- c) ao(à) Desembargador(a) mais antigo(a) cujo cônjuge pertença ao órgão, com o fim de compatibilizar os períodos;
- d) ao(à) Desembargador(a) que acumula atividades de professor(a).

II - nas Sub-regiões:

- a) ao(à) Juiz(a) Titular de Vara;
- b) ao(à) Juiz(a) Titular mais antigo(a);
- c) ao(à) Juiz(a) Titular mais antigo(a) com maior prole em idade escolar;
- d) ao(à) Juiz(a) Titular mais antigo(a) que possua cônjuge no órgão, com o fim de compatibilizar os períodos;
- e) ao(à) Juiz(a) Titular mais antigo(a) que acumula atividades de professor(a);
- f) ao(à) Juiz(a) Substituto(a) mais antigo(a);
- g) ao(à) Juiz(a) Substituto(a) mais antigo(a) com maior prole em idade escolar;
- h) ao(à) Juiz(a) Substituto(a) mais antigo(a) que possua outro membro de sua família no órgão, com o fim de compatibilizar os períodos;
- i) ao(à) Juiz(a) Substituto(a) mais antigo(a) que acumula atividades de professor(a).

Parágrafo único. Nova consulta será feita ao(à) magistrado(a), para que se manifeste por outra alternativa, quando se verificar a impossibilidade de deferimento das férias no período pleiteado. (*parágrafo alterado pela Emenda Regimental n.º 004, de 13.02.2017.*)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

Art. 88. Elaborada a escala de férias será a mesma submetida à apreciação do Tribunal Pleno, na segunda quinzena do mês de dezembro, e, após aprovada, não poderá sofrer qualquer alteração, salvo por motivo relevante ou imperiosa necessidade de serviço. *(artigo alterado pela Resolução n.º 187, de 7.7.2011.)*

Art. 89. Os membros do Tribunal, Juízes(as) Titulares de Vara e os(as) Juízes(as) do Trabalho Substitutos(as) da Oitava Região terão direito à licença:

- I - para tratamento de saúde;
- II - por motivo de doença em pessoa da família;
- III - para repouso à gestante;
- IV - por paternidade;
- V - pelo período de trânsito de Magistrados(as);
- VI - em afastamento preventivo;
- VII - para aprimoramento cultural.

Parágrafo único. Ao(À) magistrado(a) que não tenha se ausentado da Região para curso de pós-graduação, será concedida licença cultural para efeito de elaboração de dissertação ou tese, no prazo não superior a 4 (quatro) meses, proibida a prorrogação, desde que não exceda a 4% da totalidade dos(as) magistrados(as) em exercício, em partes iguais de Primeiro e Segundo Graus, sempre atendida a necessidade de serviço. *(parágrafo alterado pela Emenda Regimental n.º 004, de 13.02.2017.)*

Art. 90. A licença para tratamento de saúde, até 30 (trinta) dias, será concedida mediante apresentação de atestado fornecido pelo Sistema Integrado de Saúde (SIS), ou, na hipótese de se encontrar o(a) Juiz(a) fora da sede, por médico(a) particular; se por tempo maior, bem como as prorrogações que importem em licença por período ininterrupto, também superior a 30 (trinta) dias, dependerão de inspeção por junta médica, designada pelo(a) Presidente do Tribunal.

Art. 91. O(A) magistrado(a) licenciado(a) não poderá exercer qualquer das suas funções jurisdicionais ou administrativas, nem exercer qualquer função pública ou particular. *(artigo alterado pela Emenda Regimental n.º 004, de 13.02.2017.)*

§ 1.º Os períodos de licença concedidos aos(às) magistrados(as) não terão limites inferiores aos reconhecidos por lei aos(às) servidores(as) da União.

§ 2.º Salvo contra-indicação médica, o(a) magistrado(a) licenciado(a) poderá proferir decisões em processos que, antes da licença, lhe hajam sido conclusos para julgamento ou tenham recebido o seu visto como Relator(a). *(parágrafo alterado pelas Emendas Regimentais n.ºs 001 e 004, de 13.02.2017.)*

Art. 92. Sem prejuízo do subsídio ou de qualquer direito ou vantagem legal, o(a) magistrado(a) poderá afastar-se de suas funções até 8 (oito) dias consecutivos por motivo de: *(artigo alterado pela Emenda Regimental n.º 004, de 13.02.2017.)*

- I - casamento;
- II - falecimento de cônjuge, ascendente, descendente ou irmão(ã). *(inciso alterado pela Resolução n.º 189, de 7.7.2011.)*

Art. 93. Conceder-se-á afastamento ao(à) magistrado(a), sem prejuízo de seus vencimentos e vantagens, para frequência a cursos ou seminários de aperfeiçoamento e estudos, a critério do Tribunal, pelo prazo máximo de 2 (dois) anos. *(artigo alterado pela*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

Emenda Regimental n.º 004, de 13.02.2017.)

Art. 94. A aposentadoria dos(as) Juízes(as) será compulsória, aos 75 (setenta e cinco) anos de idade ou por invalidez comprovada, e voluntária, nos termos da Constituição da República, ressalvado o disposto no artigo 28 da Lei Orgânica da Magistratura Nacional - LOMAN. ***(artigo alterado pela Emenda Regimental n.º 017, de 07.10.2019.)***

§1.º O(A) interessado(a), quando se tratar de aposentadoria a pedido, dirigirá seu requerimento ao(à) Presidente do Tribunal, instruindo-o com a declaração de bens e, se for o caso, certidão de tempo de serviço estranho à Justiça do Trabalho.

§ 2.º Tratando-se de aposentadoria compulsória por implemento de idade, o(a) Presidente do Tribunal, à falta de requerimento do(a) interessado(a), 40 (quarenta) dias antes da data em que o(a) Juiz(a) completar 75 (setenta e cinco) anos, baixará portaria para que se instaure processo *ex officio*, fazendo-se a prova da idade através da certidão de nascimento ou pela matrícula do(a) magistrado(a). ***(parágrafo alterado pela Emenda Regimental n.º 017, de 07.10.2019.)***

Art. 95. Na aposentadoria por invalidez, o processo respectivo terá início:

- a) a requerimento do(a) magistrado(a); ***(alínea alterada pela Emenda Regimental n.º 004, de 13.02.2017.)***
- b) por ato do(a) Presidente do Tribunal, de ofício;
- c) em cumprimento à deliberação do Tribunal.

Parágrafo único. Tratando-se de incapacidade mental, o(a) Presidente do Tribunal nomeará curador(a) ao(à) paciente, sem prejuízo da defesa que este queira oferecer pessoalmente, ou por procurador(a) que constituir.

Art. 96. O(A) paciente, na hipótese do artigo anterior, deverá ser afastado(a), desde logo, do exercício do cargo, até o final decisão, devendo ficar concluído o processo no prazo de 60 (sessenta) dias, justificadas as faltas do(a) magistrado(a) no referido período. ***(artigo alterado pela Emenda Regimental n.º 004, de 13.02.2017.)***

Art. 97. A recusa do(a) paciente em submeter-se à perícia médica permitirá o julgamento baseado em quaisquer outras provas.

Art. 98. Se a invalidez decorrer de acidente de serviço, o(a) interessado(a) promoverá a prova perante o(a) Presidente do Tribunal.

Parágrafo único. Para efeito deste artigo, equipara-se a acidente ocorrido no serviço a agressão sofrida e não provocada por magistrado(a) no exercício de suas atribuições.

Art. 99. O(A) magistrado(a) que, por dois anos consecutivos, afastar-se, ao todo, por 6 (seis) meses ou mais, para tratamento de saúde, deverá submeter-se, ao requerer nova licença, para igual fim, dentro de 2 (dois) anos, a exame por junta médica para verificação de invalidez. ***(artigo alterado pela Emenda Regimental n.º 004, de 13.02.2017.)***

Art. 100. O Tribunal, ou o(a) Presidente, ad referendum do Colegiado, poderá determinar que a junta médica se desloque para o local em que se encontrar o(a) Juiz(a) impossibilitado de comparecer à sede do Tribunal.

Art. 101. Se o Tribunal concluir pela incapacidade do(a) magistrado(a), em se tratando de Desembargador(a), comunicará imediatamente a decisão ao Poder Executivo para os devidos fins. Em se tratando de Juiz(a) Titular de Vara e de Juiz(a) Substituto(a) deliberará a respeito. ***(artigo alterado pela Emenda Regimental n.º 004, de 13.02.2017.)***



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

TÍTULO II
DA ORDEM DE SERVIÇO NO TRIBUNAL

CAPÍTULO I
DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS

Art. 102. Os processos de competência do Tribunal Pleno, das Seções Especializadas e das Turmas serão registrados, classificados e distribuídos por classes processuais, conforme as Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário para a Justiça do Trabalho, aprovadas pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ e pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. *(alterado pela Emenda Regimental n.º 002, de 13.02.2017.)*

Parágrafo único. A Presidência do Tribunal deverá providenciar, por Ato próprio, a implementação das classes processuais com as especificações e instruções necessárias para a devida aplicação. *(parágrafos alterados e suprimidos pela Emenda Regimental n.º 002, de 13.02.2017 e pelo Ato Regimental n.º 002, de 13.02.2017.)*

Art. 103. Os processos serão recebidos, registrados, autuados no Serviço Processual e remetidos ao Ministério Público do Trabalho para emissão de parecer, nas seguintes hipóteses:

I - obrigatoriamente:

- a) quando for parte pessoa jurídica de direito público, Estado estrangeiro ou Organismo Internacional;
- b) os mandados de segurança, as ações rescisórias, as ações civis públicas, os dissídios coletivos e os processos em que forem parte incapazes;
- c) a arguição de inconstitucionalidade e os conflitos de competência;
- d) nos casos em que tenha atuado em Primeiro Grau como Órgão interveniente.

II - facultativamente:

- a) por iniciativa do(a) relator(a), quando a matéria, por sua relevância, recomendar a prévia manifestação do Ministério Público;
- b) por iniciativa do Ministério Público, quando entender existente interesse público que justifique a sua intervenção.

Parágrafo único. Não serão remetidos ao Ministério Público do Trabalho os processos oriundos de ações no qual for autor, bem como os processos de execução previdenciária ou fiscal, exceto as ações de execução fiscal decorrentes de Autos de Infração lavrados pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego - SRTE. *(parágrafo alterado pela Resolução n.º 263, de 14.8.2008.)*

Art. 104. Após o recebimento do Ministério Público do Trabalho, serão os autos remetidos à Secretaria do Pleno para registro no sistema eletrônico de dados da data do recebimento, ficando aptos à distribuição.

Art. 105. A distribuição de processos físicos será diária, em sessão pública e em horário previamente estabelecido, dos demais processos será diária e automática mediante sorteio eletrônico. *(artigo alterado pela Emenda Regimental n.º 017, de 07.10.2019.)*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

§ 1.º A distribuição far-se-á a cada Gabinete, observada a regra prevista no § 3.º deste artigo, em número igual de processos, independentemente de seu(sua) titular encontrar-se afastado(a) de suas atividades jurisdicionais, exceto nos casos de convocação para o Colendo Tribunal Superior do Trabalho e em outras hipóteses por deliberação do Egrégio Tribunal Pleno. *(parágrafo alterado pela Resolução n.º 80, de 12.12.2013.)*

§ 2.º (Revogado).

§ 3.º O(A) Presidente, o(a) Vice-Presidente e o(a) Corregedor(a) Regional não concorrerão à distribuição, ressalvado, com relação ao disposto nos artigos 38, X; 52 e 108. *(parágrafo alterado pela Emenda Regimental n.º 017, de 07.10.2019.)*

§ 4.º (Revogado).

§ 5.º O habeas corpus e o mandado de segurança serão distribuídos imediatamente, respeitado o mesmo critério de distribuição sucessiva, conforme estabelecido no §1.º deste artigo. *(parágrafo alterado pela Resolução n.º 80, de 12.12.2013.)*

§ 6.º O recurso ordinário, o agravo de petição, o agravo de instrumento e os embargos de declaração apresentados nas reclamações sujeitas ao procedimento sumaríssimo:

I - serão imediatamente distribuídos, uma vez recebidos no Tribunal, devendo o(a) relator(a) liberá-los no prazo máximo de 10 (dez) dias, e a Secretaria da Turma colocá-los imediatamente em pauta para julgamento; *(inciso alterado pela Emenda Regimental n.º 001, de 13.02.2017.)*

II - darão parecer oral do representante do Ministério Público presente à sessão de julgamento, se este entender necessário, com registro na certidão;

III - terão acórdão consistente unicamente na certidão de julgamento, com a indicação suficiente do processo e parte dispositiva, e das razões de decidir do voto prevalente. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a certidão de julgamento, registrando tal circunstância, servirá de acórdão. *(parágrafo alterado pela Resolução n.º 11, de 9.2.2015.)*

§ 7.º A distribuição observará os seguintes critérios: *(parágrafo alterado pela Resolução n.º 80, de 12.12.2013.)*

I - distribuição equânime em seu quantitativo e igualmente na espécie para cada Gabinete, observando o critério de distribuição na ordem de um processo, sucessivamente, para cada Gabinete;

II - na impossibilidade de se contemplar todos os Gabinetes com o mesmo quantitativo e espécie na distribuição diária, o critério previsto no inciso I, será observado na distribuição do primeiro dia útil subsequente, iniciando-se pelo Gabinete imediatamente posterior ao que recebeu por último na distribuição anterior;

III - ficam excluídos da distribuição nos 60 (sessenta) dias que antecedem à posse, os Gabinetes dos(as) Excelentíssimos(as) Desembargadores(as) eleitos(as) para o exercício de cargos administrativos de Presidente, Vice-Presidente e de Corregedor. *(inciso alterado pela Emenda Regimental n.º 017, de 07.10.2019.)*

§ 8.º Os prazos para aposição de vistos pelos(as) Relatores(as), previstos neste Regimento, só fluirão a partir do retorno de seu afastamento. *(parágrafo alterado pela Emenda Regimental n.º 001, de 13.02.2017.)*

Art. 106. A distribuição observará a maior igualdade possível, de modo que nenhum Gabinete receba mais feitos do que o outro, sendo realizada pelo(a) Presidente do



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

Tribunal, através de processamento eletrônico de dados, com utilização de senha de seu exclusivo conhecimento, observado o disposto no artigo anterior. *(artigo alterado pela Resolução n.º 80, de 12.12.2013.)*

Parágrafo único. O Gabinete do(a) Desembargador(a) no exercício da Presidência do Tribunal, não será excluído da distribuição diária, enquanto perdurar a substituição, bem como continuará a funcionar o(a) Desembargador(a) no exercício da Presidência do Tribunal em substituição, em todos os processos a ele já distribuídos no Gabinete. *(parágrafo alterado pela Resolução n.º 02, de 6.2.2014.)*

Art. 107. O Ministério Público observadas as regras especiais e legais e a tramitação preferencial de demandas, emitirá parecer, nas hipóteses do art. 103.

Art. 108. Nas matérias administrativas será relator(a) o(a) Presidente, que votará em primeiro lugar, cabendo-lhe, ainda, o voto de qualidade, em caso de empate.

Art. 109. Distribuídos, subirão os autos, em 24 horas, ao gabinete do(a) Desembargador(a) Relator(a) que, após o visto, os remeterá à Secretaria, em igual prazo. *(artigo alterado pela Resolução n.º 518, de 14.12.2006.)*

Art. 110. Com a distribuição dos processos, o(a) Relator(a) fica vinculado, independentemente de seus vistos, exceto nos casos de impedimento, suspeição, afastamento superior a 90 (noventa) dias ou motivo de força maior, quando haverá redistribuição mediante compensação. *(artigo alterado pela Emenda Regimental n.º 007, de 7.08.2017.)*

§ 1.º Em qualquer hipótese de redistribuição, será realizada a compensação.

§ 2.º *(Revogado pela Resolução n.º 80, de 12.12.2013)*

§ 3.º Encerrado o período de convocação, os processos em poder do(a) juiz(a) convocado(a) serão conclusos ao(à) desembargador(a) substituído(a), ressalvados aqueles em que haja lançado o visto ou que tenham sido incluídos em pauta de julgamento. *(parágrafo alterado pela Resolução n.º 208, de 25.06.2009.)*

Art. 111. Serão redistribuídos, mediante oportuna compensação, os habeas corpus, os mandados de segurança, os dissídios coletivos, os dissídios coletivos de greve, as cautelares inominadas, os processos de revisão de sentença normativa e os feitos que, consoante fundada alegação do(a) interessado(a), reclamem solução urgente, se distribuídos nos 5 (cinco) dias úteis antes de cada período de férias, bem como durante os afastamentos dos(as) Desembargadores(as) Relatores(as). *(artigo alterado pela Resolução n.º 80, de 12.12.2013.)*

Parágrafo único. Não ocorrerá a redistribuição se o pedido liminar do mandado de segurança já houver sido apreciado, seja de forma monocrática, ou por ocasião do julgamento do agravo regimental interposto em face da decisão que o apreciou. *(parágrafo incluído pela Resolução n.º 2, de 12.2.2016.)*

Art. 112 . *(Revogado pela Resolução n.º 80, de 12.12.2013)*

Art. 113. Sempre que o processo haja sido apreciado pelo Tribunal Pleno, pela Seção Especializada ou pela Turma, e baixe para nova apreciação, será distribuído ao(à) mesmo(a) relator(a), salvo se este não se encontrar na composição do respectivo órgão julgador, hipótese em que haverá redistribuição entre os membros do Colegiado. *(artigo alterado pela Resolução n.º 80, de 12.12.2013.)*

§1.º Em caso de decisão que determine a baixa dos autos à instância de origem, ficarão preventos a Turma e o(a) Relator(a) ou Prolator(a) do Acórdão, no retorno do processo ao Tribunal.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

§2.º Na hipótese de ausência definitiva do(a) prolator(a) do Acórdão, de que trata o parágrafo anterior, o processo será remetido ao(à) Juiz(a) convocado(a) para a vaga ou ao novo(a) titular que vier a integrar o órgão prevento, salvo se não se encontrar em exercício no respectivo órgão julgador, caso em que haverá redistribuição.

§3.º Nos casos de ações cautelares vinculadas às ações principais e vice-versa, será procedida à distribuição por dependência, firmando competência o(a) Relator(a) que receber em primeiro lugar qualquer uma delas. (*parágrafo incluído pela Resolução n.º 80, de 12.12.2013.*)

§ 4.º O primeiro recurso no tribunal tornará prevento o(a) relator(a) para eventual recurso subsequente interposto no mesmo processo ou em processo conexo. (*parágrafo alterado pela Emenda Regimental n.º 012, de 10.09.2018.*)

CAPÍTULO II
DO RELATÓRIO E REVISÃO

Art. 114. Haverá um(a) Relator(a) para cada processo em que tenha de ser proferido julgamento pelo Colegiado. (*artigo alterado pela Emenda Regimental n.º 001, de 13.02.2017.*)

Art. 115. Compete ao(à) Desembargador(a) Relator(a):

I - indeferir liminarmente a petição inicial, nos feitos de competência originária, e negar seguimento a recursos, na forma da lei;

II - instruir os processos de competência originária que lhe forem distribuídos, ressalvada a competência da Presidência da Seção Especializada I, nos processos de dissídio coletivo (art. 37, IV); (*inciso alterado pela Resolução n.º 190, de 7.7.2011.*)

III - promover, mediante simples despacho nos autos, a realização das diligências julgadas necessárias à perfeita instrução do processo, fixando prazo para o seu cumprimento;

IV - processar, quando levantados pelos litigantes, os incidentes de falsidade, suspeição e de impedimento;

V - requisitar os autos originais dos processos que subirem em traslado, fotocópia ou certidões e os feitos que com os mesmos tenham conexão e dependência;

VI - resolver os incidentes que não dependam de decisão do órgão julgador, expedindo, quando for o caso, o competente mandado;

VII - executar as diligências indispensáveis ao julgamento, podendo promover qualquer meio idôneo de prova nas ações de competência do Tribunal e, quando caracterizado motivo de grande relevância, também, nos feitos em grau de recurso;

VIII - devolver, dentro de 90 (noventa) dias corridos, contados do recebimento, os feitos que lhe forem distribuídos, neles apondo seu visto; (*inciso alterado pela Emenda Regimental n.º 021, de 13.02.2023.*)

IX - apresentar, sempre que possível, o acórdão para assinatura na sessão de julgamento;

X - homologar os acordos e as desistências de ações e de recursos nos processos que lhe tenham sido distribuídos, desde que requeridas antes do julgamento;

XI - conceder medida liminar em mandados de segurança;

XII - antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida na inicial, ad referendum do Tribunal Pleno, da Seção Especializada ou da Turma, conforme o caso;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

XIII - suspender o cumprimento da decisão recorrida até o pronunciamento definitivo do colegiado, nas hipóteses legais; (*inciso alterado pela Resolução n.º 17, de 11.4.2016.*)

XIV - delegar atribuições a(à) Juiz(a) de Primeiro Grau, nas ações de competência originária do Tribunal;

XV - submeter ao órgão julgador competente questão de ordem para o bom andamento do processo;

XVI - expedir mandados;

XVII - determinar a remessa do feito, sob seu exame para emissão de parecer pelo Ministério Público do Trabalho, na forma do art. 103, II, "a" deste Regimento.

§ 1.º O início do prazo para o(a) Relator(a) restituir os autos dos processos em grau de recurso do segundo grau de jurisdição, seja por decisão monocrática, seja por voto, conta-se da data da distribuição para o respectivo gabinete. (*parágrafo incluído pela Resolução n.º 4, de 12.2.2016.*)

§ 2.º Nos Dissídios Coletivos em que haja greve, o prazo para devolução será de 8 (oito) dias úteis após o recebimento. (*parágrafo incluído pela Resolução n.º 4, de 12.2.2016.*)

Art. 116. (*Revogado pelo Ato Regimental n.º 002, de 13.02.2017.*)

§ 1.º (*Revogado pelo Ato Regimental n.º 002, de 13.02.2017.*)

§ 2.º (*Revogado pelo Ato Regimental n.º 002, de 13.02.2017.*)

Art. 117. Com o visto do(a) Desembargador(a) Relator(a) será o processo incluído em pauta para julgamento. (*artigo alterado pela Emenda Regimental n.º 001, de 13.02.2017.*)

Art. 118. O(A) relator(a) negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior.

§ 1.º Se a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior, o(a) relator(a) poderá dar provimento ao recurso.

§ 2.º Da decisão caberá agravo regimental, no prazo de oito dias, ao órgão competente para o julgamento do recurso, e, se não houver retratação, o(a) relator(a) apresentará o processo em mesa, proferindo voto; provido o agravo, o recurso terá seguimento.

§ 3.º Quando manifestamente inadmissível ou infundado o agravo, o tribunal condenará o(a) agravante a pagar ao(à) agravado(a) multa entre um e dez por cento do valor corrigido da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito do respectivo valor.

** artigo alterado pela Resolução n.º 125, de 12.05.2011.*

CAPÍTULO III
DAS PAUTAS DE JULGAMENTO

Art. 119. Os processos serão incluídos em pauta para julgamento, organizada pela respectiva Secretaria, com aprovação de seu(sua) Presidente, obedecido o prazo para a respectiva publicação.

Art. 120. Os processos serão submetidos a julgamento na ordem da pauta, independentemente do comparecimento das partes ou de seus(suas) representantes legais.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

§ 1.º Organizar-se-á a pauta de julgamento observando-se a ordem cronológica de entrada do processo na Secretaria.

§ 2.º Preferem aos demais julgamentos, os dissídios coletivos, os embargos de declaração, os habeas corpus e os mandados de segurança.

§ 3.º A preferência poderá ser igualmente concedida, a requerimento de uma das partes.

§ 4.º O pedido de adiamento, quando ausente uma das partes, deverá ser formulado no início da sessão e só será atendido excepcionalmente, devidamente justificado o motivo arguido.

Art. 121. As partes serão notificadas dos julgamentos mediante publicação da pauta no órgão oficial, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas. *(artigo alterado pela Resolução n.º 507, de 14.12.2006.)*

§ 1.º O(A) Secretário(a) do Tribunal Pleno e Seção Especializada ou da Turma deverá adotar as providências necessárias a essa publicação, certificando nos autos a data em que for efetivada.

§ 2.º O(A) Secretário(a) do Tribunal Pleno e Seção Especializada ou da Turma providenciará ainda para que a pauta de julgamento seja afixada no quadro de editais do Tribunal, até a antevéspera da sessão, bem como remetida aos(às) Desembargadores(as) do Tribunal, via correio eletrônico, que se encontrarem em exercício e ao Ministério Público do Trabalho.

§ 3.º Os processos que não tiverem sido julgados numa sessão permanecerão em pauta, independentemente de nova publicação, conservando a mesma ordem, com preferência sobre os demais, para julgamento nas sessões seguintes, ressalvado o disposto nos parágrafos do art. 120.

Art. 122. Independem de publicação e inclusão em pauta:

I - habeas corpus;

II - embargos de declaração;

III - conflito de competência;

IV - agravo regimental, exceto nas hipóteses previstas no inciso III do art. 133-A deste Regimento *(inciso alterado pela Emenda Regimental n.º 025, de 04.09.2023)*

V - matéria administrativa e processo administrativo, exceto Processo Administrativo Disciplinar (PAD) e Recurso Administrativo (RA). *(inciso alterado pela Emenda Regimental n.º 004, de 13.02.2017.)*

VI – exceção de Impedimento; *(inciso incluído pelo Ato Regimental n.º 004, de 13.02.2017.)*

VII – exceção de Suspeição. *(inciso incluído pelo Ato Regimental n.º 004, de 13.02.2017.)*

§ 1.º A inclusão em pauta de dissídios coletivos independe de publicação, nos casos de urgência.

§ 2.º Far-se-á notificação postal, telegráfica, por mandado, ou qualquer outra espécie de pronta comunicação às partes, inclusive telefônica, nos processos a que se refere o item I e na hipótese do § 1.º deste artigo.

CAPÍTULO IV
DAS SESSÕES

Art. 123. As sessões ordinárias do Tribunal Pleno, da Seção Especializada e das Turmas serão públicas e realizar-se-ão na sede do Tribunal, em dias úteis e horários previamente



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

fixados, mediante publicação das pautas da matéria judiciária no órgão oficial.

§ 1.º As sessões ordinárias do Pleno serão realizadas, preferencialmente, na primeira semana do mês. *(parágrafo alterado pela Emenda Regimental n.º 017, de 07.10.2019.)*

§ 2.º As sessões extraordinárias realizar-se-ão quando necessárias e mediante convocação do(a) Presidente do Pleno, da Seção Especializada ou das respectivas Turmas.

§ 3.º O Tribunal Pleno, a Seção Especializada ou as Turmas, a requerimento de qualquer dos(as) Desembargadores(as), e pelo voto da maioria dos(as) presentes, poderá transformar as sessões em reservadas, nos termos do inciso IX do art. 93 da Constituição da República, mas os votos dos(as) Desembargadores(as) só serão colhidos depois de tornada pública a sessão.

Art. 123-A. O Tribunal reunir-se-á em Conselho:

I - quando algum(a) dos(as) Desembargadores(as) solicitar que o Plenário se reúna reservadamente;

II - quando convocado pela Presidência para assunto administrativo ou da economia do Tribunal.

§ 1.º Nenhuma pessoa, além dos(as) Desembargadores(as), será admitida às sessões do Conselho, salvo quando convocada especialmente.

§ 2.º No caso do inciso I deste artigo, o julgamento realizar-se-á em sessão pública do Tribunal.

§ 3.º O registro das sessões em Conselho conterá somente a data e os nomes dos(as) presentes, exceto quando as deliberações devam ser publicadas. *(artigo acrescido pela Resolução n.º 439, de 18.12.2008.)*

Art. 124. Na ausência ou impedimento do(a) Presidente, será a sessão do Tribunal Pleno presidida pelo(a) Vice-Presidente ou pelo(a) Desembargador(a) do Trabalho mais antigo(a) presente.

§ 1.º Na ausência ou impedimento do(a) Presidente, serão as sessões das Seções Especializadas I e II presididas pelo(a) Desembargador(a) do Trabalho mais antigo(a) presente.

§ 2.º Na ausência ou impedimento do(a) Presidente, serão as sessões das Turmas presididas pelo(a) Desembargador(a) do Trabalho mais antigo(a) presente. *(artigo alterado pela Resolução n.º 363, de 11.10.2007.)*

Art. 125. Participará das sessões do Tribunal Pleno, da Seção Especializada e das Turmas, o Ministério Público do Trabalho.

Art. 126. Aberta a sessão, à hora designada, e não havendo número para deliberar, aguardar-se-á por 15 (quinze) minutos a formação do quorum. Persistindo a falta de número, a sessão será transferida para o primeiro dia útil desimpedido, independentemente de notificação das partes.

Art. 127. Sendo necessário, poderá o(a) Presidente do Tribunal, da Especializada ou da Turma fazer as convocações indispensáveis para a formação do quorum. *(artigo alterado pela Emenda Regimental n.º 017, de 07.10.2019.)*

Art. 128. Nas sessões ordinárias do Tribunal Pleno, da Seção Especializada e das Turmas, será observada a seguinte ordem:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

- a) verificação do número de Desembargadores(as) presentes;
- b) discussão e aprovação da ata da sessão anterior;
- c) julgamento dos processos da pauta judiciária;
- d) julgamento de matéria e processos administrativos;
- e) comunicações e propostas;
- f) expediente.

Parágrafo único. Os itens previstos nas letras "d" e "f" poderão mudar de ordem, a critério do(a) Presidente.

Art. 129. Anunciado o julgamento pelo sistema de amplificação de som, com o que se consideram apregoadas as partes e seus(suas) advogados(as), para todos os efeitos legais, nenhum Desembargador(a) poderá retirar-se do recinto sem a vênua do(a) Presidente.

Art. 130. Uma vez iniciado, o julgamento ultimar-se-á na mesma sessão, salvo pedido de vista regimental ou motivo relevante.

Art. 131. Nenhum(a) Desembargador(a) poderá se eximir de proferir o seu voto, exceto quando não houver assistido ao relatório ou estiver obstado de fazê-lo, de acordo com a lei.

Art. 132. Nos julgamentos da pauta judiciária, será observada a sequência abaixo:

- a) relatório;
- b) defesa oral;
- c) manifestação do Ministério Público do Trabalho;
- d) pronunciamento do(a) Desembargador(a) Relator(a); *(alínea alterada pela Emenda Regimental n.º 001, de 13.02.2017.)*
- e) discussão;
- f) votação;
- g) proclamação do resultado do julgamento.

Art. 133. Far-se-á a inscrição dos(as) advogados(as) habilitados(as) no processo, para a sustentação oral, a partir da publicação da pauta de julgamento até o horário previsto para o início da sessão presencial, pessoalmente na secretaria do órgão colegiado ou mediante formulário eletrônico disponibilizado no site deste Tribunal, desde que haja a clara identificação do processo, do órgão julgador e da data da sessão de julgamento.

§ 1.º Em casos excepcionais, poderá ser realizada sustentação oral por videoconferência ou telepresencialmente, atendidas as seguintes condições:

- I – inscrição em até 24 horas antes do início da sessão, requerida mediante formulário eletrônico disponibilizado no site deste Tribunal, desde que haja a clara identificação do processo, do órgão julgador, da data da sessão de julgamento e do endereço eletrônico do peticionante que será utilizado para incluí-lo na sessão;
- II – utilização da mesma ferramenta adotada pelo Tribunal.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

§ 2.º Os requisitos previstos nos incisos I e II deste artigo também são exigidos dos(as) advogados(as) que desejarem prestar esclarecimentos em matéria de fato durante a sessão de julgamento.

§ 3.º As unidades de apoio a julgamento devem fornecer as devidas instruções sobre o uso do sistema àqueles(as) que se cadastrarem para sustentação oral por videoconferência ou telepresencialmente.

§ 4.º A Administração do Tribunal disponibilizará salas para realização de sustentação por videoconferência nos locais com mais de uma Vara do Trabalho. **(artigo alterado pela Emenda Regimental n.º 021, de 13.02.2023.)**

Art. 133-A. Para sustentação oral os(as) advogados(as) deverão usar vestes talares, de acordo com o modelo aprovado pela Ordem dos Advogados do Brasil.

§ 1.º O requerimento de preferência formulado por um(a) mesmo(a) advogado(a), em relação a mais de três processos, poderá ser deferido de forma alternada, considerados os pedidos formulados pelos(as) demais advogados(as).

§ 2.º Não haverá sustentação oral no julgamento de:

I - embargos de declaração;

II - conflito de competência;

III - agravos internos previstos neste Regimento, salvo se interpostos contra decisão monocrática de relator que: **(inciso alterado pela Emenda Regimental n.º 025, de 04.09.2023)**

a) julgue o mérito ou não conheça de recurso que, se fosse apreciado por órgão colegiado do TRT8, comportaria sustentação oral em seu julgamento; **(alínea incluída pelo Ato Regimental n.º 019, de 04.09.2023).**

b) extinga, com ou sem resolução de mérito, ação rescisória, mandado de segurança, reclamação, habeas corpus e outras ações de competência originária; **(alínea incluída pelo Ato Regimental n.º 019, de 04.09.2023).**

c) conceda ou denegue a medida liminar em mandado de segurança. **(alínea incluída pelo Ato Regimental n.º 019, de 04.09.2023).**

IV - agravo de instrumento;

V - exceções de suspeição e impedimento;

VI - tutelas provisórias; **(inciso incluído pelo Ato Regimental n.º 019, de 04.09.2023).**

VII - incidentes de desconconsideração da personalidade jurídica. **(inciso incluído pelo Ato Regimental n.º 019, de 04.09.2023).**

VIII - processos que retornem para a realização de juízo de retratação, se o acórdão recorrido divergir do entendimento do Supremo Tribunal Federal ou Tribunal Superior do Trabalho, conforme o caso, nos regimes de repercussão geral ou de recursos repetitivos. **(inciso incluído pelo Ato Regimental n.º 019, de 04.09.2023).**

§ 3.º O(A) advogado(a) sem mandato nos autos não poderá proferir sustentação oral.

§ 4.º Cabe aos(às) presidentes dos órgãos colegiados decidir sobre os pedidos de sustentação oral formulados pelos(as) advogados(as). **(artigo alterado pela Emenda Regimental n.º 021, de 13.02.2023)**

Art. 133-B. Os pedidos de adiamento de julgamento serão formulados ao(à) Presidente do órgão julgador e somente serão admitidos em petição conjunta. **(artigo incluído pela Resolução n.º 14, de 15.3.2012)**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

Art. 134. Anunciado o julgamento pelo(a) Presidente, fará o(a) relator(a) a exposição da causa.

Art. 135. Findo o relatório dará o(a) Presidente a palavra, sucessivamente, às partes ou a seus(suas) representantes legais, por 15 (quinze) minutos a cada uma, para sustentação oral das respectivas alegações. (*caput alterado pela Emenda Regimental n.º 001, de 13.02.2017*)

§ 1.º Falará em primeiro lugar o(a) recorrente, ou, se ambas as partes o forem, o(a) autor(a), devendo a manifestação de cada parte abranger de uma só vez as preliminares e o mérito.

§ 2.º Nos processos de competência originária do Tribunal, falará em primeiro lugar o(a) autor(a).

§ 3.º Se houver litisconsortes, o prazo total de 45 (quarenta e cinco minutos) será distribuído proporcionalmente entre eles ou seus(suas) representantes, observado o prazo máximo de 15 (quinze) minutos para cada qual.

Art. 136. Nas sessões do Tribunal atua o Ministério Público do Trabalho por seu(sua) Procurador(a)-Chefe e por Procuradores(as), mediante delegação do(a) Procurador(a)-Chefe, na forma da lei.

Art. 137. O(A) representante do Ministério Público poderá intervir oralmente, após a defesa das partes, na discussão das causas que forem submetidas ao julgamento do Tribunal, sendo-lhe assegurado(a) o direito de vista do processo em julgamento, sempre que suscitada questão nova não examinada no parecer exarado (Consolidação das Leis do Trabalho, art. 746, "b").

Parágrafo único. Se o Ministério Público do Trabalho optar pela intervenção oral em sessão, será elaborado um resumo do parecer, que deverá constar dos autos, antes da lavratura do acórdão.

Art. 138. Atuando nas sessões dos órgãos judicantes do Tribunal, o(a) representante do Ministério Público do Trabalho poderá manifestar-se sobre a matéria em debate, sempre que entender necessário, sendo-lhe assegurado(a) o direito de vista dos processos em julgamento, podendo solicitar as requisições e diligências que julgar convenientes.

Art. 139. As questões prejudiciais ou as preliminares serão apreciadas antes do mérito, deste não se conhecendo se incompatível com a decisão adotada.

§ 1.º A votação das questões preliminares será feita separadamente.

§ 2.º Tratando-se de nulidade suprável, o julgamento será convertido em diligência, a fim de que a parte sane a nulidade no prazo que lhe for determinado.

§ 3.º Rejeitada a questão preliminar, ou a questão prejudicial, ou se com elas não for incompatível a apreciação do mérito, seguir-se-ão a discussão e o julgamento da matéria principal, sobre esta devendo pronunciar-se os(as) Desembargadores(as) vencidos(as) em qualquer daquelas.

§ 4.º Quando puder decidir do mérito a favor da parte a quem aproveite a declaração de nulidade, o Tribunal não a pronunciará nem mandará repetir o ato, ou suprir-lhe a falta.

§ 5.º Quando o mérito se desdobrar em questões distintas, a votação poderá realizar-se sobre cada uma sucessivamente, devendo, entretanto, o(a) relator(a) mencioná-las, desde logo, no seu todo, após a votação das preliminares.

Art. 140. O(A) Desembargador(a) Relator(a) exporá suas razões de decidir, sem limite de tempo. (*artigo alterado pela Emenda Regimental n.º 001, de 13.02.2017.*)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

Art. 141. Havendo divergência entre quaisquer dos(as) Desembargadores(as), a Presidência declarará aberta a discussão, podendo cada um deles(as) usar da palavra pelo tempo que se fizer necessário, sendo-lhes facultado, também, pedir esclarecimentos ao(à) Desembargador(a) Relator(a) ou representante do Ministério Público. **(artigo alterado pela Emenda Regimental n.º 001, de 13.02.2017.)**

Art. 142. Nenhum(a) Desembargador(a) fará uso da palavra sem prévia solicitação ao(à) Presidente, nem interromperá, sem consentimento, quem estiver no uso dela.

Art. 143. Em qualquer fase da discussão, poderão os(as) Desembargadores(as) pedir esclarecimentos aos(às) litigantes, ou a seus(suas) representantes legais, quando presentes, sobre fatos relativos à causa.

Art. 144. As diligências requeridas por qualquer dos(as) Desembargadores(as), atinentes ao julgamento, independem de manifestação das partes para sua votação.

Art. 145. Depois do pronunciamento do(a) último(a) Desembargador(a), o(a) Relator(a) poderá ainda usar a palavra pelo prazo improrrogável de 5 (cinco) minutos. **(artigo alterado pela Emenda Regimental n.º 001, de 13.02.2017.)**

Art. 146. Encerrada a discussão, a votação será iniciada com o voto do(a) relator(a), seguindo-se os dos(as) demais Desembargadores(as), na ordem decrescente de antiguidade, sendo vedado a cada qual expor, nesse momento, as razões de decidir. **(artigo alterado pela Emenda Regimental n.º 001, de 13.02.2017.)**

Art. 147. Os(As) Desembargadores(as) poderão pedir vista em mesa ou vista regimental do processo. Sendo o pedido de vista em mesa, o julgamento se fará na mesma sessão, logo que o(a) Desembargador(a) que a requereu se declare habilitado(a) a proferir voto.

§ 1.º Em se tratando de vista regimental, o julgamento ficará adiado para a primeira sessão subsequente ao prazo máximo de 10 (dez) dias, prorrogável por igual período, mediante pedido devidamente justificado, após o qual o processo será reincluído em pauta para julgamento na sessão seguinte. Nos casos de deferimento de vista regimental os(as) demais julgadores(as) podem adiantar seus votos, que serão registrados em certidão.

§ 2.º Se dois(duas) ou mais Desembargadores(as) pedirem vista do mesmo processo, o julgamento será adiado, de modo que a cada um(a) seja facultado o estudo dos autos pelo prazo de 10 (dez) dias, devendo o(a) último(a) deles(as), findo esse prazo, restituir os autos à Secretaria do órgão julgador.

§ 3.º Caso o(a) julgador(a) que pediu vista dos autos ou o(a) relator(a) não estejam presentes à sessão de que trata o § 2.º ou um(a) deles(as) declare não estar habilitado(a) a votar, haverá novo adiamento para a sessão subsequente. **(parágrafo alterado pela Emenda Regimental n.º 004, de 13.02.2017.)**

§ 4.º Se nessa sessão não estiver presente o(a) magistrado(a) que requereu a vista regimental ou, presente, declarar que ainda não está habilitado(a) a votar, incumbe ao(à) Presidente do colegiado requisitar os autos ao Gabinete daquele(a), convocar substituto(a) para proferir voto, prosseguindo o julgamento e desconsiderado o pedido de vista, observados os votos já proferidos.

§ 5.º Nos julgamentos já iniciados, interrompidos e adiados por qualquer motivo, dele não participará aquele(a) que não tiver assistido ao relatório ou aos debates, salvo quando, não tendo ocorrido sustentação oral, der-se por esclarecido(a). **(artigo alterado pela Resolução n.º 5, de 12.2.2016.)**

Art. 148. Quando se reencetar julgamento adiado, serão computados os votos já



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

proferidos pelos(as) Desembargadores(as) que não comparecerem ou que houverem deixado o exercício do cargo.

Art. 149. Somente quando indispensável para decidir nova questão surgida no julgamento, será dado substituto(a) ao(à) ausente, cujo voto, então, não se computará.

Art. 150. As decisões serão tomadas pela maioria de votos dos(as) Desembargadores(as) que participarem do julgamento, salvo na hipótese de incidente de inconstitucionalidade (Constituição da República, art. 97).

Art. 151. Na matéria administrativa o(a) Presidente do Tribunal votará em primeiro lugar e como os(as) demais Desembargadores(as), cabendo-lhe, ainda, ser o(a) relator(a) natural dos recursos em matéria administrativa.

Parágrafo único. Em caso de empate, prevalecerá a decisão recorrida. (*artigo alterado pela Resolução n.º 17, de 11.04.2016*)

Art. 151-A. Na matéria judiciária o(a) Presidente do Tribunal não votará, exceto nas hipóteses de:

- a) declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato do poder público;
- b) empate, adotando a solução de umas das correntes, sendo-lhe facultado adiar o julgamento para a sessão seguinte, quando não se considerar habilitado(a) a proferir, desde logo, o seu voto;
- c) uniformização de jurisprudência. (*artigo incluído pela Resolução n.º 17, de 11.04.2016*)
- d) incidente de resolução de demandas repetitivas – IRDR; (*alínea incluída pelo Ato Regimental n.º 008, de 19.10.2017.*)
- e) reclamação – Rcl; (*alínea incluída pelo Ato Regimental n.º 008, de 19.10.2017.*)
- f) incidente de assunção de competência – IAC. (*alínea incluída pelo Ato Regimental n.º 008, de 19.10.2017.*)

Art. 152. Em caso de empate no julgamento da Turma, o(a) Vice-Presidente do Tribunal ou o(a) Desembargador(a) que estiver exercendo a Vice-Presidência, na data em que se verificou o empate, será convocado(a) para proferir voto de desempate.

§ 1.º Se, até a data da sessão seguinte da Turma, o(a) convocado(a) se afastar da jurisdição por prazo superior a 10 (dez) dias, bem como na hipótese de impedimento, caberá proferir o voto de desempate a outro(a) Desembargador(a), respeitada a ordem de antiguidade, verificada sempre a situação vigente na data do empate;

§ 2.º Previsto o retorno ordinário à Turma, até a data de sua sessão seguinte, qualquer de seus(suas) Desembargadores(as), ausentes por ocasião do empate, competirá a este proferir o voto de desempate;

§ 3.º Na hipótese do parágrafo anterior, caso haja o retorno de mais de um(a) Desembargador(a), proferirá o voto de desempate o(a) mais antigo(a).

Art. 153. Findo o julgamento, o(a) Presidente proclamará a decisão, designando para redigir o acórdão o(a) Desembargador(a) Relator(a) ou, vencido este, o(a) Desembargador(a) que primeiro tenha votado nos termos da conclusão vencedora. (*caput alterado pela Emenda Regimental n.º 001, de 13.02.2017.*)

§ 1.º Se o(a) Desembargador(a) Relator(a) for vencido apenas na preliminar, a ele(a)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

cabará redigir o acórdão.

§ 2.º Na decisão em que o desempate for parcial, cabará ao(à) Desembargador(a) Relator(a) lavrar o acórdão ou, se vencido(a), ao(à) Desembargador(a) cujo voto tenha prevalecido no julgamento. *(parágrafo alterado pela Emenda Regimental n.º 001, de 13.02.2017.)*

§ 3.º O(A) Desembargador(a) Relator(a) vencido(a) fornecerá o relatório feito em sessão ao(à) Desembargador(a) que for designado(a) para a redação do acórdão.

§ 4.º Na decisão por desempate, em qualquer órgão do Tribunal, redigirá o acórdão, por designação do(a) Presidente, o(a) Desembargador(a) que haja votado em primeiro lugar e cujo voto tenha prevalecido.

§ 5.º O voto poderá ser alterado até o momento da proclamação do resultado pelo(a) presidente, salvo aquele já proferido por magistrado(a) afastado(a) ou substituído(a). *(parágrafo alterado pela Emenda Regimental n.º 004, de 13.02.2017.)*

§ 6.º O voto vencido será necessariamente declarado e considerado parte integrante do acórdão para todos os fins legais, inclusive de prequestionamento. *(parágrafo incluído pelo Ato Regimental n.º 001, de 21.11.2016.)*

Art. 154. Proclamada a decisão, não poderá o(a) Desembargador(a) modificar o voto, nem se manifestar sobre o julgamento.

Art. 155. O(A) secretário(a) certificará nos autos a assinatura do acórdão na sessão de julgamento, mencionando o respectivo quorum.

Parágrafo único - Se não assinado na mesma sessão, o(a) secretário(a) certificará nos autos o resultado do julgamento, consignando os nomes dos(as) Desembargadores(as) que dele participaram, os votos vencedores e os vencidos, bem como a situação do(a) Juiz(a), se convocado(a).

Art. 156. É vedado ao Tribunal Pleno, à Seção Especializada ou à Turma expressar sentimento de regozijo, pesar e semelhantes a pessoas ou entidades que não tenham direta relação com a Justiça do Trabalho, exceto, nos casos convenientes, a autoridades membros dos três Poderes, nas três esferas do Governo.

Art. 157. As atas das sessões serão lavradas pelo(a) Secretário(a) do respectivo órgão, ou seu(sua) substituto(a), e nelas se resumirá, com clareza, quanto se haja passado na sessão, devendo conter:

- a) dia, mês, ano e hora da abertura da sessão;
- b) nomes do(a) Presidente, dos(as) Desembargadores(as) presentes e dos(as) que faltaram, especificando-se o motivo da ausência;
- c) sumária notícia do expediente, mencionando a espécie dos recursos e requerimentos apresentados na sessão, os nomes das partes e dos que houverem feito sustentação oral.

Parágrafo único. Não se transcreverá nas atas matéria estranha ao que se passar nas sessões do Tribunal Pleno, da Seção Especializada ou das Turmas.

Art. 158. Uma vez digitadas, as atas serão distribuídas aos(às) magistrados(as), com antecedência em relação à sessão em que deverão ser aprovadas. *(artigo alterado pela Emenda Regimental n.º 004, de 13.02.2017.)*

§ 1.º Discutida no começo de cada sessão a ata anterior, será encerrada com as observações e retificações aprovadas pelo plenário e assinada pelos(as) Desembargadores(as) e Secretário(a) do respectivo órgão.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

§ 2.º As atas serão colecionadas em pasta apropriada e arquivadas depois de convenientemente encadernadas.

Art. 159. A vista às partes transcorre na Secretaria, podendo o(a) advogado(a) retirar os autos nos casos previstos em lei, mediante recibo, pelo prazo de cinco dias, se outro não lhe for assinado.

Art. 160. É assegurado aos(às) advogados(as) e estagiários(as), devidamente habilitados(as), a retirada dos autos para fins de extração de fotocópias, mediante carga específica e compromisso de devolução no mesmo dia, sob controle da Secretaria do órgão judiciário competente, sendo vedado o desentranhamento de documentos, salvo o disposto no art. 780, da CLT.

CAPÍTULO V
DA UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA

Art. 161. A Jurisprudência predominante do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região será consolidada em: **(artigo alterado pela Emenda Regimental n.º 010, de 19.10.2017.)**

I - súmulas, na forma da Consolidação das Leis do Trabalho, do Código de Processo civil e deste Regimento, aprovadas pelo voto da maioria absoluta dos membros efetivos do Tribunal Pleno, considerando os(as) Desembargadores(as) impedidos(as) e/ou suspeitos(as), desconsiderando, apenas, os cargos vagos de Desembargador(a); **(inciso alterado pela Emenda Regimental n.º 027, de 07.12.2023)**

II- teses jurídicas oriundas dos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) e dos Incidentes de Assunção de Competência – IAC, julgados neste Regional, na forma estabelecida no Código de Processo Civil e neste Regimento, aprovadas por maioria absoluta; **(Redação dada pela Emenda Regimental n.º 20, de 1.08.2022)**

III - **(Revogado pelo Ato Regimental n.º 17, de 1.08.2022) (incisos alterados pela Emenda Regimental n.º 013, de 10.09.2018.)**

§ 1.º Considera-se julgamento de casos repetitivos a decisão proferida em:

- a) incidente de Resolução de Demandas Repetitivas;
- b) incidente de Recursos de Revista Repetitivos.

§ 2.º O julgamento de casos repetitivos tem por objeto questão de direito material ou processual;

§ 3.º Os órgãos fracionários e juízes(as) do primeiro grau, vinculados à Oitava Região, deverão observar a orientação firmada:

- a) nos acórdãos de Incidente de Assunção de Competência ou de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas pelo Pleno deste Regional;
- b) nos julgamentos de casos repetitivos pelo Tribunal Superior do Trabalho;
- c) súmulas deste Regional. **(incluídos pelo Ato Regimental n.º 008, de 19.10.2017.)**

Art. 162. Compete à Comissão de Jurisprudência:

I - examinar e emitir parecer fundamentado sobre os incidentes de uniformização de jurisprudência, de assunção de competência e de resolução de demandas repetitivas; **(inciso**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

alterado pela Emenda Regimental n.º 017, de 07.10.2019)

II - propor o enunciado a ser adotado pelo Tribunal Pleno;

III - formular projetos de edição, revisão ou cancelamento de Enunciado;

IV - supervisionar o Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas - NUGEPNAC-TRT8 *(inciso incluído pelo Ato Regimental n.º 015, de 14.09.2020 e alterado pela Emenda Regimental n.º 024, de 07.08.2023)*

§ 1.º A Comissão de Jurisprudência é composta por 5 (cinco) Desembargadores(as) do Trabalho: o(a) Desembargador(a) Vice-Presidente, a quem competirá sua Presidência, e os(as) Presidentes de cada uma das Turmas.

§ 2.º O quorum mínimo para funcionamento da Comissão é de 3 (três) Desembargadores(as).

§ 3.º A Comissão de Jurisprudência se reunirá, pelo menos trimestralmente, para definição e acompanhamento das medidas necessárias ao gerenciamento das ações coletivas, dos precedentes e dos processos sobrestados em decorrência da repercussão geral, casos repetitivos e incidentes de assunção de competência do tribunal. *(parágrafo incluído pelo Ato Regimental n.º 015, de 14.09.2020 e alterado pela Emenda Regimental n.º 024, de 07.08.2023)*

Art. 163. O incidente de uniformização reger-se-á pelas disposições contidas neste regimento.

**artigo alterado pela Emenda Regimental n.º 017, de 07.10.2019.*

§ 1.º O incidente pressupõe a divergência de julgados oriundos de Turmas diversas do Tribunal, ou das Seções Especializadas, sobre interpretação de regra jurídica, não necessariamente sobre matéria de mérito, podendo resultar, também, da verificação, pelos votos proferidos, de que o Colegiado adotara tese diversa da fixada em julgado prolatado por outro órgão judicante.

§ 2.º O incidente pode ser suscitado por qualquer das partes, pelo Ministério Público do Trabalho ou por qualquer dos(as) julgadores(as), pressupondo, nos dois primeiros casos, divergência jurisprudencial já configurada.

§ 3.º O(A) Desembargador(a) somente poderá suscitar o incidente ao proferir seu voto.

§ 4.º Quando suscitado pela parte, a petição, devidamente fundamentada, poderá ser apresentada até o momento da sustentação oral, competindo ao órgão julgador apreciar preliminarmente o requerimento.

§ 5.º Uma vez verificado o dissídio jurisprudencial pelo Colegiado, cumpre-lhe dar sequência ao incidente, lavrando o acórdão pertinente o(a) relator do(a) recurso; se vencido, o(a) autor(a) do primeiro voto vencedor.

§ 6.º A determinação de remessa ao Tribunal Pleno é irrecorrível, assegurada às partes a faculdade de sustentação oral por ocasião do julgamento.

§ 7.º Será relator(a) no Tribunal Pleno o(a) Desembargador(a) que haja redigido o acórdão proferido no incidente, desde que o integre.

§ 8.º Os autos serão remetidos à Comissão de Jurisprudência, para exarar parecer, no prazo de trinta dias. Decorrido este prazo, independentemente de parecer, os autos serão conclusos ao(à) Desembargador(a) Relator(a) para visto e liberação para inclusão em pauta, ainda que rejeitada a proposta pela Comissão.

**parágrafo alterado pela Resolução n.º 216, de 18.08.2011*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

§ 9.º Entre o dia da publicação da pauta e o do julgamento, mediará prazo não inferior a quarenta e oito horas, devendo a Secretaria do Tribunal Pleno remeter cópias do acórdão e do parecer da Comissão de Jurisprudência aos(às) demais Desembargadores(as) da Corte, via correio eletrônico.

§ 10. Como matéria preliminar, o Tribunal Pleno decidirá sobre a configuração ou não do dissenso jurisprudencial, passando, caso admitido, a deliberar sobre as teses em conflito.

§ 11. A decisão do Tribunal Pleno sobre o tema é irrecorrível, cabendo ao órgão julgador no qual foi suscitado o incidente aplicar à espécie, quando da sequência do julgamento, a interpretação fixada.

§ 12. O julgamento do Tribunal Pleno, tomado pelo voto da maioria absoluta dos membros efetivos, considerando os(as) Desembargadores(as) impedidos(as) e/ou suspeitos(as), desconsiderando, apenas, os cargos vagos de Desembargador(a), será objeto de Súmula e constituirá precedente na uniformização da jurisprudência predominante. **(parágrafo alterado pela Emenda Regimental n.º 027, de 07.12.2023).**

§ 13. Se não for alcançado o voto da maioria absoluta dos membros efetivos do Tribunal Pleno, observado o quórum do § 12 deste artigo, estando ausentes Magistrados(as) em número que possa influir no resultado do julgamento, este será suspenso, a fim de aguardar o comparecimento desses Magistrados(as). **(parágrafo alterado pela Emenda Regimental n.º 027, de 07.12.2023).**

§ 14. Será remetida à Comissão de Jurisprudência certidão da decisão tomada por maioria absoluta do Tribunal em sede de incidente de uniformização de jurisprudência, competindo-lhe propor texto de enunciado ao Tribunal Pleno, no prazo de trinta dias. Decorrido este prazo, a matéria será apreciada na sessão seguinte do Tribunal Pleno, por provocação de qualquer dos(as) Desembargadores(as) do Trabalho, independentemente da emissão de parecer.

§ 15. Poderá ser objeto de apreciação incidente de uniformização harmônico com matéria já consubstanciada em Enunciado da Súmula, orientação Jurisprudencial ou Precedente Normativo do Tribunal Superior do Trabalho.

*** parágrafo alterado pela Resolução n.º 186, de 7.7.2011.**

Art. 164. As súmulas adotadas serão registradas sob numeração sequencial e levadas à publicação no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, por 3 (três) vezes consecutivas, passando a integrar a Súmula de Jurisprudência Predominante do Tribunal, observando-se este mesmo procedimento na revisão ou cancelamento.

*** artigo alterado pela Emenda Regimental n.º 013, de 10.09.2018**

§ 1.º O projeto de edição de Enunciado deverá atender a um dos seguintes pressupostos:

a) acórdãos das quatro Turmas do Tribunal, sendo três de cada, prolatados à unanimidade;

b) acórdãos de cada uma das Turmas do Tribunal, prolatados por maioria simples.

§ 2.º Tratando-se de exame de constitucionalidade de lei ou de ato normativo do Poder Público, a edição de Enunciado independe da observância dos pressupostos constantes do parágrafo anterior.

§ 3.º As súmulas poderão ser revistas mediante proposta de revisão votada pela maioria simples dos membros efetivos do Tribunal Pleno, de qualquer das Seções Especializadas ou das Turmas, considerando os(as) Desembargadores(as) impedidos(as) e/ou suspeitos(as), desconsiderando, apenas os cargos vagos de Desembargador(a);



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

(parágrafo alterado pela Emenda Regimental n.º 027, de 07.12.2023)

§ 4.º Acolhida a proposta, será sorteado relator no mesmo dia, concorrendo ao sorteio todos os(as) Desembargadores(as) efetivos do Tribunal.

§ 5.º A proposta de revisão de súmula será apreciada pelo Tribunal Pleno na primeira sessão ordinária que se seguir.

Seção I

Do Incidente de Assunção de Competência

Art.164-A. É admissível a Assunção de Competência quando o julgamento de recurso, de remessa necessária ou de processo de competência originária envolver relevante questão de direito, com grande repercussão social, sem repetição em múltiplos processos.

§ 1.º Aplica-se o disposto neste artigo quando ocorrer relevante questão de direito a respeito da qual seja conveniente a prevenção ou a composição de divergência entre Turmas ou Seções do tribunal.

§ 2.º O(A) relator(a) proporá ao órgão julgador, de ofício ou a requerimento da parte ou do Ministério Público do Trabalho, que o recurso, a remessa necessária ou o processo de competência originária seja julgado pelo Tribunal Pleno, relativamente à matéria objeto do incidente.

§ 3.º Rejeitada a proposta pelo colegiado onde foi suscitada, será lavrada certidão, prosseguindo o(a) Relator(a) originário(a) no julgamento do feito.

§ 4.º Aceita a proposta pelo colegiado, será lavrado acórdão com os elementos necessários à exposição da questão de direito e demonstração da sua relevância, determinando-se a remessa dos respectivos documentos à Secretaria-Geral Judiciária para autuação na classe respectiva, registro, distribuição e comunicação ao Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas – NUGEPNAC-TRT8. **(parágrafo alterado pelas Emendas Regimentais n.º 017, de 07.10.2019 e n.º 024, de 07.08.2023)**

§ 5.º O incidente será apensado aos autos em que suscitado e ambos serão distribuídos por prevenção ao(à) mesmo(a) Relator(a) originário(a) ou a Desembargador(a) que participou do seu primeiro juízo de admissibilidade, ou, não sendo também possível, por sorteio entre os seus membros efetivos.

§ 6.º Distribuído o incidente, o(a) Relator(a) submeterá o exame da sua admissibilidade ao Órgão colegiado competente na forma deste Regimento.

§ 7.º Inadmitido o incidente e lavrada a respectiva certidão, cópia da decisão será remetida ao NUGEPNAC-TRT8, para registro no sítio eletrônico do Tribunal; os autos do incidente permanecerão arquivados no Tribunal e os do processo em que foi suscitado retornarão ao(à) Relator(a) no órgão de origem. **(parágrafo alterado pelas Emendas Regimentais n.º 017, de 07.10.2019 e n.º 024, de 07.08.2023)**

§ 8.º Admitido o incidente de assunção de competência pelo Órgão colegiado, o(a) Relator(a) proferirá decisão em que:

I - identificará, com precisão, a questão a ser submetida a julgamento;

II - identificará as circunstâncias fáticas que ensejam a controvérsia em torno da



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

questão jurídica;

III - apresentará os fundamentos, acerca da questão jurídica, apresentados até o momento da admissão, inclusive os que constem de manifestações utilizadas para fundamentar o pedido de instauração, e com os dispositivos normativos relacionados à controvérsia;

IV - terminará a intimação do Ministério Público para que participe do incidente;

V - poderá admitir, na análise do Incidente de Assunção de Competência, a manifestação de terceiros(as) interessados(as), na condição de *amicus curiae*, subscrita por procurador(a) habilitado(a), que deverá apresentar novos elementos para o debate, a demonstrar a utilidade de sua intervenção;

VI - organizará a instrução do incidente, inclusive com a marcação de audiência pública, nos termos deste Regimento, se entender cabível.

Art. 164-B. As decisões previstas nos parágrafos 3.º, 4.º e 7.º do artigo 164-A são irrecorríveis.

Art. 164-C. Concluída a instrução, o(a) Relator(a) solicitará dia para julgamento do incidente, respeitado o prazo mínimo de 20 (vinte) dias entre a realização da sessão de julgamento e a publicação da pauta e inserção da informação nos cadastros a que se refere o art. 979 do Código de Processo Civil.

Parágrafo único. Cabe sustentação oral na sessão de julgamento do incidente de assunção de competência, observado, em ambos os casos, o art. 984 do Código de Processo Civil.

Art. 164-D. O acórdão que julgar o incidente de assunção de competência vinculará todos os órgãos jurisdicionais de primeira e segunda instância, exceto se houver revisão de tese.

Parágrafo único. A Secretaria-Geral Judiciária encaminhará cópia do acórdão de julgamento do incidente ao NUGEPNAC-TRT8 para adoção das providências previstas na Resolução CNJ n.º 235/2016 e no art. 979 do CPC. **(parágrafo incluído pelo Ato Regimental n.º 014, de 07.10.2019 e alterado pela Emenda Regimental n.º 024, de 07.08.2023).**

*** seção incluída pelo Ato Regimental n.º 008, de 19.10.2017.**

Seção II

Do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas

Art. 164-E. Na forma prevista no Código de Processo Civil e Normatividade do TST, é cabível a instauração do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas – IRDR quando houver, simultaneamente:

I - efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito;

II - risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica.

§ 1.º O pedido de instauração do incidente será dirigido ao(à) Presidente de Tribunal,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

sempre instruído com os documentos necessários à demonstração do preenchimento dos pressupostos para a instauração do incidente:

- I - pelo(a) juiz(a) ou relator(a), por ofício;
- II - pelas partes, por petição;
- III - pelo Ministério Público do Trabalho, por petição.

§ 2.º Se houver mais de um pedido de instauração de incidente, tendo por objeto a mesma questão de direito, o(a) Presidente do Tribunal escolherá o caso que melhor represente a controvérsia, observado o disposto no § 6.º do art. 1.036 do Código de Processo Civil, e determinará que os demais pedidos integrem a autuação a fim de que o(a) Relator(a) conheça dos argumentos levantados; os(as) requerentes dos pedidos não escolhidos serão informados do número do incidente instaurado e as partes dos respectivos casos poderão participar do processo como intervenientes.

§ 3.º Determinada a autuação e distribuição do pedido selecionado, novos pedidos dirigidos ao(à) Presidente envolvendo a mesma questão de direito serão rejeitados e devolvidos ao(à) remetente com a informação de que já foi instaurado incidente sobre o tema e seu respectivo número a fim de que postulem eventual intervenção.

§ 4.º O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas - IRDR será distribuído entre os membros do Tribunal, por sorteio, salvo se a iniciativa da instauração parta de relator(a) que seja também julgador do órgão responsável por apreciá-lo, caso em que será distribuído por prevenção.

§ 5.º Caso haja outro pedido ou ofícios para instauração de incidente visando à resolução de questões conexas entre si, deverá ocorrer distribuição por prevenção ao relator do primeiro incidente admitido.

§ 6.º Distribuído o incidente, o(a) relator(a) poderá:

- I - indeferi-lo liminarmente, quando formulado por parte ilegítima e por ausência dos pressupostos para a sua instauração, decisão contra a qual caberá agravo regimental;
- II - requisitar à unidade administrativa competente informações sobre se o objeto do incidente já foi afetado pelo STF ou STJ em recurso repetitivo sobre a mesma questão jurídica;
- III - possibilitar a complementação do pedido ou ofício de instauração quando constate a possibilidade de existência de seus requisitos.

§ 7.º O(A) relator(a) submeterá o incidente a julgamento de admissibilidade, na primeira sessão ordinária desimpedida do Tribunal Pleno, que fará o juízo de admissibilidade do incidente, considerando a presença dos requisitos exigidos pela lei processual, não havendo necessidade de inclusão do processo na pauta publicada.

§ 8.º Inadmitido o incidente e lavrada a respectiva certidão, os autos permanecerão arquivados no Tribunal.

Art. 164-F. Admitido o incidente, os autos retornarão ao(à) relator(a) do incidente, que



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

proferirá decisão na qual:

I - identificará, com precisão, a questão a ser submetida a julgamento;

II - identificará as circunstâncias fáticas que ensejam a controvérsia em torno da questão jurídica;

III - apresentará o índice com os fundamentos, acerca da questão jurídica, apresentados até o momento da admissão, inclusive os que constem de manifestações utilizadas para fins de instruir o pedido ou ofício de instauração, e com os dispositivos normativos relacionados à controvérsia;

IV - determinará a suspensão do trâmite dos processos, individuais e coletivos, na primeira instância ou no Tribunal, em que se discuta a questão jurídica objeto do incidente;

V - poderá requisitar informações sobre o objeto do incidente aos órgãos em que tramitem processos, judiciais ou administrativos, nos quais se discuta a questão objeto do incidente;

VI - determinará a intimação do Ministério Público para que participe do incidente, salvo quando já figurar como requerente;

VII - determinará a inclusão do incidente no Cadastro de Incidentes do Tribunal e comunicará ao Conselho Nacional de Justiça a sua instauração para fim de inclusão, no Cadastro Nacional das informações constantes dos incisos I a III deste artigo;

VIII - organizará a instrução do incidente, podendo, inclusive, designar audiência pública, nos termos deste Regimento.

§ 1.º A suspensão determinada deverá ser comunicada, via ofício e por meio eletrônico, aos órgãos jurisdicionais vinculados ao Tribunal, bem como ao NUGEPNAC-TRT8. **(parágrafo alterado pela Emenda Regimental nº 024, de 07.08.2023)**

§ 2.º As partes dos processos repetitivos deverão ser intimadas da decisão de suspensão de seus processos, a ser proferida pelo(a) respectivo(a) juiz(a) ou Relator(a), quando informados acerca da suspensão a que se refere o inciso IV, contra a qual cabe agravo regimental, no qual deverão demonstrar a distinção de seu caso ou requerer o prosseguimento parcial do feito em que haja cumulação de pedidos simples.

§ 3.º As partes podem requerer o prosseguimento parcial dos processos em relação à prática de atos processuais que sejam independentes em relação à definição da questão controvertida.

§ 4.º Durante a suspensão, o pedido de tutela de urgência deverá ser dirigido ao juízo onde tramita o processo suspenso;

§ 5.º Considera-se que têm interesse jurídico para intervir no incidente as partes que tiverem processos suspensos por força da admissão do IRDR.

§ 6.º O(A) relator(a) poderá admitir, na análise do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, a manifestação de terceiros(as) interessados(as), na condição de *amicus*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

curiae, subscrita por procurador(a) habilitado(a), que deverá apresentar novos elementos para o debate, a demonstrar a utilidade de sua intervenção.

§ 7.º Concluídas as diligências, o(a) relator(a) solicitará dia para o julgamento do incidente, com inclusão do processo na pauta de julgamento do Tribunal Pleno.

§ 8.º O mérito do incidente será julgado no prazo de 1 (um) ano e terá preferência sobre os demais feitos, ressalvados os mandados de segurança.

§ 9.º Superado o prazo para o julgamento do IRDR, cessa a suspensão dos respectivos processos sobrestados, salvo decisão fundamentada do(a) relator(a) em sentido contrário.

Art. 164-G. No julgamento do incidente, observar-se-á a seguinte ordem:

I - o(a) relator(a) fará a exposição do objeto do incidente;

II - poderão sustentar suas razões, sucessivamente:

a) o(a) autor(a) e o réu do processo originário e o Ministério Público do Trabalho, pelo prazo de 30 (trinta) minutos de manifestação no Pleno;

b) os(as) demais interessados(as), no prazo de 30 (trinta) minutos, divididos entre todos, sendo exigida inscrição com 2 (dois) dias de antecedência da sessão.

§ 1.º O conteúdo do acórdão abrangerá a análise de todos os fundamentos suscitados concernentes à tese jurídica discutida, sejam favoráveis ou contrários.

§ 2.º Fixada a tese jurídica, o Tribunal Pleno aplicará a decisão ao julgamento do recurso, da remessa necessária ou da ação originária, devolvendo as demais questões, caso existentes, ao órgão fracionário ou juízo de origem.

§ 3.º A Secretaria-Geral Judiciária encaminhará cópia do acórdão de julgamento do incidente ao NUGEPNAC-TRT8 para adoção das providências previstas na Resolução CNJ n.º 235/2016 e no art. 979 do CPC (*parágrafo incluído pelo Ato Regimental n.º 014, de 07.10.2019 e alterado pela Emenda Regimental n.º 024, de 07.08.2023*)

Art. 164-H. Julgado o incidente, a tese jurídica aprovada pelos membros do Tribunal Pleno será aplicada:

I - a todos os processos individuais ou coletivos que versem sobre idêntica questão de direito e que tramitem na área de jurisdição deste Regional;

II - aos casos futuros que versem idêntica questão de direito e que venham a tramitar no território de competência deste Regional, salvo se existir revisão.

§ 1.º A aplicação da tese jurídica será imediata, independentemente da publicação do acórdão.

§ 2.º Não observada a tese adotada no incidente, caberá Reclamação ao Pleno do Regional.

§ 3.º Do julgamento do mérito do incidente caberá recurso de revista para o Tribunal Superior do Trabalho, dotado de efeito meramente devolutivo, nos termos dos artigos 896



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

e 899 da CLT.

** seção incluída pelo Ato Regimental n.º 008, de 19.10.2017.*

Seção III
Da Reclamação

Art. 164—I. Caberá reclamação, da parte interessada ou do Ministério Público do Trabalho, contra decisões turmárias, dirigida ao(à) Presidente do Tribunal e instruída com prova documental, para:

I - preservar a competência do Tribunal Regional e garantir a autoridade de suas decisões; e

II - garantir a observância das decisões do Tribunal proferidas em julgamento de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) e de Incidente de Assunção de Competência (IAC).

§ 1.º A reclamação do Pleno, oposta em face de existência de tese firmada em IAC e IRDR, será distribuída ao(à) Relator(a) originário(a) ou ao seu(sua) prolator(a), sempre que possível.

§ 2.º A Reclamação deve ser proposta até o trânsito em julgado da decisão reclamada.

§ 3.º São partes na reclamação os(as) beneficiários(as) da decisão impugnada.

Art. 164-J. Ao despachar a reclamação, o(a) Relator(a):

I - requisitará, por correio eletrônico, informações da autoridade a quem for imputada a prática do ato impugnado, a qual as prestará no prazo de 10 (dez) dias;

II - ordenará, a requerimento da parte, para evitar dano irreparável, a suspensão do processo ou dos efeitos do ato impugnado, o que será comunicado ao NUGEPNAC-TRT8; *(inciso alterado pela Emenda Regimental n.º 024, de 07.08.2023)*

III - determinará a citação do(a) beneficiário(a) da decisão impugnada, que terá prazo de 15 (quinze) dias para apresentar a sua contestação.

Art. 164-K. Terceiro(a) juridicamente interessado(a) poderá intervir como assistente e impugnar o pedido do(a) reclamante.

§ 1.º O pedido de intervenção, que só será admitido até a inclusão do feito em pauta, será dirigido ao(à) Relator(a) da reclamação, que sobre ele decidirá, não cabendo recurso em caso de eventual indeferimento.

§ 2.º Ao deferir o pedido, o(a) juiz(a) fixará, desde logo, os poderes conferidos ao *amicus curiae*, observada a legislação processual.

§ 3.º A esfera ou a atividade do(a) terceiro(a) juridicamente interessado(a) deve guardar relação e pertinência temática com o pedido do(a) reclamante(a), a fim de que possa dar contribuição efetiva à solução da controvérsia.

Art. 164-L. O Ministério Público do Trabalho, nas reclamações que não houver formulado, terá vista do processo, por 5 (cinco) dias, após o decurso do prazo para informações e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

para o oferecimento de contestação pelo(a) beneficiário(a) do ato impugnado.

Art. 164-M. Julgando procedente a reclamação, por maioria simples, o Tribunal cassará a decisão exorbitante de seu julgado ou determinará medida adequada à solução da controvérsia.

Art. 164-N. O(A) Presidente do Tribunal determinará o imediato cumprimento da decisão, independente da publicação do acórdão.

*** seção incluída, demais seções e artigos renumerados, pelo Ato Regimental n.º 009, de 13.11.2017.**

Seção IV

Do Reexame

Art. 164-O. Após a decisão de uniformização, os autos sobrestados em virtude de Súmulas, IRR, Repercussão Geral de Recursos Extraordinários ou IRDR, serão devolvidos ao Órgão prolator do acórdão/sentença recorrida para reapreciação da decisão:

- a) no caso de IRDR, aplicar-se-á o art. 164-E deste Regimento;
- b) no caso de IRR, independentemente da aferição dos pressupostos extrínsecos dos recursos, salvo a tempestividade (nos termos do § 1.º do art. 9.º da IN 38), aplicar-se-á o § 11 do art. 896-C da CLT;
- c) no caso de Repercussão Geral de Recursos Extraordinários, independentemente da aferição dos pressupostos extrínsecos dos recursos, salvo a tempestividade (nos termos do § 6.º do art. 1.035 do NCPC), aplicar-se-á o art. 1.040 do NCPC.

Art. 164-P. O(A) Juiz(a) que receber processo para reapreciação procederá às adequações cabíveis, no prazo de 15 (quinze) dias, inclusive em relação às questões conexas e acessórias, de modo a evitar contradições ou omissões, bem como apreciará as demais questões ainda não decididas, cujo enfrentamento se torne necessário em face da alteração procedida.

§ 1.º Observado o prazo concedido ao(à) Magistrado(a), a sentença será publicada.

§ 2.º O acórdão ou sentença deverá restringir-se ao tema objeto da adequação e às questões conexas e acessórias, ratificando os demais termos da decisão originária.

§ 3.º Para fundamentar a decisão de manutenção do entendimento, o Órgão que proferiu o acórdão ou a sentença demonstrará, fundamentadamente, a existência de distinção por se tratar de caso particularizado por hipótese fática distinta ou questão jurídica não examinada, a impor solução diversa.

§ 4.º Publicado o acórdão ou a sentença, a parte vencida poderá recorrer no prazo de 8 (oito) dias. Decorrido o prazo recursal, havendo ou não novo recurso ordinário ou recurso de revista, os autos retornarão ao Órgão competente para a apreciação da admissibilidade dos recursos/ações pendentes de análise.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

Art. 164-Q. Todas as decisões do Tribunal Pleno serão comunicadas à Presidência do Tribunal Superior do Trabalho para os registros cabíveis perante a Comissão de Jurisprudência e de Precedentes Normativos daquela Corte, bem como ao Conselho Nacional de Justiça.

§ 1.º Os autos da Uniformização de Jurisprudência julgados serão arquivados e catalogados por questão jurídica, havendo indexação e divulgação das Súmulas e Acórdãos proferidos em IRDR, bem como de seus precedentes. *(Redação dada pela Emenda Regimental n.º 20, de 1.08.2022)*

§ 2.º O Tribunal providenciará a divulgação, na rede mundial de computadores, das súmulas e decisões de questões de direito objeto de IRDR já julgados, bem como de seus precedentes. *(Redação dada pela Emenda Regimental n.º 20, de 1.08.2022)*

** seção incluída pelo Ato Regimental n.º 008, de 19.10.2017.*

Seção V
Da Revisão das Súmulas e Teses
(Redação dada pela Emenda Regimental n.º 20, de 1.08.2022)

Art. 164-R. As súmulas poderão ser efetivamente reformuladas desde que aprovadas pelo voto da maioria absoluta dos membros efetivos do Tribunal Pleno, considerando os(as) Desembargadores(as) impedidos(as) e/ou suspeitos(as), desconsiderando, apenas, os cargos vagos. *(Redação dada pela Emenda Regimental n.º 027, de 07.12.2023)*

§ 1.º A proposta de revisão de súmula ou tese será apreciada pelo Tribunal Pleno na primeira sessão ordinária que se seguir.

§ 2.º A revisão da tese jurídica firmada no IRDR ou no IAC, far-se-á pelo Pleno, de ofício, a requerimento de um de seus membros em petição fundamentada ou mediante requerimento do Ministério Público do Trabalho, aprovada pelo voto da maioria absoluta dos membros efetivos do Tribunal Pleno, considerando os(as) Desembargadores(as) impedidos(as) e/ou suspeitos(as), desconsiderando, apenas, os cargos vagos de Desembargador(a). *(Redação dada pela Emenda Regimental n.º 20, de 1.08.2022)*

** parágrafo alterado pela Emenda Regimental n.º 013, de 10.09.2018.*

Seção VI
Do Banco de Dados Referente à Uniformização e seus Precedentes

Art. 164-S. O Tribunal manterá banco eletrônico de dados atualizados com informações específicas sobre questões de direito submetidas aos Incidentes de Uniformização, de Resolução de Demandas Repetitivas e Assunção de Competência, comunicando-os imediatamente ao Conselho Nacional de Justiça para inclusão no cadastro.

§ 1.º O referido banco de dados abrange os temas afetos aos Incidentes de Recursos de Revista Repetitivos – IRR e decisões de Repercussão Geral dos Recursos Extraordinários – RE, nos casos em que o TST e o STF encaminhem para este Regional ofícios determinando a suspensão dos feitos que tramitam neste Regional e que detenham o mesmo tema discutido nos IRR e RE.

§ 2.º Para possibilitar a identificação dos processos abrangidos pela decisão dos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

incidentes, o registro eletrônico das teses jurídicas/temas constantes do cadastro conterà, no mínimo, os fundamentos determinantes da decisão e os dispositivos normativos a ela relacionados. *(seção incluída pelo Ato Regimental n.º 008, de 19.10.2017.)*

CAPÍTULO VI
DAS AUDIÊNCIAS

Art. 165. As audiências para a instrução e julgamento dos feitos da competência originária do Tribunal serão públicas e realizadas nos dias e horas designados pelo(a) magistrado(a) a quem couber a instrução do processo, presente o(a) Secretário(a). *(artigo alterado pela Emenda Regimental n.º004, de 13.02.2017.)*

Art. 166. Serão admitidos àquelas audiências os(as) advogados(as), partes, testemunhas e quaisquer outras pessoas judicialmente chamadas.

Art. 167. O(A) Secretário(a) mencionará na ata os nomes das partes e advogados(as) presentes, as citações, intimações, requerimentos verbais e todos os demais atos e ocorrências.

Art. 168. Os(As) serventuários(as), partes e outras pessoas que não os(as) advogados(as), quando falarem ou procederem a alguma leitura, estarão de pé, salvo permitindo o(a) Presidente que se conservem sentados.

Art. 169. O(A) Presidente manterá a ordem na audiência de acordo com as leis em vigor, podendo mandar retirar os(as) assistentes que a perturbarem, impor penas disciplinares aos(às) serventuários(as), multas às partes que faltarem ao devido respeito e autuar os(as) desobedientes.

Art. 170. A abertura e o encerramento da audiência serão anunciados pelo(a) magistrado(a) que a presidir. *(artigo alterado pela Emenda Regimental n.º004, de 13.02.2017.)*

CAPÍTULO VII
DOS ACÓRDÃOS

Art. 171. O acórdão será assinado por seu(sua) prolator(a) e, na ausência deste, pelo(a) Presidente do órgão julgador.

§ 1.º Quando o(a) Presidente do Tribunal não estiver em exercício, os acórdãos do Pleno e da Seção Especializada serão assinados pelo(a) Vice-Presidente, e, na falta ou impedimento deste(a), pelo(a) Corregedor(a) Regional ou pelo(a) Desembargador(a) do Trabalho mais antigo(a) que tenha participado da sessão de julgamento.

§ 2.º Quando o(a) Presidente da Turma não estiver em exercício, os acórdãos serão assinados pelo(a) Desembargador(a) do Trabalho mais antigo(a) na Turma, que tenha participado da sessão de julgamento.

Art. 172. Assinados, os acórdãos dos processos físicos serão publicados em sessão e suas conclusões e ementas remetidas eletronicamente pelo Gabinete do(a) Desembargador(a) Relator(a) ou Prolator(a) à respectiva Secretaria para publicação no órgão oficial, no prazo de 48 horas da sessão de julgamento. *(artigo alterado pela Emenda Regimental n.º 017, de 07.10.2019.)*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

Parágrafo único. Deverá constar da publicação, além da ementa e conclusão do acórdão, a espécie do recurso, o número do processo, assim como os nomes do(a) Desembargador(a) Relator(a) do feito, das partes e de seus(suas) procuradores(as).

Art. 173. Os acórdãos terão ementa contendo verbetação e dispositivo que, resumidamente, indiquem a tese jurídica que prevaleceu no julgamento.

Art. 174. O acórdão poderá conter, a requerimento do(a) Desembargador(a) vencido(a) ou convergente, justificacão de voto.

Art. 175. Não se achando em exercício, ou estando, de qualquer modo, impedido(a) o(a) Desembargador(a) que deveria assinar o acórdão, será designado substituto(a) o(a) primeiro(a) Desembargador(a) cujo voto tenha sido coincidente com o do(a) substituído(a). *(artigo alterado pela Emenda Regimental n.º 001, de 13.02.2017.)*

Art. 176. A publicação dos acórdãos pertinentes a processos de competência do Pleno, da Seção Especializada ou das Turmas incumbe às respectivas secretarias, sendo-lhes vedado efetuar correções ou modificações de qualquer espécie.

Parágrafo único - A republicação somente será feita quando autorizada por despacho do(a) Presidente do órgão julgador, salvo na hipótese de erro evidenciável na publicação ou para correção de erro material, nos termos dos arts. 833 e 897-A, § 1.º, da Consolidação das Leis do Trabalho. *(parágrafo alterado pela Emenda Regimental n.º 017, de 07.10.2019.)*

Art. 177. O(A) representante do Ministério Público do Trabalho consignará seu "ciente" nos acórdãos prolatados nos processos em que o Órgão do Ministério Público do Trabalho seja parte ou tenha oficiado nos autos, mediante parecer circunstanciado.

Parágrafo único. Se por qualquer motivo não vier a ser exarado o ciente a que se refere o caput deste artigo, a decisão será publicada apenas com o registro do nome do(a) Procurador(a) que funcionou na sessão de julgamento.

Art. 178. O prazo para interposição de recurso começará a fluir da data da publicação da conclusão do acórdão no órgão oficial.

Art. 179. *(revogado pelo Ato Regimental n.º 011, de 10.09.2018)*

TÍTULO III
DO PROCESSO NO TRIBUNAL

CAPÍTULO I
DA DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI OU
ATO NORMATIVO DO PODER PÚBLICO

Art. 180. Por ocasião do julgamento de qualquer feito no Tribunal Pleno, a inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo do Poder Público poderá ser arguida pelo(a) relator(a), por qualquer dos(as) Desembargadores(as), pelo Ministério Público do Trabalho, ou pelas partes, até o início da votação. *(artigo alterado pela Emenda Regimental n.º 004, de 13.02.2017.)*

§ 1.º Ouvido o Ministério Público, será a questão prejudicial de inconstitucionalidade submetida a julgamento, e, em seguida, decidir-se-á sobre o caso concreto que a motivou, tendo-se em consideração o que sobre a prejudicial houver sido resolvido.

§ 2.º Será relator(a) da matéria o(a) Desembargador(a) que solicitar o pronunciamento prévio do Tribunal acerca da interpretação da norma jurídica.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

Art. 181. Só pelo voto da maioria absoluta de seus membros efetivos, inclusive o(a) Presidente, poderá o Tribunal Pleno declarar a inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo do Poder Público.

Art. 182. Se não for alcançada a maioria absoluta necessária à declaração de inconstitucionalidade, estando ausentes Magistrados(as) em número que possa influir no resultado do julgamento, este será suspenso, a fim de aguardar-se o comparecimento dos(as) Magistrados(as) ausentes, em férias ou licença, ou o provimento de vagas, se houver, obtidos os votos dos(as) presentes. **(artigo alterado pela Resolução n.º 435, de 18.11.2010)**

Art. 183. Se por ocasião do julgamento de qualquer feito perante a Seção Especializada ou Turmas verificar-se que é imprescindível decidir-se sobre inconstitucionalidade de lei ou de disposição nela contida, ou de ato do Poder Público, o julgamento será suspenso e o processo remetido ao Tribunal Pleno.

Art. 184. Julgada pelo Tribunal Pleno a questão prejudicial, será o processo devolvido à Turma ou à Seção Especializada, para apreciação do mérito, de acordo com o que houver sido decidido quanto àquela.

CAPÍTULO II
DO IMPEDIMENTO, SUSPEIÇÃO E INCOMPETÊNCIA

Art. 185. Nos casos do artigo 801 da Consolidação das Leis do Trabalho, o(a) magistrado(a) deverá declarar a sua suspeição e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes. **(artigo alterado pela Emenda Regimental n.º 004, de 13.02.2017.)**

Art. 186. O(A) magistrado(a) será impedido(a) de funcionar no processo: **(artigo alterado pela Emenda Regimental n.º 004, de 13.02.2017.)**

I - de que for parte, substituído(a), assistente, oponente, litisconsorte ou interveniente;

II - em que interveio como mandatário(a) da parte, oficiou como perito(a), funcionou como órgão do Ministério Público, ou prestou depoimento como testemunha;

III - que conheceu em primeiro grau de jurisdição, tendo nele proferido sentença ou decisão;

IV - quando nele estiver postulando como advogado(a) da parte o cônjuge ou parente seu, consanguíneo ou afim, em linha reta ou na colateral, até o segundo grau;

V - quando cônjuge, parente, consanguíneo ou afim, de alguma das partes, em linha reta ou na colateral, até o terceiro grau;

VI - quando for integrante de órgão de direção ou de administração de pessoa jurídica parte na causa.

Parágrafo único - No caso do inciso IV, o impedimento só se verifica quando o(a) advogado(a) já estava exercendo o patrocínio da causa; é vedado, porém, ao(à) advogado(a), pleitear no processo a fim de criar o impedimento do(a) magistrado(a). **(parágrafo alterado pela Emenda Regimental n.º 004, de 13.02.2017.)**

Art. 187. Poderá, ainda, o(a) magistrado(a) dar-se por suspeito(a) se afirmar a existência de motivos de ordem íntima que, em consciência, o(a) inibam de julgar. **(alterado pela Emenda Regimental n.º 004, de 13.02.2017.)**

Art. 188. O(A) Desembargador(a) Relator(a) impedido(a) ou suspeito(a), deverá declará-lo por despacho nos autos, caso em que o processo será redistribuído mediante



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

compensação de feito da mesma classe. *(alterado pela Emenda Regimental n.º 001, de 13.02.2017.)*

§ 1.º Os(As) demais Desembargadores(as) declararão o seu impedimento verbalmente, registrando-se em ata.

§ 2.º Ao(À) Desembargador(a) Relator(a) que, em virtude de afastamento por férias ou outras ausências legais, declarar por despacho nos autos a sua impossibilidade de julgar os processos que lhe foram distribuídos, aplica-se a compensação constante do caput deste artigo, por ocasião de seu retorno.

Art. 189. A suspeição ou o impedimento deverão ser deduzidos em petição assinada pela própria parte, ou por procurador(a) com poderes especiais, e dirigidos ao(à) relator(a), indicando os fatos que os motivaram e acompanhados de prova documental e rol de testemunhas, se houver, devendo ser oposta até a inclusão do processo em pauta.

Parágrafo único. Poderá ainda ser oposta a exceção depois do prazo estabelecido neste artigo, se a parte invocar, justificadamente, motivo superveniente.

Art. 190. Se o(a) Desembargador(a) recusado(a) por suspeito(a) ou impedido(a) for o(a) Relator(a) e se reconheceu a suspeição ou impedimento, mandará juntar a petição com documentos que a instruem, e, por despacho nos autos, ordenará sua remessa à Presidência, que providenciará a redistribuição, na forma deste Regimento. *(alterado pela Emenda Regimental n.º 001, de 13.02.2017.)*

Parágrafo único. Não aceitando a suspeição, o(a) Desembargador(a) continuará vinculado à causa, mas será suspenso o processo até a solução do incidente.

Art. 191. Autuada e conclusa a petição, e se reconhecida, preliminarmente, a relevância da arguição, o(a) relator(a) mandará ouvir o(a) Desembargador(a) recusado(a), no prazo de 5 (cinco) dias e, com a resposta deste(a) ou sem ela, ordenará o processo, colhendo as provas requeridas.

Parágrafo único. Quando o(a) arguido(a) for o(a) relator(a) do feito, será designado(a) novo(a) relator(a) para o incidente.

Art. 192. Preenchidas as formalidades do artigo anterior, o(a) Desembargador(a) Relator(a) levará o incidente à mesa, na primeira sessão, quando se procederá ao julgamento, sem a presença do(a) Desembargador(a) recusado(a).

Art. 193. Reconhecida a procedência da suspeição ou do impedimento do(a) relator(a), haver-se-á por nulo o que tiver sido processado perante o(a) Desembargador(a) recusado(a), sendo o processo submetido a novo sorteio, observado o disposto neste Regimento.

Art. 194. Apresentada formalmente a exceção de incompetência, o(a) Presidente mandará abrir vista dos autos ao(à) exceto(a) ou seu(sua) advogado(a) legalmente constituído(a), por 24 horas, improrrogáveis, realizando-se o julgamento após designação do(a) relator(a).

Parágrafo único. Procedente a exceção, será o processo remetido ao juízo competente, salvo a hipótese de incompetência material.

Art. 195. A arguição será sempre individual, não ficando os(as) demais Desembargadores(as) impedidos(as) de apreciá-la, ainda que também recusados(as).

Art. 196. Nas causas de jurisdição da Justiça do Trabalho, somente podem ser opostas, com suspensão do feito, as exceções de incompetência, suspeição e impedimento.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

Art. 196-A. A exceção de suspeição ou de impedimento oposta contra juiz(a) de primeiro grau observará o seguinte:

I - a parte interessada deverá arguir o impedimento ou a suspeição, em petição fundamentada e devidamente instruída, na primeira oportunidade em que lhe couber falar nos autos;

II - a petição, dirigida ao(à) juiz(a) da causa, poderá ser instruída com documentos em que o excipiente fundar a alegação e conterà, se for o caso, rol com no máximo 3 (três) testemunhas, devendo o incidente ser autuado em separado, permanecendo os autos principais na instância de origem;

III - o(a) Juiz(a) do Trabalho, ao despachar a petição, reconhecendo a suspeição ou o impedimento, ordenará a remessa dos autos ao(à) seu(sua) substituto(a), ou, não existindo, solicitará à Corregedoria Regional que designe magistrado(a); caso contrário, dentro de 5 (cinco) dias, dará suas razões acompanhadas de documentos e do rol de testemunhas, se houver, ordenando a remessa dos autos ao Tribunal;

IV - depois de distribuída a exceção, quando manifestamente improcedente ou quando oposta após a prolação da sentença, será liminarmente rejeitada pelo(a) Desembargador(a) Relator(a) em decisão irrecorrível, sem prejuízo de ser a matéria renovada na forma prevista no § 1.º do art. 893 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT;

V - o(a) Desembargador(a) Relator(a) a quem for distribuído o feito poderá designar outro(a) Juiz(a) do Trabalho que não o(a) excepto(a), para resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes;

VI - existindo necessidade de produção de prova oral o(a) Desembargador(a) Relator(a) poderá delegar competência para juiz(a) de primeiro grau, que não o(a) próprio(a) juiz(a) excepto(a), mediante requisição à Corregedoria Regional, fixando, desde logo, prazo para a realização da diligência;

VII - depois de instruída a exceção o(a) Desembargador(a) Relator(a) levará o incidente à mesa, para julgamento na primeira sessão subsequente, vedada a sustentação oral;

VIII - acolhida a exceção a Turma determinará o prosseguimento do processo principal com o(a) substituto(a) legal do(a) magistrado(a) recusado(a), pronunciando, se for o caso, a nulidade dos atos judiciais por este último praticado. (*artigo acrescido pela Resolução n.º 17, de 29.3.2012.*)

CAPÍTULO III
DO INCIDENTE DE FALSIDADE

Art. 197. O incidente de falsidade será processado perante o(a) relator(a) do feito e julgado pelo Tribunal Pleno, pela Seção Especializada ou pela Turma, aplicando-se subsidiariamente a legislação processual civil. (*alterado pela Resolução n.º 17, de 11.4.2016.*)

CAPÍTULO IV
DOS CONFLITOS DE COMPETÊNCIA E DE ATRIBUIÇÕES

Art. 198. O conflito poderá ocorrer entre as autoridades judiciárias, entre estas e as administrativas, ou entre uma e outra autoridade administrativa.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

Art. 199. Dar-se-á conflito:

- I - quando ambas as autoridades se considerarem competentes;
- II - quando ambas as autoridades se considerarem incompetentes;
- III - quando houver controvérsia, entre as autoridades, sobre a reunião ou separação de processos.

Art. 200. O conflito poderá ser suscitado:

- I - pelos(as) magistrados(as) e pelo Tribunal; (*alterado pela Emenda Regimental n.º004, de 13.02.2017.*)
- II - pelo Ministério Público do Trabalho;
- III - pela parte interessada ou seu(sua) representante legal;
- IV - pela autoridade administrativa que se julgar em situação de conflito.

Parágrafo único. O Ministério Público será ouvido em todos os conflitos de competência, mas terá qualidade de parte naqueles que suscitar.

Art. 201. Não poderá suscitar o conflito a parte que, na causa, houver oposto exceção de incompetência de Juízo ou Tribunal.

Parágrafo único. O conflito de competência não obsta a que a parte, que não o suscitou, ofereça exceção declinatória do foro.

Art. 202. O conflito será suscitado ao(à) Presidente do Tribunal:

- a) pelo(a) Juiz(a), ou Vara do Trabalho, por ofício;
- b) pela parte e pelo Ministério Público, por petição.

Parágrafo único. O ofício e a petição serão instruídos com os documentos necessários à prova do conflito.

Art. 203. Recebido o processo de conflito no Tribunal, o(a) Presidente procederá à sua distribuição imediatamente.

Art. 204. O(A) Desembargador(a) a quem for distribuído o feito poderá determinar que as autoridades em conflito, caso seja este positivo, façam sobrestar o andamento dos respectivos processos. Nesse caso, bem como, no de conflito negativo, o(a) relator(a) designará um(a) dos(as) Juizes(as) para resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes.

§ 1.º Não esclarecidos os motivos pelos quais se julgarem competentes ou não, ou insuficientes os esclarecimentos e documentos apresentados, o(a) relator(a) poderá mandar ouvir as autoridades em conflito, no prazo de 5 (cinco) dias;

§ 2.º Instruído o processo, ou findo o prazo sem que as autoridades tenham prestado informações, será ouvido, em 5 (cinco) dias, o Ministério Público; em seguida, o(a) relator(a) submeterá o feito a julgamento, na primeira sessão.

Art. 205. Ao decidir o conflito, o órgão julgador declarará qual o(a) Juiz(a) competente, pronunciando-se também sobre a validade dos atos do(a) Juiz(a) incompetente.

Parágrafo único. Os autos do processo, em que se manifestou o conflito, serão remetidos ao(à) Juiz(a) declarado(a) competente.

Art. 206. Resolvida a matéria de competência, em conflito suscitado, não mais será permitido renová-la na discussão da causa principal.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

Art. 207. Da decisão final do conflito não caberá recurso.

Art. 208. Nos conflitos suscitados na Justiça do Trabalho da Oitava Região entre o Tribunal e Tribunais de outra Justiça, entre o Tribunal e Juiz(a) de Primeira Instância a ele não subordinado, e entre Juiz(a) subordinado(a) ao Tribunal da Oitava Região e Juiz(a) subordinado(a) a Tribunal de outra Justiça, o processo será remetido ao(à) Presidente do Superior Tribunal de Justiça, após haver sido instruído com as provas e a informação da autoridade que o encaminhar.

Art. 209. As disposições deste Capítulo, que tratam especificamente de conflito de competência, aplicar-se-ão, no que couber, ao conflito de atribuições.

CAPÍTULO V
DA AÇÃO RESCISÓRIA

Art. 210. Caberá ação rescisória das decisões das Varas do Trabalho, dos(as) Juízes(as) de Direito investidos na jurisdição trabalhista e dos acórdãos do Tribunal Pleno, da Seção Especializada e das Turmas, nas hipóteses previstas na legislação aplicável.

Art. 211. O direito de propor ação rescisória se extingue em 2 (dois) anos, contados do trânsito em julgado da decisão.

Art. 212. A injustiça da sentença e a má apreciação de prova ou errônea interpretação do contrato não autorizam o exercício da ação rescisória.

Art. 213. A ação rescisória terá início por petição escrita, acompanhada de tantas cópias quantos forem os(as) réus(rés), preenchidos os requisitos da legislação processual civil compatíveis com o processo do trabalho, devendo o(a) autor(a) cumular ao pedido de rescisão, se for o caso, o de novo julgamento da causa.

Parágrafo único. Proposta a ação, o(a) Presidente do Tribunal a distribuirá, na forma deste Regimento, excluído(a) o(a) Desembargador(a) que tenha funcionado como Relator(a) do processo no qual haja sido proferida a decisão rescindenda.

Art. 214. A ação rescisória não suspende a execução da sentença rescindenda.

Art. 215. Se a petição preencher os requisitos legais, ao(à) relator(a) compete:

- a) ordenar todas as citações, notificações e intimações legalmente requeridas;
- b) processar todas as questões incidentes;
- c) receber ou rejeitar, *in limine*, as exceções opostas, designar audiência especial para a produção de prova testemunhal ou pericial, se requerida e lhe parecer necessária;
- d) pedir dia para julgamento das questões incidentes e das exceções opostas, quando regularmente processadas;
- e) proferir o despacho saneador, na forma e prazo estabelecidos no Código de Processo Civil, no que for aplicável;
- f) submeter a lide a julgamento antecipado, quando for o caso.

Art. 216. Feita a citação, o(a) réu(ré), no prazo marcado pelo(a) relator(a), que não poderá ser inferior a 15 (quinze) dias, nem superior a 30 (trinta), apresentará a contestação na Secretaria da Seção Especializada.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

Art. 217. Se os fatos em que se fundar a petição inicial, ou a contestação, dependerem de prova testemunhal ou pericial, o(a) relator(a) poderá delegar competência, para dirigir as provas, a um(a) dos(a) Juízes(as) Titulares de Vara ou Juiz(a) de Direito, investido(a) na jurisdição trabalhista, da comarca onde residirem as testemunhas ou onde se encontrar a coisa objeto de exame, devendo o processo ser devolvido no prazo marcado, salvo caso de força maior.

Art. 218. Ultimada a fase probatória, permanecerão os autos na Secretaria, para oferecimento de razões finais, abrindo-se vista, sucessivamente, ao(à) autor(a) e ao(à) réu(ré), pelo prazo de 10 (dez) dias.

Parágrafo único. Findo o último prazo e após ter oficiado ao Ministério Público do Trabalho, serão os autos conclusos ao(à) Desembargador(a) Relator(a) e, posteriormente, incluídos em pauta de julgamento. (*parágrafo alterado pela Emenda Regimental n.º 001, de 13.02.2017.*)

Art. 219. Aplica-se à ação anulatória o mesmo procedimento da ação rescisória, no que couber.

CAPÍTULO VI
DO DISSÍDIO COLETIVO

Art. 220. Os dissídios coletivos serão suscitados na forma da Consolidação das Leis do Trabalho e leis posteriores atinentes ao assunto.

§ 1.º Na impossibilidade real de encerramento da negociação coletiva em curso antes do termo final a que se refere o art. 616, § 3.º, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, a entidade interessada poderá formular protesto judicial em petição escrita, dirigida ao(à) Vice- Presidente do Tribunal, a fim de preservar a data-base da categoria.

§ 2.º Deferida a medida prevista no parágrafo anterior, a representação coletiva será ajuizada no prazo máximo de trinta (30) dias, contados da intimação, sob pena de perda da eficácia do protesto. (*parágrafos acrescidos pela Resolução n.º 70, de 11.10.2012.*)

Art. 221. Protocolada a inicial e conclusos os autos à Presidência da Seção Especializada I, esta designará audiência de conciliação dentro do prazo de 10 (dez) dias, reduzido o prazo se a instauração se deu *ex officio*, intimadas as partes, com observância do artigo 841 da Consolidação das Leis do Trabalho.

§ 1.º Na audiência designada, as partes se pronunciarão sobre as bases da conciliação e, se não aceitas, a Presidência da Seção Especializada I apresentará a solução que lhe pareça capaz de resolver o dissídio.

§ 2.º Havendo acordo, total ou parcial, as bases da conciliação serão submetidas à homologação da Seção Especializada I, na primeira sessão. (*artigo e parágrafos alterados pela Resolução n.º 190, de 7.7.2011.*)

§ 3.º Os pedidos de homologação de acordo que não envolvam todas as partes do processo serão autuados em separado e deverão fazer-se acompanhar das seguintes peças:

- a) instrumento de mandato;
- b) transcrição de todas as cláusulas do acordo, sem remissões.

§ 4.º Determinada a formação dos autos auxiliares, deverá ser certificada essa



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

providência nos autos principais, procedendo-se da mesma forma se a Seção Especializada, por qualquer motivo, deixar de homologar o acordo submetido à sua apreciação.

§ 5.º Para o fim de formação dos autos auxiliares, se os autos principais estiverem em poder do(a) Desembargador(a) Relator(a), a Seção Especializada deverá solicitá-los, ficando suspensa a contagem do prazo previsto no Parágrafo Único do art. 115 enquanto o processo permanecer na Secretaria. (*parágrafo alterado pela Emenda Regimental n.º 001, de 13.02.2017.*)

§ 6.º Em sendo homologados acordos em autos auxiliares, o acórdão respectivo deverá ser juntado aos autos principais e, por cópia, aos autos auxiliares.

§ 7.º Recolhidas as custas devidas em cumprimento à decisão homologatória, os autos auxiliares permanecerão na Secretaria até a solução final do processo principal, para arquivamento em conjunto, lavradas no processo principal as certidões necessárias.

Art. 222. Suscitada questão que dependa de julgamento, imprescindível à fase de conciliação, ficará esta adiada até que a Seção Especializada resolva o assunto, processando-se o incidente nos próprios autos originais.

§ 1.º A questão incidente poderá ser arguida pelo(a) Presidente do Tribunal, *ex officio*, ou a requerimento do Ministério Público do Trabalho, de qualquer dos(as) litigantes ou seus(suas) representantes legais.

§ 2.º Incluem-se na definição deste artigo os atos do(a) Presidente do Tribunal relativos ao recebimento da representação inicial.

Art. 223. Recusada a conciliação, ou não comparecendo as partes, ou uma delas, a Presidência da Seção Especializada I determinará as diligências porventura necessárias à instrução do feito e, depois de ouvido o Ministério Público do Trabalho, procederá sua distribuição. Após vistos será o feito incluído em pauta. (*artigo alterado pela Resolução n.º 190, de 7.7.2011.*)

*Art. 224. O(A) Desembargador(a) Relator(a) determinará as diligências que entender ainda necessárias à completa instrução do feito.

CAPÍTULO VII
DO MANDADO DE SEGURANÇA

Art. 225. O mandado de segurança terá seu processo iniciado por petição, que preencherá os requisitos da legislação processual e conterá a indicação precisa da autoridade a quem se atribua o ato impugnado, além da pessoa jurídica que ela integra, à qual se acha vinculada ou da qual exerce atribuições. (*artigo alterado pela Resolução n.º 17, de 11.4.2016, e pela Emenda Regimental n.º 017, de 07.10.2019.*)

§ 1.º (*revogado pelo Ato Regimental n.º 014, de 07.10.2019.*)

§ 2.º Se o(a) requerente afirmar que o documento necessário à prova de suas alegações se acha em repartição ou estabelecimento público ou em poder de autoridade que se recuse a fornecê-lo por certidão ou de terceiro(a), o(a) relator(a) a quem couber, por distribuição, o feito, ordenará, preliminarmente, por ofício, a exibição desse documento, em original ou cópia autenticada, no prazo de 10 (dez) dias, extraindo-se cópias do documento para juntá-las à segunda via da petição. Se a autoridade indicada pelo(a) requerente for a coatora, a requisição se fará no próprio instrumento da intimação.

**parágrafo alterado pela Resolução n.º 098, de 1.º.03.2010.*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

Art. 225-A. Em caso de urgência, é permitido, observados os requisitos legais, impetrar mandado de segurança por telegrama, radiograma, fax ou outro meio eletrônico de autenticidade comprovada.

§ 1.º Poderá o(a) magistrado(a), em caso de urgência, notificar a autoridade por telegrama, radiograma ou outro meio que assegure a autenticidade do documento e a imediata ciência pela autoridade. *(parágrafo alterado pela Emenda Regimental n.º 004, de 13.02.2017.)*

§ 2.º O texto original da petição deverá ser apresentado nos 5 (cinco) dias úteis seguintes.

§ 3.º Para os fins deste artigo, em se tratando de documento eletrônico, serão observadas as regras da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil. *(artigo acrescido pela Resolução n.º 098, de 1.º.03.2010.)*

Art. 226. Se for manifesta a incompetência do Tribunal Pleno ou de uma das Seções Especializadas, ou se a petição não atender aos requisitos do artigo anterior, poderá o(a) relator(a), desde logo, indeferir o pedido. Poderá, ainda, o(a) relator(a) indeferir, de plano, o pedido quando entender que o caso não é de mandado de segurança, nos termos da lei vigente. Nessas hipóteses, serão dispensadas as informações da autoridade coatora e a audiência do Ministério Público.

Parágrafo único. A parte que se considerar prejudicada pelo despacho do(a) relator(a) poderá interpor agravo regimental. *(artigo alterado pela Resolução n.º 2, de 12.2.2016.)*

Art. 227. Distribuído o feito e despachada a petição inicial, o(a) relator(a) mandará ouvir a autoridade coatora, mediante ofício, acompanhado da segunda via da petição, instruída com as cópias dos documentos, a fim de que preste informações, no prazo de 10 (dez) dias, podendo, em caso de urgência, notificar a autoridade por telegrama, radiograma ou outro meio que assegure a autenticidade do documento e a imediata ciência da autoridade, inclusive correio eletrônico.

§ 1.º O(A) relator(a) ordenará que se dê ciência do feito ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada, enviando-lhe cópia da petição inicial sem documentos, para que, querendo, ingresse no feito.

§ 2.º Quando a autoridade apontada como coatora for o próprio Tribunal, a Seção Especializada, o(a) Presidente, os(as) Juízes(as) de Primeiro e Segundo Graus, o(a) Relator(a) encaminhará os autos a este(a), que deverá prestar as informações pertinentes acompanhadas das peças que julgar necessárias e, a seguir, mandará ouvir o Ministério Público, que opinará, dentro do prazo improrrogável de 10 (dez) dias.

§ 3.º O litisconsorte passivo necessário deverá ser intimado para manifestar-se no prazo de 10 (dez) dias e o ingresso de litisconsorte ativo não será admitido após o despacho da petição inicial. *(artigo e parágrafos alterados pela Resolução n.º 098, de 1.º.03.2010.)*

§ 4.º A secretaria do órgão julgador juntará aos autos cópia autenticada do ofício de que trata o caput deste artigo, bem como a prova de entrega ao destinatário.

§ 5.º Da decisão do(a) juiz(a) de primeiro grau que conceder ou denegar a liminar caberá agravo regimental para Turma do Tribunal Regional do Trabalho, no prazo de oito (8) dias. *(parágrafo alterado pela Resolução n.º 139, de 26.05.2011.)*

Art. 228. Se o(a) relator(a) entender relevante e fundado o pedido e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida, caso deferida, poderá ordenar a respectiva suspensão liminar até o julgamento.

§ 1.º Deferida a liminar, o processo terá prioridade para julgamento.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

§ 2.º Será decretada a perempção ou caducidade da medida liminar ex officio ou a requerimento do Ministério Público quando, concedida a medida, o(a) impetrante criar obstáculo ao normal andamento do processo ou deixar de promover, por mais de 3 (três) dias úteis, os atos e as diligências que lhe cumprirem. *(parágrafos acrescidos pela Resolução n.º 098, de 1.º.03.2010.)*

Art. 229. Transcorrido o prazo de 10 (dez) dias do pedido de informação e ouvido o Ministério Público, que opinará, dentro do prazo improrrogável de 10 (dez) dias, os autos serão conclusos, com ou sem parecer ministerial, ao(à) relator(a), que pedirá dia para julgamento, o qual deverá ser necessariamente proferido em 30 (trinta) dias. *(artigo alterado pela Resolução n.º 098, de 1.º.03.2010.)*

Art. 229-A. Concedido o mandado, o(a) Relator(a) transmitirá em ofício, por intermédio do(a) oficial(a) do juízo, ou pelo correio, mediante correspondência com aviso de recebimento, o inteiro teor do acórdão à autoridade coatora e à pessoa jurídica interessada. *(artigo acrescido pela Resolução n.º 098, de 1.º.03.2010.)*

Art. 229-B. Quando, a requerimento de pessoa jurídica de direito público interessada ou do Ministério Público e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas, o(a) Presidente do Tribunal ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso suspender, em decisão fundamentada, a execução da liminar e da sentença, dessa decisão caberá agravo regimental, sem efeito suspensivo, no prazo de 5 (cinco) dias, que será levado a julgamento na sessão seguinte à sua interposição.

§ 1.º A interposição de agravo de instrumento contra liminar concedida nas ações movidas contra o poder público e seus(suas) agentes não prejudica nem condiciona o julgamento do pedido de suspensão a que se refere este artigo.

§ 2.º O(A) Presidente do Tribunal poderá conferir ao pedido efeito suspensivo liminar se constatar, em juízo prévio, a plausibilidade do direito invocado e a urgência na concessão da medida.

§ 3.º As liminares cujo objeto seja idêntico poderão ser suspensas em uma única decisão, podendo o(a) Presidente do Tribunal estender os efeitos da suspensão a liminares supervenientes, mediante simples aditamento do pedido original. *(artigo acrescido pela Resolução n.º 098, de 1.º.03.2010.)*

CAPÍTULO VIII
DO HABEAS CORPUS

Art. 230. A petição de habeas corpus, logo que protocolada, será encaminhada ao Serviço Processual, que a autuará de imediato, enviando os autos à Secretaria do Pleno para distribuição.

Art. 231. Se a petição se revestir dos requisitos legais, o(a) relator(a), se necessário, requisitará da autoridade indicada como coatora, no prazo que assinar, informações escritas. Faltando qualquer daqueles requisitos, o(a) relator(a) mandará sejam preenchidos, logo que lhe tenha sido apresentada a petição, no prazo de 2 (dois) dias.

Parágrafo único. Se o(a) relator(a) entender que o pedido deva ser indeferido liminarmente, levará a petição ao conhecimento da Seção Especializada, em sua primeira sessão, independentemente do pedido de informações.

Art. 232. Será sempre concedida vista dos autos ao Ministério Público do Trabalho, pelo prazo de 2 (dois) dias, depois de prestadas as informações pela autoridade apontada como coatora.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

Art. 233. Recebidas as informações, se não dispensadas, ouvido o Ministério Público, o habeas corpus será julgado na primeira sessão, podendo, entretanto, adiar-se o julgamento para a sessão seguinte.

Parágrafo único. No julgamento do habeas corpus proclamar-se-á, na hipótese de empate, a decisão mais favorável ao(à) paciente.

Art. 234. A decisão concessiva de habeas corpus será imediatamente comunicada a quem couber cumpri-la (art. 665 do Código de Processo Penal), sem prejuízo da remessa ulterior de cópia autenticada do acórdão.

§ 1.º A ordem de habeas corpus, lavrada e assinada pelo(a) Relator(a) ou pelo(a) Presidente do órgão julgador, será comunicada ao(à) detentor(a), ao(à) carcereiro(a) ou à autoridade que estiver exercendo ou ameaçar exercer o constrangimento ilegal.

§ 2.º Se a ordem do habeas corpus for concedida para evitar ameaça de violência ou coação ilegal, dar-se-á ao(à) paciente salvo-conduto, assinado pelo(a) Relator(a) ou pelo(a) Presidente do órgão julgador. *(parágrafos alterados pela Resolução n.º 099, de 1.º.03.2010.)*

Art. 235. Havendo desobediência ou retardamento no cumprimento da ordem de habeas corpus, o(a) Presidente do Tribunal expedirá mandado de prisão contra o(a) desobediente e oficiará ao Ministério Público, a fim de que promova a ação penal.

CAPÍTULO IX
DO DESAFORAMENTO

Art. 236. Sempre que, em uma Vara do Trabalho ou Juizado de Direito com jurisdição trabalhista, se registrarem impedimentos ou situações que obstem o andamento do feito, quer pela falta de Juiz(a) Titular ou Substituto(a) ou Juiz(a) da Comarca, a requerimento de qualquer das partes ou mediante solicitação do(a) Juiz(a), poderá o Tribunal desaforar o processo para a Vara ou Comarca mais próxima, onde não subsistam esses motivos.

Art. 237. Recebido o requerimento ou solicitação, o(a) Presidente do Tribunal determinará as providências necessárias à comprovação dos motivos alegados e, a seguir, mandará o processo ao Ministério Público do Trabalho.

Art. 238. Devolvidos os autos pelo Ministério Público, o(a) Presidente submeterá o pedido ou solicitação de desaforamento ao Tribunal.

Parágrafo único. A decisão a respeito do pedido ou solicitação de desaforamento constará apenas de ata, não se fazendo necessária a lavratura de acórdão.

CAPÍTULO X
DA RESTAURAÇÃO DE AUTOS

Art. 239. A restauração de autos far-se-á *ex officio* ou mediante petição de qualquer das partes ao(à) Presidente do Tribunal, distribuída, sempre que possível, ao(à) relator(a) que neles tiver funcionado.

Art. 240. A restauração será feita na forma da legislação processual civil, no que for aplicável. *(artigo alterado pela Resolução n.º 17, de 11.04.2016.)*

CAPÍTULO XI
DA REQUISIÇÃO DE PAGAMENTO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

Art. 241. Os precatórios requisitórios relativos às importâncias devidas pela Fazenda Pública Federal, Estadual ou Municipal, suas autarquias e fundações públicas, bem como as requisições de pequeno valor federais, por força de decisões judiciais transitadas em julgado, serão expedidos pelo Juízo da Execução e dirigidos ao(à) Presidente do Tribunal, para processamento. *(artigo alterado pela Emenda Regimental n.º 022, de 05.06.2023.)*

§ 1.º Apenas as requisições de pequeno valor devidas pela União, administração direta e indireta, serão expedidas pelo Juízo da Execução e dirigidas ao(à) Presidente do Tribunal para processamento. *(parágrafo alterado pela Emenda Regimental n.º 022, de 05.06.2023.)*

Art. 242. O ofício precatório e a requisição de pequeno valor federal serão expedidos de forma padronizada, obrigatoriamente por meio do Sistema de Gestão Eletrônica de Precatórios - GPREC e autuados no Processo Judicial Eletrônico do 2.º grau, nas espécies Precatório ou RPV, para análise prévia dos requisitos formais. Em seguida, será decidido pelo(a) Presidente do Tribunal. *(artigo alterado pela Emenda Regimental n.º 022, de 05.06.2023.)*

Art. 243. O(A) Presidente do Tribunal, caso o precatório requisitório ou a requisição de pequeno valor federal esteja formalmente regular, determinará o prosseguimento da execução, podendo, inclusive, corrigir, de ofício ou a requerimento das partes, inexatidões materiais ou retificar erros de cálculos. *(artigo alterado pela Emenda Regimental n.º 022, de 05.06.2023.)*

§ 1.º O preenchimento do ofício com erros de digitação ou material que possam ser identificados pela mera verificação das informações existentes no processo originário é passível de retificação perante o Tribunal, e não se constitui motivo para a devolução do ofício precatório. *(parágrafo alterado pela Emenda Regimental n.º 022, de 05.06.2023.)*

§ 2.º A devolução do ofício precatório ao Juízo da Execução em virtude de fornecimento incompleto ou equivocado de dados ou documentos será feita por decisão do(a) Presidente do Tribunal. *(parágrafo alterado pela Emenda Regimental n.º 022, de 05.06.2023.)*

I - *(Revogado pelo Ato Regimental n.º 012, de 08.04.2019);*

II - *(Revogado pelo Ato Regimental n.º 012, de 08.04.2019);*

III - *(Revogado pelo Ato Regimental n.º 012, de 08.04.2019);*

IV - *(Revogado pelo Ato Regimental n.º 012, de 08.04.2019);*

V - *(Revogado pelo Ato Regimental n.º 012, de 08.04.2019);*

VI - *(Revogado pelo Ato Regimental n.º 012, de 08.04.2019).*

(artigos alterados pela Resolução n.º 19, de 12.4.2012)

§ 3.º Em qualquer caso, da decisão proferida pelo(a) Presidente do Tribunal, caberá agravo regimental, assegurado o direito da parte contrária de apresentar contrarrazões. *(parágrafo alterado pela Emenda Regimental n.º 022, de 05.06.2023.)*

Art. 244. Após o deferimento do precatório ou requisição de pequeno valor federal: *(artigo alterado pela Emenda Regimental n.º 022, de 05.06.2023.)*

I - no caso de a execução recair sobre a União, por um de seus órgãos da administração direta, o(a) Presidente do Tribunal ordenará o registro do valor do precatório no relatório anual de precatórios ou da requisição de pequeno valor no relatório mensal, a ser enviado ao CSJT para consolidação e inclusão na proposta orçamentária da União; *(inciso alterado pela Emenda Regimental n.º 022, de 05.06.2023.)*

II - no caso de a execução recair sobre autarquias e fundações públicas federais, o(a)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

Presidente do Tribunal ordenará o registro do valor do precatório no relatório anual de precatórios ou da requisição de pequeno valor no relatório mensal enviado, ao CSJT para consolidação e inclusão na proposta orçamentária da respectiva autarquia ou fundação. *(inciso alterado pela Emenda Regimental n.º 022, de 05.06.2023.)*

III - nos precatórios requisitórios expedidos contra a Fazenda Pública Estadual e Municipal, será encaminhado ofício requisitório ao(à) Governador(a), Prefeito(a) ou dirigente do órgão da administração pública indireta do Estado ou Município respectivo. *(inciso alterado pela Emenda Regimental n.º 022, de 05.06.2023.)*

Parágrafo único. *(Revogado pelo Ato Regimental n.º 018, de 05.06.2023). (parágrafo alterado pela Emenda Regimental n.º 16, de 08.04.2019.)*

Art. 244-A. *(Revogado).*

Art. 244-B. *(Revogado pelo Ato Regimental n.º 018, de 05.06.2023).*

Parágrafo único. *(Revogado pelo Ato Regimental n.º 018, de 05.06.2023). (artigo acrescido pela Resolução n.º 19, de 12.4.2012 e parágrafo alterado pela Emenda Regimental n.º 16, de 08.04.2019.)*

Art. 245. *(Revogado pelo Ato Regimental n.º 018, de 05.06.2023).*

Art. 246. *(Revogado pelo Ato Regimental n.º 012, de 08.04.2019).*

** artigo alterado pela Resolução n.º 19, de 12.4.2012*

Art. 247. *(Revogado pelo Ato Regimental n.º 018, de 05.06.2023).*

Parágrafo único. *(Revogado pelo Ato Regimental n.º 018, de 05.06.2023).*

Art. 247-A. *(Revogado pelo Ato Regimental n.º 018, de 05.06.2023).*

§ 1.º *(Revogado pelo Ato Regimental n.º 012, de 08.04.2019).*

§ 2.º *(Revogado pelo Ato Regimental n.º 012, de 08.04.2019).*

(artigo acrescido pela Resolução n.º 19, de 12.4.2012 e alterado pela Emenda Regimental n.º 16, de 08.04.2019.)

CAPÍTULO XII
DO PROCESSO DISCIPLINAR DA MAGISTRATURA

Art. 248. Os(As) magistrados(as) da Justiça do Trabalho da Oitava Região são passíveis das seguintes penalidades:

I - advertência;

II - censura;

III - remoção compulsória;

IV - disponibilidade com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço;

V - aposentadoria compulsória com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço;

VI - demissão.

§ 1.º Aos(Às) magistrados(as) de segundo grau não se aplicarão as penas de advertência e de censura, não se incluindo nesta exceção os(as) Juizes(as) do Trabalho convocados(as) para o segundo grau.

§ 2.º As penas previstas no art. 6.º, § 1.º, da Lei n.º 4.898, de 9 de dezembro de 1965, são aplicáveis aos(às) magistrados(as), desde que não incompatíveis com a Lei Complementar n.º 35, de 1979. *(parágrafos acrescidos pela Resolução n.º 39, de 14.2.2008.)*

Art. 249. O(A) magistrado(a) que estiver respondendo a processo administrativo



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

disciplinar só será exonerado(a) a pedido ou aposentado(a) voluntariamente após a conclusão do processo ou do cumprimento da pena. *(artigo alterado pela Resolução n.º 39, de 14.2.2008.)*

Art. 250. A pena de advertência aplicar-se-á reservadamente, por escrito, no caso de negligência no cumprimento dos deveres do cargo.

Art. 251. A pena de censura será aplicada reservadamente, por escrito, no caso de reiterada negligência no cumprimento dos deveres do cargo, ou no de procedimento incorreto, se a infração não justificar punição mais grave.

Art. 252. O(A) magistrado(a) será removido(a) compulsoriamente, por interesse público, quando incompatibilizado(a) para o exercício funcional em qualquer órgão fracionário, na seção, na turma, na vara ou na comarca em que atue. *(artigo alterado pela Resolução n.º 39, de 14.2.2008.)*

Art. 253. O(A) magistrado(a) será posto em disponibilidade com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, ou, se não for vitalício, demitido(a) por interesse público, quando a gravidade das faltas não justificar a aplicação de pena de censura ou remoção compulsória. *(artigo alterado pela Resolução n.º 39, de 14.2.2008.)*

Art. 254. O(A) magistrado(a) será aposentado(a) compulsoriamente, por interesse público, quando:

- I - mostrar-se manifestamente negligente no cumprimento de seus deveres;
- II - proceder de forma incompatível com a dignidade, a honra e o decoro de suas funções;
- III - demonstrar escassa ou insuficiente capacidade de trabalho, ou apresentar proceder funcional incompatível com o bom desempenho das atividades do Poder Judiciário. *(artigo alterado pela Resolução n.º 39, de 14.2.2008.)*

Art. 255. Para os processos administrativos disciplinares e para a aplicação de quaisquer penalidades previstas nos artigos anteriores, é competente o Tribunal Pleno.

Parágrafo único. Instaurado o processo administrativo disciplinar, o Tribunal Pleno poderá afastar preventivamente o(a) magistrado(a), pelo prazo de noventa dias, prorrogável até o dobro. O prazo de afastamento poderá, ainda, ser prorrogado em razão de delonga decorrente do exercício do direito de defesa. *(artigo alterado pela Resolução n.º 39, de 14.2.2008.)*

Art. 256. O procedimento para a decretação de qualquer penalidade aos(às) magistrados(as) terá início por determinação do Tribunal Pleno, decorrente de proposta do(a) Presidente do Tribunal ou do(a) Corregedor(a) Regional, no caso de magistrados(as) de primeiro Grau, ou mediante representação fundamentada do Poder Executivo ou Legislativo, do Ministério Público ou do Conselho Federal ou Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil.

§ 1.º Em qualquer hipótese, a instauração do processo preceder-se-á da defesa prévia do magistrado(a), no prazo de 15 (quinze) dias, contado da entrega da cópia do teor da acusação e das provas existentes, que lhe remeterá o(a) Presidente do Tribunal, mediante ofício, nas 48 (quarenta e oito) horas imediatamente seguintes à apresentação da acusação.

§ 2.º Findo o prazo de defesa prévia, haja ou não sido apresentada, o(a) Presidente convocará o Tribunal para que decida sobre a instauração do processo, em sessão pública e fundamentadas todas as decisões, inclusive as interlocutórias. Na mesma sessão, será sorteado(a) o(a) relator(a). *(parágrafo alterado pela Resolução n.º 01, de 6.2.2014.)*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

§ 3.º Determinada a instauração do processo será lavrado o acórdão que conterà a imputação dos fatos e a delimitação do teor da acusação.

§ 4.º Na oportunidade em que for determinada a instauração do processo, o Tribunal Pleno decidirá sobre o afastamento ou não do(a) magistrado(a) de suas funções, assegurado os subsídios integrais até a decisão final. **(artigo alterado pela Resolução n.º 39, de 14.2.2008.)**

Art. 256-A. O(A) relator(a) determinará a citação do(a) magistrado(a) para apresentar defesa em cinco dias, encaminhando-lhe cópia do acórdão do Tribunal Pleno, observando-se que:

I - havendo dois(duas) ou mais magistrados(as), o prazo para defesa será comum e de dez dias;

II - o(a) magistrado(a) que mudar de residência fica obrigado a comunicar ao relator(a), ao(à) Corregedor(a) e ao(à) Presidente do Tribunal o endereço em que receberá citações, notificações ou intimações;

III - estando o(a) magistrado(a) em lugar incerto ou não sabido, será citado por edital, com prazo de trinta dias, a ser publicado, uma vez, no órgão oficial de imprensa utilizado pelo tribunal para divulgar seus atos;

IV - considerar-se-á revel o(a) magistrado(a) que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo assinado;

V - declarada a revelia, o(a) relator(a) lhe designará defensor(a) dativo, concedendo-lhe igual prazo para a apresentação de defesa.

§ 1.º Em seguida, decidirá sobre a produção de provas requeridas pelo(a) acusado(a) e determinará as que de ofício entender necessárias, devendo ser produzidas no prazo de 20 (vinte) dias, cientes o Ministério Público, o(a) magistrado(a) ou o(a) procurador(a) por ele(a) constituído(a), a fim de que possam delas participar. O prazo de 20 (vinte dias) poderá ser prorrogado uma vez a critério do(a) Desembargador(a) Relator(a).

§ 2.º Finda a instrução, o Ministério Público e o(a) Magistrado(a) ou seu(sua) procurador(a) terão vista dos autos por 10 (dez) dias, para razões.

§ 3.º Após o visto do(a) relator(a), serão remetidas aos(às) Magistrados(as) que integrarem o Órgão Censor cópias do acórdão do Tribunal Pleno, da defesa e das razões do(a) magistrado(a), além de outras peças determinadas pelo(a) relator(a).

§ 4.º Depois do relatório e da sustentação oral, serão colhidos os votos. A punição ao(à) magistrado(a) somente será imposta pelo voto da maioria absoluta dos membros do Tribunal Pleno.

§ 5.º Da decisão somente será publicada a conclusão.

§ 6.º Entendendo o Tribunal Pleno ou o Órgão Especial que existem indícios bastantes de crime de ação pública, o(a) Presidente do Tribunal remeterá ao Ministério Público cópia dos autos.

§ 7.º Da decisão publicar-se-á somente a conclusão. **(artigo acrescido pela Resolução n.º 39, de 14.2.2008.)**

Art. 256-B. A demissão do(a) magistrado(a) não-vitalício(a), na hipótese de violação das vedações dos incisos I a IV do parágrafo único do artigo 95 da Constituição Federal, será precedida de processo administrativo, de competência do Tribunal Pleno, aplicando-se, no que couber, as disposições regimentais relativas ao processo disciplinar da



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

magistratura. **(artigo acrescido pela Resolução n.º 39, de 14.2.2008.)**

Art. 256-C. Ao(À) juiz(a) não-vitalício(a) será aplicada pena de demissão em caso de:

I - falta que derive da violação às proibições contidas na Constituição Federal e nas leis;

II - manifesta negligência no cumprimento dos deveres do cargo;

III - procedimento incompatível com a dignidade, a honra e o decoro de suas funções;

IV - escassa ou insuficiente capacidade de trabalho;

V - proceder funcional incompatível com o bom desempenho das atividades do Poder Judiciário.

§ 1.º O processo disciplinar será, a qualquer tempo, instaurado dentro do biênio inicial previsto na Constituição Federal, mediante indicação do(a) Corregedor(a) ao Tribunal Pleno, seguindo, no que lhe for aplicável, o disposto neste capítulo.

§ 2.º O recebimento da acusação pelo Tribunal Pleno suspenderá o curso do prazo de vitaliciamento.

§ 3.º Poderá o Tribunal Pleno, entendendo não ser o caso de pena de demissão, aplicar as de remoção compulsória, censura ou advertência, vedada a de disponibilidade. **(artigo acrescido pela Resolução n.º 39, de 14.2.2008.)**

Art. 256-D. O(A) Corregedor(a), no caso de magistrados(as) de primeiro grau, ou o(a) Presidente do Tribunal, nos demais casos, que tiver ciência de irregularidade é obrigado a promover a apuração imediata dos fatos.

§ 1.º As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, desde que contenham a identificação e o endereço do(a) denunciante e sejam formuladas por escrito, confirmada a autenticidade.

§ 2.º Apurados os fatos, o(a) magistrado(a) será notificado para, no prazo de cinco dias, prestar informações.

§ 3.º Mediante decisão fundamentada, a autoridade competente ordenará o arquivamento do procedimento preliminar caso não haja indícios de materialidade ou de autoria de infração administrativa.

§ 4.º Quando o fato narrado não configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será arquivada de plano pelo(a) Corregedor(a), no caso de magistrados(as) de primeiro grau, ou pelo(a) Presidente do Tribunal, nos demais casos.

§ 5.º Das decisões referidas nos §§ 3.º e 4.º deste artigo, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias ao Tribunal Pleno, por parte do(a) autor(a) da representação. **(artigo acrescido pela Resolução n.º 39, de 14.2.2008.)**

CAPÍTULO XIII
DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Art. 257. O processo administrativo disciplinar será realizado na forma das normas contidas no Título V da Lei n.º 8.112/90, observado o que sobre o assunto dispuser este Regimento.

Art. 258. O Processo será conduzido por uma Comissão de 3 (três) membros, designada pelo(a) Presidente do Tribunal, dos quais um será, desde logo indicado para presidi-la, a este(a) competindo escolher o(a) servidor(a) que deverá servir de Secretário(a), podendo a escolha recair em um de seus membros.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

Parágrafo único. Os(As) servidores(as) componentes da Comissão poderão, a critério do(a) Presidente, ser dispensados(as) do ponto, enquanto for necessária a dedicação de tempo integral aos trabalhos.

Art. 259. A critério do(a) Presidente do Tribunal, o processo disciplinar poderá ser precedido de sindicância que constate a falta e identifique possíveis indiciados.

Art. 260. O processo será iniciado dentro do prazo improrrogável de 5 (cinco) dias, contado da ciência da designação de que trata o art. 259, e concluído no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período.

Art. 261. A Comissão proporá ao(à) Presidente do Tribunal, quando entender conveniente, a suspensão preventiva do(a) servidor(a).

Art. 262. Quando a penalidade proposta pela Comissão exceder da alçada do(a) Presidente, os autos serão por este apresentado ao Tribunal, para decisão.

CAPÍTULO XIV
DO PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS

Art. 262-A. As propostas e sugestões tendentes à melhoria da eficiência e eficácia do Poder Judiciário bem como todo e qualquer expediente que não tenha classificação específica nem seja acessório ou incidente serão incluídos na classe de Pedido de Providências, cabendo ao Tribunal Pleno ou ao(à) Corregedor(a) Regional, conforme a respectiva competência, o seu conhecimento e julgamento.

Parágrafo único. O pedido de providências versará exclusivamente sobre matéria administrativa e não poderá incidir sobre processos ou procedimentos judiciais.

Art. 262-B. Em caso de risco de prejuízo iminente ou de grave repercussão, o(a) Presidente do Tribunal ou o(a) Corregedor(a) Regional poderão, no âmbito de sua competência e motivadamente, adotar providências acauteladoras, observados os limites legais.

Parágrafo único. Deferida a medida liminar, será submetida a referendo do Tribunal Pleno na primeira sessão ordinária seguinte.

Art. 262-C. O(A) Presidente do Tribunal ou o(a) Corregedor(a) Regional poderão, no âmbito de sua competência, determinar a realização de diligências, audiências públicas, consultas públicas e solicitar esclarecimentos indispensáveis à análise do requerimento. *(capítulo incluído pela Resolução n.º 3, de 12.2.2016.)*

CAPÍTULO XV
DA CONSULTA

Art. 262-D. Em razão de fundada dúvida em processo administrativo que verse sobre matéria regimental, o(a) Presidente da Corte ou qualquer Desembargador(a) poderá formular consulta à Comissão de Regimento.

Parágrafo único. A consulta será respondida no prazo de até 30 (trinta) dias de sua apresentação. *(capítulo incluído pela Resolução n.º 3, de 12.2.2016.)*

CAPÍTULO XVI
DO ATO NORMATIVO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

Art. 262-E. O Plenário poderá, por maioria absoluta, editar atos normativos, mediante Resoluções, Instruções ou Enunciados Administrativos e, ainda, Recomendações.

§ 1.º A edição de ato normativo ou regulamento poderá ser proposta por Desembargador(a) ou resultar de decisão do Plenário quando apreciar qualquer matéria, seja procedente ou não o pedido.

§ 2.º Decidida incidentalmente a edição do ato normativo ou da recomendação, a redação do texto respectivo será apreciada em outra sessão plenária, salvo comprovada urgência.

§ 3.º A edição de ato normativo poderá, a critério do Plenário ou do(a) Relator(a), ser precedida de audiência pública ou consulta pública, por prazo não superior a 30 (trinta) dias.

§ 4.º Os efeitos do ato serão definidos pelo Plenário.

§ 5.º Os Enunciados serão numerados em ordem crescente de referência, com alíneas, quando necessário, seguidas de menção aos dispositivos legais e aos julgados em que se fundamentam. **(capítulo alterado pela Emenda Regimental n.º 011, de 13.11.2017)**

CAPÍTULO XVII
DA RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR

Art. 262-F. A reclamação disciplinar poderá ser proposta contra magistrados(as) de 1.º grau e servidores(as) da Oitava Região.

§ 1.º A reclamação deverá ser dirigida ao(à) Corregedor(a) Regional em requerimento assinado contendo a descrição do fato, a identificação do(a) reclamado(a) e as provas da infração.

§ 2.º Quando não atendidos os requisitos ou o fato narrado não configurar infração disciplinar, a reclamação será arquivada.

§ 3.º Não sendo caso de arquivamento ou indeferimento sumário, o(a) reclamado(a) será notificado(a) para prestar informações em quinze (15) dias, podendo determinar diligência para apuração preliminar da verossimilhança da imputação.

Art. 262-G. Prestadas as informações, o(a) Corregedor(a) Regional arquivará a reclamação se confirmado que o fato não constitui infração disciplinar.

§ 1.º Das decisões proferidas em Reclamações Disciplinares, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias, ao Tribunal, por parte do(a) autor(a).

§ 2.º O(A) Corregedor(a) relatará o recurso perante o Tribunal, no caso de magistrado(a) de primeiro grau, e o(a) Presidente, nos demais casos. **(parágrafos incluídos pelo Ato Regimental n.º 010, de 13.11.2017.)**

Art. 262-H. Em caso de imputação dirigida a(à) magistrado(a), seguir-se-á procedimento previsto na Lei Orgânica da Magistratura Nacional, aplicando-se, subsidiariamente, as resoluções do Conselho Nacional de Justiça e este Regimento.

Art. 262-I. Em caso de imputação dirigida a(à) servidor(a), seguir-se-á o procedimento descrito pela Lei n.º 8.112/90 e por este regimento. **(capítulo incluído pelo Ato Regimental n.º 010, de 13.11.2017)**

CAPÍTULO XVIII
DO INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

Art. 262-J. O incidente de desconconsideração da personalidade jurídica será instaurado a pedido da parte ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo, na fase de conhecimento, se não tiver sido requerido na petição inicial, hipótese em que será citado o(a) sócio(a) ou a pessoa jurídica.

§ 1.º Faculta-se ao(à) Juiz(a) do Trabalho, em fase de execução, instaurar o incidente.

§ 2.º O pedido de desconconsideração da personalidade jurídica observará os pressupostos previstos em lei, cabendo, também, no caso de desconconsideração inversa.

§ 3.º A instauração do incidente suspenderá o processo, sem prejuízo de concessão da tutela de urgência de natureza cautelar de que trata o art. 301 do Código de Processo Civil.

§ 4.º O requerimento deve demonstrar o preenchimento dos pressupostos legais específicos para a desconconsideração da personalidade jurídica.

Art. 262-L. Instaurado o incidente, o(a) sócio(a) ou a pessoa jurídica será citado para manifestar-se e requerer as provas cabíveis, no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 262-M. Concluída a instrução, se necessária, o incidente será resolvido por decisão interlocutória.

§ 1.º Da decisão interlocutória que acolher ou rejeitar o incidente:

I - na fase de conhecimento, não cabe recurso de imediato, na forma do art. 893, § 1.º, da Consolidação das Leis do Trabalho;

II - na fase de execução, cabe agravo de petição, independentemente de garantia do juízo;

III - cabe agravo regimental se proferida pelo(a) Relator(a), em incidente instaurado originariamente no Tribunal.

Art. 262-N. Acolhido o pedido de desconconsideração, a alienação ou a oneração de bens, havida em fraude de execução, será ineficaz em relação ao(à) requerente.

§ 1.º Reputa-se de má-fé qualquer alienação ou oneração de bens a partir do ajuizamento da ação em que for acolhido o pedido de desconconsideração. *(capítulo e artigos incluídos pelos Atos Regimentais n.ºs 003, de 13.02.2017 e 010, de 13.11.2017)*

TÍTULO IV
DOS RECURSOS NO TRIBUNAL

CAPÍTULO I
DAS ESPÉCIES DE RECURSOS

Art. 263. São cabíveis os seguintes recursos:

- a) embargos de declaração;
- b) recurso ordinário;
- c) recurso de revista;
- d) agravos.

Art. 264. A juntada de documentos na fase recursal só se justifica quando provado o justo impedimento para sua oportuna apresentação ou se referir a fato posterior à sentença. Aceito o documento, a parte contrária terá vista no prazo de 5 (cinco) dias.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

Art. 265. A qualquer tempo, até o julgamento, e independentemente de ser ouvida a parte contrária, o(a) recorrente poderá desistir do recurso.

CAPÍTULO II
DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Art. 266. Às decisões proferidas pelo Tribunal Pleno, pelas Seções Especializadas ou pelas Turmas, bem como por seus membros, poderão ser opostos embargos de declaração, no prazo de 5 (cinco) dias, contado da sua publicação no órgão oficial. *(caput alterado pela Emenda Regimental n.º 003, de 13.02.2017.)*

§ 1.º Os erros materiais poderão ser corrigidos de ofício ou a requerimento de qualquer das partes. *(parágrafo alterado pela Emenda Regimental n.º 003, de 13.02.2017.)*

§ 2.º A petição indicará o ponto omissivo, contraditório ou obscuro, o manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso ou o erro material. *(parágrafo alterado pela Emenda Regimental n.º 003, de 13.02.2017.)*

§ 3.º Os embargos de declaração serão opostos em petição dirigida ao(à) relator(a) ou prolator(a) da decisão, e serão apresentados para julgamento na primeira sessão subsequente à sua oposição, fazendo o relatório e proferindo o seu voto, admitido efeito modificativo da decisão nos casos de omissão e contradição no julgado e manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso. *(parágrafos alterados pelas Emendas Regimentais n.ºs 001 e 003, de 13.02.2017.)*

§ 4.º *(Revogado pela Resolução n.º 188, de 7.7.2011.)*

§ 5.º Quando a matéria dos embargos de declaração versar em sua integralidade sobre ponto em que o(a) relator(a) ou prolator(a) da decisão tenha sido vencido, os embargos serão distribuídos a um(a) dos(as) Desembargadores(as) do Colegiado, por sorteio, que tenha sido concordante com o julgamento, respeitado o mesmo critério de distribuição sucessiva, conforme estabelecido no artigo 105 deste Regimento. *(parágrafos alterados pelas Emendas Regimentais n.ºs 001 e 003, de 13.02.2017.)*

§ 6.º Ausente, por mais de 15 (quinze) dias, o(a) prolator(a) da decisão embargada, os embargos serão distribuídos a um(a) dos(as) Desembargadores(as) do Colegiado, por sorteio, que tenha sido concordante com o julgamento, respeitado o mesmo critério de distribuição sucessiva, conforme estabelecido no artigo 105 deste Regimento. *(parágrafo alterado pela Emenda Regimental n.º 003, de 13.02.2017.)*

§ 7.º Participarão da votação dos embargos de declaração os(as) Desembargadores(as) presentes na sessão do Tribunal, da Seção Especializada ou das Turmas, independentemente de haverem ou não votado no julgamento do feito. *(parágrafo alterado pela Emenda Regimental n.º 003, de 13.02.2017.)*

§ 8.º Eventual efeito modificativo dos embargos de declaração somente poderá ocorrer em virtude da correção de vício na decisão embargada e desde que ouvida a parte contrária, no prazo de 5 (cinco) dias. *(parágrafo alterado pela Emenda Regimental n.º 003, de 13.02.2017.)*

§ 9.º Quando forem manifestamente protelatórios, o órgão julgador, declarando expressamente que o são, em decisão fundamentada, condenará o(a) embargante a pagar ao(à) embargado(a) multa, que não poderá exceder a 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado da causa. Na reiteração de embargos de declaração protelatórios, a multa será elevada a até 10% (dez por cento), ficando condicionada a interposição de qualquer outro recurso ao depósito do valor respectivo, à exceção da Fazenda Pública e do(a)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

beneficiário(a) de gratuidade da justiça, que a recolherão ao final. *(parágrafo alterado pela Emenda Regimental n.º 003, de 13.02.2017.)*

§ 10. Não serão admitidos novos embargos de declaração se os 2 (dois) anteriores houverem sido considerados protelatórios. *(parágrafo incluído pelo Ato Regimental n.º 003, de 13.02.2017.)*

§ 11. Considera-se haver prequestionamento ficto, no caso de o Tribunal Regional do Trabalho, mesmo instado mediante embargos de declaração, recusar-se a emitir tese sobre questão jurídica pertinente, na forma da Súmula n.º 297, item III, do Tribunal Superior do Trabalho. *(parágrafo incluído pelo Ato Regimental n.º 003, de 13.02.2017.)*

Art. 267. Os embargos de declaração interrompem o prazo para a interposição de outros recursos, por qualquer das partes, salvo quando intempestivos, irregular a representação da parte ou ausente a sua assinatura. *(alterado pela Emenda Regimental n.º 003, de 13.02.2017.)*

§ 1.º O órgão julgador conhecerá dos embargos de declaração como agravo regimental se entender ser este o recurso cabível, desde que determine previamente a intimação do(a) recorrente para, no prazo de 5 (cinco) dias, complementar as razões recursais, de modo a ajustá-las às exigências do § 1.º do art. 266 deste Regimento.

§ 2.º Caso o acolhimento dos embargos de declaração implique modificação da decisão embargada, o(a) embargado(a) que já tiver interposto outro recurso contra a decisão originária tem o direito de complementar ou alterar suas razões, nos exatos limites da modificação, no prazo de 8 (oito) dias, contado da intimação da decisão dos embargos de declaração.

§ 3.º Se os embargos de declaração forem rejeitados ou não alterarem a conclusão do julgamento anterior, o recurso interposto pela outra parte antes da publicação do julgamento dos embargos de declaração será processado e julgado independentemente de ratificação. *(parágrafos incluídos pelo Ato Regimental n.º 003, de 13.02.2017.)*

CAPÍTULO III
DO RECURSO ORDINÁRIO

Art. 268. Cabe recurso ordinário:

I - para o Tribunal Superior do Trabalho das decisões definitivas nos processos da competência originária do Pleno ou da Seção Especializada.

II - para as Turmas do Tribunal Regional, na hipótese da alínea "a" do art. 895 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 269. O recurso ordinário será interposto no prazo de 8 (oito) dias e processado nos próprios autos da decisão recorrida.

§ 1.º Juntada aos autos a petição do recurso, com os documentos que a instruem, dar-se-á vista ao(à) recorrido(a) no prazo legal.

§ 2.º Com as razões do(a) recorrido(a) ou sem elas, após o decurso do prazo fixado no § 1.º, serão os autos enviados ao Tribunal Superior do Trabalho ou ao Tribunal Regional, conforme as hipóteses previstas nos itens I e II do artigo anterior, dentro de 48 horas.

CAPÍTULO IV
DO RECURSO DE REVISTA

Art. 270. O recurso de revista será apresentado ao(à) Vice-Presidente do Tribunal, em



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

petição fundamentada, no prazo legal da publicação da conclusão do acórdão no órgão oficial.

§ 1.º O(A) Vice-Presidente poderá receber ou denegar o recurso, fundamentando, em qualquer caso, seu despacho, que será publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, fluindo, a partir de então, o prazo para o agravo de instrumento, se denegado seguimento ao apelo, ou para apresentação de contrarrazões, se recebido. **(parágrafo alterado pela Emenda Regimental n.º 017, de 07.10.2019.)**

§ 2.º Recebido o recurso será facultado à parte interessada requerer a expedição de carta de sentença, para execução provisória do julgado, dentro do prazo de 08 (oito) dias, a contar da data da publicação do despacho.

§ 3.º A carta de sentença conterá a sentença exequenda, as procurações aos(às) respectivos(as) advogados(as) e, quando for o caso, o acórdão que a substituiu. **(parágrafo alterado pela Resolução n.º 17, de 11.4.2016.)**

§ 4.º Os processos julgados pelo Tribunal Regional só serão restituídos à instância inferior findo o prazo para interposição do recurso de revista.

§ 5.º Das decisões proferidas pelo Tribunal, em execução de sentença, não caberá recurso de revista para o Tribunal Superior do Trabalho, salvo em caso de ofensa direta ao texto constitucional.

CAPÍTULO V
DO AGRAVO DE INSTRUMENTO

Art. 271. Caberá agravo de instrumento, das decisões que denegarem seguimento a recurso.

Parágrafo único. O(A) magistrado(a) não poderá negar seguimento ao agravo de instrumento interposto em conformidade com o caput deste artigo. **(parágrafo alterado pela Emenda Regimental n.º 004, de 13.02.2017.)**

Art. 272. O agravo de instrumento rege-se pelo art. 897, alínea b, §§ 2.º e 4.º da Consolidação das Leis do Trabalho e demais dispositivos do direito processual comum, desde que compatíveis com as normas e princípios daquele, na forma deste Regimento.

Art. 273. A petição de agravo de instrumento conterá a exposição do fato e do direito e as razões do pedido de reforma da decisão, devendo ser instruída:

a) obrigatoriamente, sob pena de não conhecimento, com a cópia da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação, da procuração outorgada ao(à) advogado(a) do(a) agravante e das demais peças indispensáveis à compreensão da controvérsia;

b) facultativamente, com outras peças que o(a) agravante entender úteis.

Art. 274. As peças apresentadas em cópia reprográfica, para a formação do instrumento do agravo, deverão estar autenticadas.

Art. 275. O agravo de instrumento será dirigido ao(à) prolator(a) da decisão agravada, no prazo de oito dias de sua intimação e processado em autos apartados.

Parágrafo único. O agravo de instrumento será processado nos autos principais:

a) se o pedido houver sido julgado totalmente improcedente;

b) se houver recurso de ambas as partes e denegação de um(a) ou de ambos(as);



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

c) mediante postulação do(a) agravante, no prazo recursal, caso em que, havendo interesse do(a) credor(a), será extraída carta de sentença, às expensas do(a) recorrente, sob pena de não conhecimento do agravo de instrumento.

Art. 276. A petição do agravo de instrumento será encaminhada ao(à) prolator(a) da decisão agravada, para que reconsidere ou confirme a decisão impugnada, observada a competência estabelecida nos arts. 659, VI, e 682, inciso IX, da Consolidação das Leis do Trabalho. **(artigo alterado pela Emenda Regimental n.º 004, de 13.02.2017.)**

Art. 277. Reconsiderada a decisão agravada, a petição do Agravo de Instrumento será juntada ao processo principal e os autos encaminhados ao juízo ad quem.

Art. 278. Mantida a decisão agravada, o(a) agravado(a) será notificado(a) para apresentar contrarrazões ao agravo e ao recurso principal, no prazo de 8 (oito) dias, bem como, para, no mesmo prazo, o(a) interessado(a) requerer extração de carta de sentença.

§ 1.º A carta de sentença, requerida no Segundo Grau, somente será extraída se o Agravo de Instrumento for processado nos autos principais.

§ 2.º Autuada a carta de sentença, o(a) reclamado(a) será intimado(a) para custear as cópias necessárias à sua formação, sob pena de não conhecimento do seu agravo.

§ 3.º Será certificado nos autos o atendimento ou não à intimação tratada no parágrafo anterior.

Art. 279. Será certificado nos autos principais a interposição do Agravo de Instrumento e a data em que foi encaminhado ao juízo ad quem.

Art. 280. Provido o agravo de instrumento, o órgão julgador deliberará quanto ao julgamento do recurso destrancado, observando-se, daí em diante, o procedimento relativo a tal recurso. **(artigo alterado pela Resolução n.º 251, de 12.12.2011.)**

Art. 281. Cumpre às partes zelar pela correta formação do instrumento, não comportando a conversão do agravo em diligência para suprir a ausência de peças, ainda que essenciais.

Art. 282. Compete ao(à) Vice-Presidente do Tribunal despachar os agravos de instrumento das decisões denegatórias de recursos de revista.

CAPÍTULO VI
DO AGRAVO DE PETIÇÃO

Art. 283. Cabe agravo de petição das decisões do(a) Juiz(a), ou Presidente do Tribunal, nas execuções.

Parágrafo único. O agravo de petição será interposto no prazo de 8 (oito) dias e não terá efeito suspensivo.

Art. 284. Interposto o agravo de petição das decisões do(a) Juiz(a) ou Presidente nas execuções de processos da competência originária do Tribunal, dar-se-á logo ciência ao(à) agravado(a), se for o caso, para que, dentro do prazo de 8 (oito) dias, apresente contraminuta. Findo esse prazo, serão os autos conclusos ao(à) Presidente ou ao(à) Relator(a), que, em 2 (dois) dias, manterá ou reformará a decisão. **(artigo alterado pela Emenda Regimental n.º 017, de 07.10.2019.)**

§ 1.º Se a contraminuta do agravo for instruída com documentos novos, o(a) Presidente ou o(a) Relator(a) mandará ouvir o(a) agravante, dentro de 3 (três) dias. **(parágrafo alterado pela Emenda Regimental n.º 017, de 07.10.2019.)**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

§ 2.º Se o(a) Presidente ou Relator(a) não reformar a decisão, serão os autos remetidos, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, ao órgão competente. **(parágrafo alterado pela Emenda Regimental n.º 017, de 07.10.2019.)**

CAPÍTULO VII
DO AGRAVO REGIMENTAL

Art. 285. Cabe agravo regimental para o Tribunal Pleno, Seção Especializada ou Turma, conforme o caso, oponível em 8 (oito) dias, a contar da intimação ou da publicação no órgão oficial:

I - das decisões proferidas pelo(a) Corregedor(a) Regional, em correições parciais. **(inciso alterado pela Resolução n.º 71, de 11.10.2012.)**

II - das decisões que indeferir liminarmente a petição inicial de ação de competência originária do Tribunal;

III - das decisões do(a) Desembargador(a) Relator(a) que negar seguimento ou der provimento a recurso;

IV - das decisões do(a) Presidente que, em definitivo, resolver pedido de requisição de pagamento das importâncias devidas pela Fazenda Pública, nos termos dos artigos 243 e 244 deste Regimento;

V - das decisões que concederem ou denegarem medida liminar.

VI - das decisões interlocutórias, proferidas pelo(a) Relator(a), que acolherem ou rejeitam o Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica instaurado originalmente no Tribunal. **(inciso incluído pelo Ato Regimental n.º 004, de 13.02.2017.)**

§ 1.º Será relator(a) o(a) prolator(a) da decisão agravada, independentemente de este(a) encontrar-se afastado(a) de suas atividades jurisdicionais, o qual submeterá o agravo regimental a julgamento na primeira sessão ordinária desimpedida.

§ 2.º Ausente o(a) prolator(a) da decisão agravada, somente na hipótese de mandado de segurança, o agravo será redistribuído, por sorteio, a um(a) Desembargador(a) integrante do órgão julgador, respeitado o mesmo critério de distribuição sucessiva, conforme estabelecido no artigo 105 deste Regimento.

§ 3.º Em caso de empate, prevalecerá a decisão agravada. **(parágrafos alterados pela Resolução n.º 17, de 11.4.2016.)**

TÍTULO V
DA REVISTA DO TRIBUNAL

Art. 286. O Tribunal fará publicar uma revista semestral, denominada "Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região", destinada a divulgar assuntos de interesse doutrinários no campo do Direito, especialmente do Direito do Trabalho, sua Jurisprudência e a de outros Tribunais do Trabalho, a legislação especializada, atos de natureza administrativa e noticiário.

Art. 287. A revista será dirigida por uma comissão composta de 2 (dois/duas) Desembargadores(as) do Tribunal, 1 (um/uma) Juiz(a) Titular de Vara do Trabalho, 1 (um/uma) Juiz(a) Substituto(a) e secretariada pelo(a) Assessor(a) da Revista e Publicações em Geral.

Art. 288. A Comissão tem competência para selecionar as matérias destinadas à



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

publicação, inclusive jurisprudência do Tribunal, podendo, ainda, baixar instruções e normas indispensáveis à regular circulação da revista.

Art. 289. A escolha da comissão será feita bienalmente pelo Tribunal, em uma das seis primeiras sessões ordinárias que se seguirem à posse do(a) Presidente.

Art. 290. A Presidência da comissão será exercida por um(a) dos(as) Desembargadores(as) do Tribunal que a integrar, cabendo ao(à) outro(a) a substituição, nas mesmas condições previstas neste Regimento para a do(a) Presidente do Tribunal.

Art. 291. Quando necessário, a comissão solicitará da Presidência do Tribunal que lhe sejam colocados à disposição servidores(as) para auxiliar nos trabalhos de organização, revisão e preparo da revista.

TÍTULO VI
DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO TRIBUNAL

Art. 292. O Tribunal tem a seguinte estrutura administrativa básica:

- a) gabinete da Presidência;
- b) gabinete da Vice-Presidência;
- c) gabinete da Corregedoria Regional;
- d) gabinete dos(as) Desembargadores(as);
- e) diretoria geral. (*artigo alterado pela Resolução n.º 40, de 24.5.2013.*)

Art. 293. O Gabinete da Presidência é dirigido pelo(a) Secretário(a)-Geral da Presidência, subordinado(a) diretamente ao(à) Presidente do Tribunal.

§ 1.º Vinculados diretamente à Presidência, encontram-se a Ouvidoria Regional, os Foros Trabalhistas, a Secretaria de Gestão Estratégica e a Controladoria Administrativa;

§ 2.º Integram o Gabinete da Presidência, subordinados administrativamente ao(à) Presidente, os(as) Assessores(as) Jurídicos(as)-Administrativos(as), o(a) Assessor(a) de Comunicação Social, os(as) Assessores(as) Técnicos(as) da Presidência, o(a) Assessor(a) de Cálculos e Liquidações, o(a) Diretor(a) da Secretaria de Tecnologia da Informação e a Coordenadoria de Auditoria e Controle Interno, na forma disposta no Regulamento Interno dos Serviços Auxiliares deste Tribunal. (*artigo alterado pela Resolução n.º 40, de 24.5.2013.*)

Art. 294. Para fins de planejamento e implementação de ações na área de informática, avaliação e Administração dos sistemas administrativos e judiciários de Primeiro e Segundo Grau, é criado um Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação como órgão deliberativo, composto por dez membros: (*alterado pela Emenda Regimental n.º 023, de 07.08.2023.*)

- a) um(a) Coordenador(a), eleito(a) pelo Tribunal Pleno dentre os(as) Desembargadores(as) do Trabalho;
- b) um(a) Desembargador(a) do Trabalho, eleito(a) por seus pares, que substituirá o(a) coordenador(a) em suas ausências e impedimentos;
- c) um(a) Juiz(a) Titular de Vara de Belém, eleito(a) pelo Tribunal Pleno;
- d) o(a) Juiz(a) Diretor(a) do Foro de Belém;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

- e) o(a) Juiz(a) Diretor(a) da Central de Execução; (*alínea alterada pela Emenda Regimental n.º 008, de 7.08.2017.*)
- f) o(a) Secretário(a)-Geral Judiciário(a);
- g) o(a) Secretário(a) da Corregedoria;
- h) o(a) Diretor(a)-Geral;
- i) um(a) Diretor(a) de Secretaria de Vara, eleito(a) pelo Tribunal Pleno;
- j) o(a) Diretor(a) da Secretaria de Tecnologia da Informação;

§ 1.º O mandato dos(as) integrantes eleitos(as) é de 2 (dois) anos e deverá coincidir com o mandato do(a) Presidente do Tribunal, permitida a recondução.

§ 2.º O(A) Diretor(a) da Secretaria de Tecnologia da Informação integrará o Comitê, para apoio, assessoramento e será o(a) secretário(a) do Comitê. (*parágrafos alterados pela Emenda Regimental n.º 01, de 17/10/2016.*)

§ 3.º Os membros suplentes são, no caso dos membros eleitos, os que se seguirem na ordem de votação; nos indicados, aqueles a quem competir a substituição dos titulares.

§ 4.º A aprovação das propostas do Comitê se dará pelo voto da maioria simples de seus membros presentes na reunião. (*parágrafo alterado pela Emenda Regimental n.º 01, de 17/10/2016.*)

Art. 295. O Gabinete da Corregedoria Regional é chefiado pelo(a) Secretário(a) da Corregedoria, função privativa de bacharel(a) em direito, por indicação do(a) Corregedor(a) Regional, na forma do art. 37, XLVII.

Art. 296. Cada Gabinete de Desembargador(a) tem à sua disposição um(a) assessor(a) e auxiliares de confiança, de sua livre indicação.

Art. 297. A Secretaria Geral é administrada pelo(a) Diretor(a) Geral da Secretaria, diretamente subordinado ao(à) Presidente, e compreende a Secretaria Administrativa - SA e a Secretaria de Recursos Humanos - SRH.

Art. 298. Cada Secretaria é órgão executivo que emite decisões no âmbito de suas atribuições, além de fiscalizar e controlar os Serviços que estão sob sua responsabilidade conforme previsto no Regulamento dos Serviços Auxiliares do Tribunal.

Parágrafo único. Ficam assegurados o pedido de reconsideração e recurso à Presidência do Tribunal previstos no art. 108 da Lei n.º 8.112/90.

Art. 299. Os Serviços das Secretarias são subdivididos em Seções e estas, quando necessário, em Setores conforme previsão no Regulamento dos Serviços Auxiliares do Tribunal.

Parágrafo único. Alterando-se sensivelmente os fatores que originaram a criação dos órgãos administrativos, será revista, por disposição interna, a composição geral dos mesmos, podendo extinguir-se ou transformar-se os já existentes e organizados novos.

Art. 300. As atribuições e encargos do Gabinete da Presidência, do Gabinete da Corregedoria Regional, dos Gabinetes dos(as) Juízes(as), da Secretaria Geral e do Serviço de Distribuição, do respectivo pessoal, bem como o regime disciplinar deste, fazem parte do Regulamento dos Serviços Auxiliares.

TÍTULO VII



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

DO PROGRAMA DA QUALIDADE

Art. 301. O Programa da Qualidade, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, faz parte integrante das ações administrativas ao encargo da Presidência do Tribunal e é composto por magistrados(as) e servidores(as) ocupantes de funções comissionadas, diretamente subordinados(as) ao(à) Presidente do Tribunal.

TÍTULO VIII
DA ESCOLA DA MAGISTRATURA

Art. 302. A Escola da Magistratura da Justiça do Trabalho da Oitava Região (Pará e Amapá) - EMATRA VIII tem o objetivo principal de promover e realizar cursos destinados à preparação, formação, aperfeiçoamento e qualificação dos(as) Magistrados(as) do Trabalho.

Art. 303. As atribuições dos órgãos diretivos, a estrutura e funcionamento da Escola da Magistratura da Justiça do Trabalho da Oitava Região estão estabelecidos em seu Regimento Interno.

TÍTULO IX
COMISSÃO DE REGIMENTO

Art. 304. A Comissão de Regimento é formada por 6 (seis) Desembargadores(as) do Trabalho, sendo 4 (quatro) eleitos(as) em cada uma das Turmas e 2 (dois/duas) pelo Tribunal Pleno.

§ 1.º É vedada a reeleição para a Comissão, ainda que o(a) Desembargador(a) do Trabalho esteja exercendo suas atividades judicantes em outra Turma.

§ 2.º A eleição pelo Tribunal Pleno ocorrerá na sessão seguinte à escolha pelas Turmas.

§ 3.º Em caso de empate na eleição, será observada a ordem de antiguidade.

§ 4.º Presidirá a Comissão o(a) Desembargador(a) mais antigo(a) que a integrar.

§ 5.º O(A) Desembargador(a) integrante da Comissão participará normalmente da distribuição de feitos.

§ 6.º O quorum mínimo para funcionamento da Comissão é de 3 (três) Desembargadores(as).

Art. 305. À Comissão de Regimento Interno cabe:

I - velar pela atualização do regimento, propondo emendas ao texto em vigor e emitindo parecer sobre as emendas de iniciativa de Desembargador(a) do Tribunal, até a sessão ordinária do Tribunal Pleno seguinte à apresentação da proposta;

II - opinar em processo administrativo que envolva matéria regimental, quando consultada pelo(a) Presidente ou por qualquer Desembargador(a) da Corte, no prazo de trinta dias da apresentação da consulta.

Parágrafo único. Decorrido o prazo para oferecimento do parecer, independentemente de sua emissão, a matéria será apreciada na sessão seguinte do Tribunal Pleno.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

TÍTULO X
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 306. Fazem parte integrante deste Regimento, em tudo que for aplicável, as normas da Lei Orgânica da Magistratura Nacional - LOMAN, as estabelecidas pela Consolidação das Leis do Trabalho e, bem assim, subsidiariamente, as do Direito Processual, exceto naquilo em que forem incompatíveis com o Direito Processual do Trabalho.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos pelo Tribunal.

Art. 306-A. Fica assegurado, em todos os órgãos da Justiça do Trabalho da Oitava Região, o atendimento prioritário a gestantes, lactantes, pessoas acompanhadas por crianças de colo, idosos(as) e pessoas com deficiência, nos termos da legislação em vigor. *(artigo incluído pela Resolução n.º 49, de 08.08.2016.)*

Art. 307. Os órgãos da Justiça do Trabalho da Oitava Região não funcionarão:

- a) nos dias feriados civis declarados em lei federal;
- b) nos dias 15 de agosto (nos órgãos sediados no Estado do Pará) e 13 de setembro (nos órgãos sediados no Estado do Amapá), nos termos da Lei n.º 9.093, de 12.09.95;
- c) nos feriados religiosos de tradição local, até o máximo de 4 (quatro), declarados em lei municipal da jurisdição do órgão;
- d) nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 6 de janeiro, inclusive;
- e) nos dias da Semana Santa, compreendidos entre a quarta-feira e o Domingo de Páscoa; *(alínea alterada pela Resolução n.º 17, de 25.1.2007.)*
- f) nos dias de segunda e terça-feira de carnaval;
- g) nos dias 11 de agosto, 1.º e 2 de novembro e 8 de dezembro.

Parágrafo único. Nas hipóteses das alíneas "d", "e" e "f" haverá juízes(as) de plantão, conforme escala aprovada pela Seção Especializada.

Art. 307-A. Ficam suspensos os prazos processuais, no âmbito da Justiça do Trabalho da Oitava Região, de 07 a 20 de janeiro.

Parágrafo único. Durante o período previsto no caput, não se realizarão audiências nem sessões de julgamento. *(artigo incluído pelo Ato Regimental n.º 006, de 4.09.2017)*

Art. 307-B. Os prazos processuais previstos neste Regimento serão contados em dias úteis, salvo quando se relacionarem a processos administrativos. *(artigo alterado pela Emenda Regimental n.º 021, de 13.02.2023.)*

Art. 308. Este Regimento poderá ser alterado, no todo ou em parte, mediante proposta de qualquer dos(as) Desembargadores(as) do Tribunal.

§ 1.º Os atos de competência do Tribunal Pleno, de natureza regimental, obedecem à seguinte nomenclatura:

- I – emenda regimental, que introduz modificações no texto; e
- II – ato regimental, que suprime ou acrescenta dispositivo.

§ 2.º Os atos mencionados no parágrafo anterior serão numerados em séries próprias,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

seguida e ininterruptamente.

§ 3.º Considerada a proposta objeto de deliberação, será discutida e votada em sessão posterior, previamente marcada para esse fim.

§ 4.º As emendas regimentais e atos regimentais serão aprovadas por maioria absoluta dos membros efetivos do Tribunal. **(parágrafos alterados pela Resolução n.º 50, de 08.08.2016.)**

Art. 309. O “Hino da Justiça do Trabalho” (com letra e música de autoria de Vicente José Malheiros da Fonseca), aprovado pela Resolução n.º 45/2000 e, em âmbito nacional, pela Resolução n.º 91/2012 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), será executado, sempre que possível, nas sessões solenes e cerimônias oficiais do Tribunal. **(alterado pela Resolução n.º 73, de 11.10.2012.)**

Art. 310. O presente Regimento entrará em vigor em 31 de outubro de 2001.

SALA DE SESSÕES DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO.
Belém, 10 de outubro de 2001